



LUIZ CARLOS PEREZ DIODATO

**A NUMISMÁTICA NA CONSTRUÇÃO DE SABERES NO ENSINO DE HISTÓRIA:
O PRIMEIRO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS (1930-1945)**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

MAIO DE 2024

LUIZ CARLOS PEREZ DIODATO

**A NUMISMÁTICA NA CONSTRUÇÃO DE SABERES NO ENSINO DE HISTÓRIA:
O PRIMEIRO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS (1930-1945)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA, da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus “Jane Vanini”, para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Matheus de Mesquita e Pontes

CÁCERES - MT

2024

Ficha catalográfica elaborada pelo Setor de Processamento Técnico da Divisão de Biblioteca da UNEMATCatalogação de Publicação na Fonte. UNEMAT - Unidade padrão

Diodato, Luiz Carlos Perez.
A NUMISMÁTICA NA CONSTRUÇÃO DE SABERES NO ENSINO DE HISTÓRIA:
O PRIMEIRO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS (1930-1945) / Luiz Carlos
Perez Diodato. - Cáceres, 2024.
182f.: il.

Universidade do Estado de Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes
Maldonado", Ensino de História/CAC-PROFHISTORIA - Cáceres -
Mestrado Profissional, Campus Universitário De Cáceres "Jane
Vanini".

Orientador: Dr. MATHEUS DE MESQUITA E PONTES.

1. ENSINO DE HISTÓRIA. 2. MOEDAS. 3. CÉDULAS; PRIMEIRO
GOVERNO VARGAS. I. PONTES, Dr. MATHEUS DE MESQUITA E. II.
Título.

UNEMAT / MTSCB

CDU 737

LUIZ CARLOS PEREZ DIODATO

**A NUMISMÁTICA NA CONSTRUÇÃO DE SABERES NO ENSINO DE HISTÓRIA:
O PRIMEIRO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS (1930-1945)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA, da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus “Jane Vanini”, para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Defesa da dissertação em 28 de junho de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

**Professor Dr. Matheus de Mesquita e Pontes (IFMT/UNEMAT)
(Orientador)**

**Professor Dr. Tadeu Pereira dos Santos (UNIR)
(Avaliador Externo)**

**Professor Dr. Carlos Edinei de Oliveira (UNEMAT)
(Avaliador Interno)**

**Professora Dr^a Regiane Cristina Custódio (UNEMAT)
(Suplente Interna)**



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO
PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA -PROFHISTÓRIA



ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA – PROFHISTÓRIA

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, às 14h (fuso MT), ocorreu a Defesa Pública da Dissertação de Mestrado de **LUIZ CARLOS PEREZ DIODATO** com a produção intitulada “**A NUMISMÁTICA NA CONSTRUÇÃO DE SABERES NO ENSINO DE HISTÓRIA: O PRIMEIRO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS (1930-1945)**”. A defesa ocorreu de forma remota, a distância, via *google/meet* (meet.google.com/zvu-cbqj-vpq). A Comissão Examinadora foi composta por: Matheus de Mesquita e Pontes (Orientador-Presidente), Tadeu Pereira dos Santos (Examinador Externo), Carlos Edinei de Oliveira (Examinador Interno) e a Regiane Cristina Custódio de Fiqueiredo (Examinadora Suplente). Concluída a exposição e a arguição, a Comissão Examinadora, após ponderações e avaliações, considera o candidato **aprovado**. O candidato deverá atender, sob orientação, as exigências solicitadas de acordo com os prazos definidos pelo ProfHistória. E, para constar, foi lavrada a presente Ata que será assinada pelo presidente da Comissão Examinadora e pelos professores avaliadores.

Comissão Examinadora:

Documento assinado digitalmente

gov.br MATHEUS DE MESQUITA E PONTES
Data: 28/06/2024 17:40:06-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Dr. Matheus de Mesquita e Pontes
(UNEMAT/IFMT - Presidente da Banca)
Participação remota - Síncrona

Documento assinado digitalmente
govbr TADEU PEREIRA DOS SANTOS
Data: 29/06/2024 13:33:18-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Dr. Tadeu Pereira dos Santos
(UNIR - Examinador Externo)
Participação remota - Síncrona

Documento assinado digitalmente
gov.br CARLOS EDINEI DE OLIVEIRA
Data: 28/06/2024 17:44:45-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Dr. Carlos Edinei de Oliveira
(UNEMAT - Examinador Interno)
Participação remota – Síncrona

Documento assinado digitalmente
gov.br REGIANE CRISTINA CUSTÓDIO DE FIGUEIREDO
Data: 30/06/2024 20:04:46-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Dra. Regiane Cristina Custódio de Fiqueiredo
(UNEMAT – Examinadora Suplente)
Participação remota - Síncrona

AGRADECIMENTOS

Agradeço à realização deste curso de Mestrado a todas as pessoas que estiveram ao meu lado, durante essa jornada de aprendizado e crescimento. Primeiramente, à minha amada esposa Ana Cleiry Castro Silva, cujo apoio e incentivo foram fundamentais para que eu buscassem mais conhecimento e me dedicasse ao mestrado. Sua presença constante e seu amor incondicional foram minha inspiração, para seguir em frente, mesmo nos momentos mais desafiadores.

Ao meu estimado professor Dr. Matheus de Mesquita e Pontes, sou profundamente grato por sua orientação, apoio e ensinamentos ao longo deste caminho acadêmico. Sua expertise e dedicação foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

À minha querida mãe Elza Pereira Diodato e à minha irmã Rosemeire Cristina Perez, que estiveram ao meu lado, desde o início desta jornada, agradeço por todo o amor e apoio incondicional. Suas preocupações e cuidados durante os meus deslocamentos de moto para os estudos de mestrado, especialmente nas longas viagens de volta para casa, onde chegava durante a madrugada, demonstram o quanto vocês se importam comigo. Ao meu querido sobrinho, in memoriam Victor Gabriel Fagundes Perez, que sempre estava me aguardando, junto com minha mãe, você deixou saudades. O constante apoio de todos foi a luz que guiou meu caminho e fortaleceu minha determinação. Sou imensamente grato por ter vocês ao meu lado em cada passo desta jornada.

Aos meus amados filhos Eduardo Perez do Carmo Diodato e Sarah do Carmo Perez Diodato, e ao meu filho do coração, Gabriel Castro Silva, agradeço por serem minha motivação diária. Mesmo indiretamente, vocês estiveram presentes em cada passo desta trajetória, isso significou muito para mim.

Não poderia deixar de agradecer também ao estudante do Ensino Médio do Colégio Clarice Lispector, Matheus Eduardo Martins Mello, por confiar a mim sua coleção de moedas do período Vargas. Sua generosidade e colaboração foram fundamentais para o enriquecimento deste trabalho.

Não posso deixar de mencionar e agradecer à Rita Degam, que gentilmente se dispôs à me substituir em vinte aulas durante meu afastamento, e à Mara Silvia de Mello Cabral Kato e Rosani Fracasso, do Colégio Clarice Lispector, por sua compreensão e apoio incondicional. Sua generosidade em me permitir utilizar as instalações da escola para estudos, nos dias de domingo e feriados, foi imensamente valiosa.

Dedico este trabalho também à Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e todos os professores, em nome da professora Dra. Regiane Custódio, pela oportunidade de realizar este curso de mestrado. Seu apoio e orientação foram fundamentais para o meu desenvolvimento como pesquisador.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio do programa de bolsas de estudo, que tornou possível a realização deste trabalho. Sua iniciativa de apoiar os pesquisadores e fomentar a produção científica é inestimável para o avanço da ciência e da educação no Brasil.

Ao ProfHistória, Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História, que desempenha um papel crucial na formação e qualificação de professores e educadores. Sua contribuição para a melhoria da educação no país é indiscutível, e estou honrado por ter sido beneficiado por este programa.

Que esta dissertação seja um reflexo do apoio, amor e amizade que recebi ao longo do caminho. Que possamos continuar a trabalhar juntos, em prol do conhecimento e do desenvolvimento da educação no Brasil.

RESUMO

A presente dissertação é oriunda de uma pesquisa conduzida no âmbito do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus de Cáceres. A pesquisa tem como objetivo explorar o uso da numismática como uma ferramenta pedagógica no ensino de História. O foco é o período do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945). A escolha desse recorte temporal se deve ao fato de ser um período rico em eventos históricos e relações complexas. A dissertação está estruturada em três capítulos, cada um com uma abordagem específica. No primeiro capítulo, a pesquisa discute a numismática como fonte histórica e seu potencial no ensino de História. O segundo capítulo adentra o período do primeiro governo de Getúlio Vargas e examina o uso de moedas e cédulas como fontes históricas. Ele é dividido em três partes, abrangendo o “Governo Provisório” (1930-1934), o “Governo Constitucional” (1934-1937) e o “Estado Novo” (1937-1945). Dentro desses períodos, a pesquisa analisa as moedas e cédulas que circularam, relacionando-as com os eventos políticos e práticas da época. O terceiro capítulo aborda as reflexões pedagógicas da numismática no Ensino de História e relata a implementação de ações educacionais e de um repositório virtual (*blog*), que utiliza a numismática como ferramenta de aprendizado. Ele discute a importância das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na educação, destacando como a utilização de recursos tecnológicos.

Palavras-chave: Ensino de História; Moedas; Cédulas; Primeiro Governo Vargas.

ABSTRACT

This dissertation comes from research conducted as part of the Professional Master's Degree in History Teaching (ProfHistória) at the State University of Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres Campus. The research aims to explore the use of numismatics as a pedagogical tool in history teaching. It focuses on the period of Getúlio Vargas' first government (1930-1945). This time period was chosen because it is rich in historical events and complex relationships. The dissertation is structured in three chapters, each with a specific approach. In the first chapter, the research discusses numismatics as a historical source and its potential in history teaching. The second chapter goes into the period of Getúlio Vargas' first government and examines the use of coins and banknotes as historical sources. It is divided into three parts, covering the "Provisional Government" (1930-1934), the "Constitutional Government" (1934-1937) and the "New State" (1937-1945). Within these periods, the research analyzes the coins and banknotes that circulated, relating them to the political events and practices of the time. The third chapter deals with the pedagogical reflections of numismatics in History Teaching and reports on the implementation of educational actions and a virtual repository (blog) that uses numismatics as a learning tool. It discusses the importance of Information and Communication Technologies (ICTs) in education, highlighting how to use technological resources.

Keywords: History Teaching; Coins; Banknotes; First Vargas Government.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
2 CAPÍTULO 01 – A NUMISMÁTICA ENQUANTO FONTE HISTÓRICA	26
1.1 - A “revolução” historiográfica dos <i>Annales</i> no uso da interdisciplinaridade e na ampliação das fontes históricas.....	30
1.2 - As moedas e cédulas enquanto reproduutoras da ordem social no seu período de cunhagem e as moedas e cédulas enquanto fontes para o ensino de história no tempo presente.....	39
3- CAPÍTULO 02 – OS USOS DAS CÉDULAS E MOEDAS NO PRIMEIRO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS.....	48
2.1 Os primeiros anos do governo de Getúlio Vargas: o papel moeda nas disputas da guerra civil de 1932.....	57
2.1.1 As moedas produzidas pelo governo de Getúlio Vargas em tempos de guerra civil.....	66
2.1.2 As cédulas produzidas pelo governo de São Paulo em tempos de guerra civil.....	74
2.1.3 Os bandeirantes como referência dos paulistas no desbravamento e construção do Brasil	76
2.1.4 Os ‘heróis’ da guerra contra o Paraguai e o jurista constitucionalista adentram na guerra das simbologias a favor dos paulistas.....	83
2.2 O Governo Constitucional: o avanço de um projeto nacionalista e a busca da fidelidade das forças armadas.....	93
2.3 O Estado Novo: o culto à personalidade e o ultranacionalismo em tempos de guerra.....	108
4 - CAPÍTULO 03 – NUMISMÁTICA E AS TICs: UMA MEDIAÇÃO POSSÍVEL PARA PROMOÇÃO DO ENSINO DE HISTÓRIA.....	147
3.1 As novas tecnologias e seu impacto social e educacional: uma revisão bibliográfica.....	147
3.2 - Artefatos Pedagógicos em Ação: a jornada de ensino história e da numismática com estudantes da Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade.....	160
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	177
REFERÊNCIAS.....	180

SIGLAS

AIB – Ação Integralista Brasileira

ABL – Academia Brasileira de Letras

AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras

ANL – Aliança Nacional Libertadora

BOC – Bloco Operário e Camponês

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

DEIP – Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda.

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

EUA – Estados Unidos da América

IC – Internacional Comunista

IFMT – Instituto Federal de Mato Grosso

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

LSN – Lei de Segurança Nacional.

MMDC - Sigla utilizada pelos paulistas durante o levante de 1932 com o intuito de arregimentar pessoas para a sua causa. Ela representa os primeiros dos nomes dos estudantes mortos durante um confronto com as tropas federais (Miragaia, Martins, Dráusio e Camargo).

MT – Mato Grosso

MA – Maranhão

PA - Pará

PCB – Partido Comunista do Brasil

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PROFHISTÓRIA – Mestrado Profissional em Ensino de História

RO – Rondônia

,

RS – Rio Grande do Sul.

SEDUC – Secretaria de Estado da Educação.

TICs – Tecnologia da Informação e da Comunicação.

UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso

UNE – União Nacional dos Estudantes

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Reverso da moeda de 20 réis	53
Figura 01 – Reverso da moeda de 50 réis	53
Figura 01 – Reverso da moeda de 100 réis	53
Figura 01 – Reverso da moeda de 200 réis	53
Figura 01 – Reverso da moeda de 400 réis	53
Figura 01 – Anverso das moedas	53
Figura 02 – Reverso da moeda de 2000 réis	56
Figura 02 – Anverso da moeda de 2000 réis	56
Figura 03 – Anverso da moeda de 500 réis	56
Figura 03 – Reverso da moeda de 500 réis	56
Figura 04 – Reverso da moeda de 1000 réis	57
Figura 04 – Anverso da moeda de 1000 réis	57
Figura 05 – Reverso da moeda de 100 réis	67
Figura 05 – Anverso da moeda de 100 réis	67
Figura 06 – Reverso da moeda de 200 réis	68
Figura 06 – Anverso da moeda de 200 réis	68
Figura 07 – Reverso da moeda de 400 réis	70
Figura 07 – Anverso da moeda de 400 réis	70
Figura 08 – Reverso da moeda de 500 réis	71
Figura 08 – Anverso da moeda de 500 réis	71
Figura 09 – Reverso da moeda de 1000 réis	71
Figura 09 – Anverso da moeda de 1000 réis	71
Figura 10 – Reverso da moeda de 2000 réis	72
Figura 10 – Anverso da moeda de 2000 réis	72
Figura 11 – Frente da cédula de 5000 réis	77

Figura 12 – Verso da cédula de 5000 réis	78
Figura 13 – Frente da cédula de 10.000 réis	78
Figura 14 – Verso da cédula de 10.000 réis	78
Figura 15 – Frente da cédula de 20.000 réis	80
Figura 16 – Verso da cédula de 20.000 réis	80
Figura 17 – Frente da cédula de 50.000 réis	80
Figura 18 – Verso da cédula de 50.000 réis	81
Figura 19 – Frente da cédula de 100.000 réis	81
Figura 20 – Verso da cédula de 100.000 réis	82
Figura 21 – Cartaz Paulista da Guerra Civil	82
Figura 22 – Cartaz Paulista da Guerra Civil	82
Figura 23 – Frente da cédula de 5000 réis	84
Figura 24 – Verso da cédula de 5000 réis	84
Figura 25 – Frente da cédula de 10.000 réis	86
Figura 26 – Verso da cédula de 10.000 réis	86
Figura 27 – Frente da cédula de 20.000 réis	87
Figura 28 – Verso da cédula de 20.000 réis	88
Figura 29 – Frente da cédula de 50.000 réis	88
Figura 30 – Verso da cédula de 50.000 réis	89
Figura 31 – Frente da cédula de 100.000 réis	90
Figura 32 – Verso da cédula de 100.000 réis	90
Figura 33 – Frente da cédula de 100.000 réis	91
Figura 34 – Verso da cédula de 100.000 réis	92
Figura 35 – Reverso da moeda de 2000 réis	100
Figura 35 – Anverso da moeda de 2000 réis	100
Figura 36 – Reverso da moeda de 2000 réis	100
Figura 36 – Anverso da moeda de 2000 réis	100

Figura 37 – Reverso da moeda de 5000 réis	101
Figura 37 – Anverso da moeda de 5000 réis	101
Figura 38 – Reverso da moeda de 100 réis	102
Figura 38 – Anverso da moeda de 100 réis	102
Figura 39 – Reverso da moeda de 200 réis	103
Figura 39 – Anverso da moeda de 200 réis	103
Figura 40 – Reverso da moeda de 300 réis	103
Figura 40 – Anverso da moeda de 300 réis	103
Figura 41 – Reverso da moeda de 400 réis	105
Figura 41 – Anverso da moeda de 400 réis	105
Figura 42 – Reverso da moeda de 500 réis	106
Figura 42 – Anverso da moeda de 500 réis	106
Figura 43 – Reverso da moeda de 1000 réis	107
Figura 43 – Anverso da moeda de 1000 réis	107
Figura 44 – Reverso da moeda de 2000 réis	115
Figura 44 – Anverso da moeda de 2000 réis	115
Figura 45 – Reverso da moeda de 1000 réis	116
Figura 45 – Anverso da moeda de 1000 réis	116
Figura 46 – Reverso da moeda de 500 réis	117
Figura 46 – Anverso da moeda de 500 réis	117
Figura 47 – Anverso da moeda do Estado Novo	117
Figura 48 – Anverso da moeda de 300 réis	117
Figura 48 – Anverso da moeda de 200 réis	117
Figura 49 – Anverso da moeda de 400 réis	118
Figura 49 – Anverso da moeda de 100 réis	118
Figura 50 – Reverso da moeda de 1 cruzeiro	120
Figura 50 – Reverso da moeda de 2 cruzeiro	120

Figura 51 – Reverso da moeda de 5 cruzeiro	121
Figura 51 – Anverso das moedas	121
Figura 52 – Reverso da moeda de 10 centavos	121
Figura 52 – Reverso da moeda de 20 centavos	121
Figura 53 – Reverso da moeda de 50 centavos	121
Figura 53 – Anverso das moedas	121
Figura 54 – Frente da cédula de 1 cruzeiro	124
Figura 55 – Verso da cédula de 1 cruzeiro	125
Figura 56 – Frente da cédula de 2 cruzeiro	125
Figura 57 – Verso da cédula de 2 cruzeiro	125
Figura 58 – Frente da cédula de 5 cruzeiro	126
Figura 59 – Verso da cédula de 5 cruzeiro	127
Figura 60 – Frente da cédula de 10 cruzeiro	130
Figura 61 – Verso da cédula de 10 cruzeiro	130
Figura 62 – Frente da cédula de 20 cruzeiro	132
Figura 63 – Verso da cédula de 20 cruzeiro	132
Figura 64 – Frente da cédula de 50 cruzeiro	133
Figura 65 – Verso da cédula de 50 cruzeiro	134
Figura 66 – Frente da cédula de 100 cruzeiro	135
Figura 67 – Verso da cédula de 100 cruzeiro	136
Figura 68 – Frente da cédula de 200 cruzeiro	136
Figura 69 – Verso da cédula de 200 cruzeiro	137
Figura 70 – Frente da cédula de 500 cruzeiro	138
Figura 71 – Verso da cédula de 500 cruzeiro	139
Figura 72 – Frente da cédula de 1000 cruzeiro	141
Figura 73 – Verso da cédula de 1000 cruzeiro	141
Figural 74 – Aula introdutória sobre a Numismática	161

Figura 75 – Apresentação das moedas para os estudantes	162
Figura 76 – Recortes das imagens de cédulas e moedas	163
Figura 77 - Recortes das imagens de cédulas e moedas	163
Figura 78 - Recortes das imagens de cédulas e moedas	164
Figura 79 - Recortes das imagens de cédulas e moedas	164
Figura 80 - Recortes das imagens de cédulas e moedas	165
Figura 81 - Recortes das imagens de cédulas e moedas	165
Figura 82 - Recortes das imagens de cédulas e moedas	166
Figura 83 – Utilizando o Blog	167
Figura 84 – Utilizando o Blog	167
Figura 85 – Utilizando o Blog	168
Figura 86 – Utilizando o Blog	168
Figura 87 – Tela de abertura do Blog	171
Figura 88 – Print do vídeo sobre o governo provisório	171
Figura 89 – Print sobre o texto introdutório análise de moedas e cédulas	172
Figura 90 – Print sobre o vídeo cédulas paulistas	172
Figura 91 – Print sobre o vídeo Guerra Civil Paulista	173
Figura 92 – Print sobre o vídeo cédulas e moedas do Estado Novo	173
Figura 93 – Print sobre o vídeo moedas dos Brasileiros Ilustres	174
Figura 94 – Print sobre o vídeo moedas e cédulas do Estado Novo	174
Figura 95 – Print blog cédulas paulistas	174
Figura 96 – Print sobre o texto introdutório cédulas paulistas	175
Figura 97 – Print sobre o vídeo II moedas e cédulas do Estado Novo	175

INTRODUÇÃO

Prelúdio: a trajetória formativa até o ProfHistória

Meu universo infantil floresceu entre as roças de café, arroz, milho e feijão, abrigado por um pequeno sítio de 15 alqueires que pertencia ao meu avô. Esse paraíso situava-se à 18 quilômetros da cidade de São José dos Quatro Marcos-MT. Naquela infância, minha escola era uma modesta instituição rural, a Escola Estadual Santa Rosa, distante 1,5 quilômetros do lar, onde eu percorria o caminho entre cafezais à pé ou de bicicleta.

Essa escola encerrava seu ciclo formativo no 4º ano, e, do 5º ano ao 3º do ensino médio, frequentei a Escola Estadual Miguel Barbosa, na cidade. O sítio era um microcosmo patriarcal. Meu avô ditava as regras e todos os filhos, casados ou solteiros, orbitavam ao redor dele. O conjunto de casas em linha reta testemunhava essa hierarquia: da esquerda para a direita, a primeira casa era a do meu pai (Anizio Perez Diodato), onde morávamos com minha mãe e irmã. Na sequência, vinha a casa do meu tio Alcides, seguida de minha tia Rita Justina, na sequência a casa do meu avô (Olívio Perez), onde residia a minha avó (Rita das Dores Perez), um filho mais novo, o caçula da família e meu tio, a última casa era ocupada pelo meu tio Alcindo, esposa e uma filha.

Naquelas terras, todos se dedicavam à lavoura de café e, em contrapartida, repartiam os frutos com meu avô, como era comum naquele contexto. Em meio a essa rotina, eu nutria uma fascinação pela coleção de moedas guardadas em uma caixinha de metal pelo meu avô, uma relíquia que despertava minha curiosidade.

Após concluir o ensino médio, o vestibular não foi um caminho imediato. Envolveu alguns anos, um casamento e desafios financeiros. Por uma intervenção inesperada, que hoje vem a ser minha ex-esposa (Flávia Joice do Carmo) inscreveu-me para o vestibular do curso de História na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), enquanto ela se candidatava para o curso de Biologia. Fui aceito na segunda chamada, e essa oportunidade demandava um deslocamento de 90 km entre São José dos Quatro Marcos e Cáceres, onde a Universidade estava localizada. O trajeto era feito diariamente de ônibus, resultando em retornos tardios, geralmente à meia-noite e meia, salvo em casos de imprevistos na estrada.

Em meio a essa jornada, meu amor pela História se fortaleceu, guiado por professores como Clementino, João Ivo, Romir Conde, Adison, Luciano e pelas professoras Maria do Socorro e Maria de Lurdes (Malu), entre outros. Apesar das longas jornadas e das horas

avançadas, meu fascínio pelo curso e pelos professores se mantinha. Durante os estudos noturnos, costumava estender minhas leituras até as altas horas da madrugada.

Antes de concluir o curso, tornei-me professor e, mais tarde, diretor da Escola Estadual Santa Rosa, onde havia estudado até a 4^a série. Esse ciclo completo foi um marco de realização para mim, apesar de atuar como diretor e professor interino. Foi uma experiência enriquecedora trabalhar ao lado da professora Vera Coghi, minha antiga mentora, que também se tornou minha colega de trabalho.

Após concluir meu curso de História, almejei adentrar na jornada da pós-graduação enquanto recebia a notícia da chegada de meu primogênito, Eduardo. Como professor interino, meu salário era incerto, meu contrato se encerrava anualmente em dezembro, sem quaisquer garantias financeiras e para o próximo ano ficava dependendo de um sistema de pontuação, para conquistar novas aulas.

Foi a chegada de meu filho (Eduardo Perez do Carmo Diodato) que me motivou a buscar estabilidade. A necessidade de prover e criar um ambiente seguro para ele me levou a intensificar meus estudos, para um concurso público no estado de Rondônia. Após ser aprovado, assumi uma posição em Pimenta Bueno-RO, mudando depois para Rolim de Moura-RO, seguindo a aprovação de minha então esposa em um concurso na área da saúde para essa cidade.

Minha dedicação à educação me levou a atuar tanto na escola pública quanto na privada, com jornadas extenuantes que incluíam três turnos de trabalho. Enquanto mantinha o desejo de fazer um mestrado vivo dentro de mim, a falta de tempo e energia era um obstáculo. Após separar-me e ingressar em outro casamento, minha atual esposa, incentivou e apoiou minha busca por um mestrado, e um dia, ao conversar com meu colega de trabalho o professor Sócrates, este me informou que estava concluindo o mestrado em Cáceres, e me falou do programa do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), na UNEMAT.

O retorno à UNEMAT, que tanto me proporcionou felicidade, era uma oportunidade empolgante. No entanto, agora a distância se ampliara consideravelmente, de 90 km para 800 km, representando um desafio monumental, especialmente quando me encontro com quase 50 anos. Para frequentar as aulas, precisava superar barreiras financeiras e de tempo. Viajei de ônibus quando o dinheiro era suficiente e, de moto, para economizar. Para viajar essa longa distância, partia às 13h de Rondônia para chegar a São José dos Quatro Marcos-MT por volta das 22h, passando a noite na casa de minha mãe para chegar à Cáceres pela manhã.

O retorno era igualmente desafiador. Após o término das aulas (ao final do módulo), que se estendiam até as 15 ou 16 horas, minha viagem de volta a Rolim de Moura começava e frequentemente eu chegava após às 2 horas da madrugada. Durante esse trajeto, enfrentava o tráfego intenso das carretas e, nas madrugadas, o silêncio desolador da estrada. Em uma dessas noites, me deparei com um acidente de moto na cidade e, surpreendentemente, a pessoa ferida era meu filho, Eduardo, gravemente machucado, com hemorragia interna, chegando a perder o baço. Por sorte, ele sobreviveu, embora com algumas pequenas sequelas.

Há 16 anos, atuo como professor na Escola Estadual de 1º e 2º Graus Carlos Drummond de Andrade, uma instituição periférica que amo profundamente. É aqui que realizo um trabalho que considero incrível de ensinar numismática em sala de aula. Sinto-me recompensado por todo o impacto que a UNEMAT teve em minha vida e pela oportunidade de transformar a vida dos meus estudantes. Através do ProfHistória, e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), estou ainda mais capacitado para encantar meus alunos com uma nova perspectiva sobre a História.

Aspectos iniciais da pesquisa

Na sala de aula, a prática educativa envolve a construção de saberes e conhecimentos, promovendo uma integração entre o conhecimento do professor – que é uma mescla da cultura erudita e acadêmica, juntamente com o senso comum – e as vivências e experiências dos estudantes, provenientes de lares diversos e de culturas familiares heterogêneas. Nesse ambiente, ocorre um processo de desenvolvimento do professor, por meio de múltiplas mediações, em que indivíduos com diferentes origens se encontram e compartilham conhecimentos, mesmo que inicialmente não se conheçam mutuamente.

Esse ambiente educativo funciona como um laboratório, tanto para o professor quanto para o estudante, pois nele são testadas e aprimoradas as táticas de ensino, por parte do professor, assim como as variadas práticas de assimilação dos conteúdos por parte dos estudantes. Esse processo de ensino e aprendizagem pode representar um dos maiores desafios enfrentados por ambos os lados. Por isso, é crucial que o professor busque constantemente novos métodos para abordar os conteúdos e engajar os estudantes, em seu aprendizado. Quando essas ações pedagógicas estão conectadas ao cotidiano de ambos, tornam-se mais relevantes e compreensíveis, facilita o fluxo do aprendizado de maneira mais prazerosa e eficaz.

Nesse contexto a numismática¹ pode contribuir com o aprendizado escolar nas áreas de humanidades e, em especial na História, por utilizar peças monetárias (moedas e cédulas) que compõem parte do cotidiano da grande maioria da humanidade nos últimos séculos.

A moeda, além de ser um símbolo econômico, desempenha um papel político de poder e controle. No contexto da pesquisa e experiência na elaboração de um produto pedagógico, exploraremos o período entre 1930 e 1945 no Brasil, quando Getúlio Dornelles Vargas estava no poder. Por meio de estudos numismáticos desse período, compreenderemos que o poder transcende as instituições e estruturas de poder formais, manifestando-se nas práticas cotidianas, nos discursos e nas relações sociais. Em um contexto geral, a numismática faz parte do cotidiano do estudante, pois o mesmo convive com as moedas e cédulas, pequenos objetos que, às vezes passam despercebidos aos olhos, mas tem muito a desvendar para o estudante.

Os discentes que farão parte desse novo fazer pedagógico são da escola Carlos Drummond de Andrade, do município de Rolim de Moura, estado de Rondônia, uma escola pública da rede estadual que oferta o Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Entretanto, os estudantes que farão parte da nossa abordagem de pesquisa serão os do 3º ano do ensino médio, momento formativo que coincide com os conteúdos programáticos – tema e recorte temporal – que serão desenvolvidos pela pesquisa.

A numismática é pouco trabalhada em sala de aula, como uma ferramenta pedagógica, ao pesquisar o tema foram encontradas algumas dissertações de mestrado e doutorado, a exemplo da dissertação de Ricardo Luiz Jonard, (2020) em *A numismática na sala de aula: moedas que contam histórias*, do ProfHistória da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, defendido no ano de 2020. Também foi encontrado uma tese de doutorado de Claudio Umpierre Carlan, *Moeda e poder em Roma: um mundo em transformação* (2007).

Outra dissertação de mestrado é a de Paulo Roberto de Menezes Rêgo, do ProfHistória da Universidade Federal de Sergipe, que apresenta como título, *Cara e Coroa: um roteiro para o uso e moedas no ensino de História do Brasil* (2020) e a dissertação de mestrado de Lincoln Mansur Coelho, *Cultura Material e Ensino Lúdico: O uso da numismática em sala de aula* (2015). As demais dissertações e teses que levantamos sobre o tema não tratam a numismática como ferramenta pedagógica, os citados acima, apenas o do Jonard (2020) e Coelho (2015) podem ser consideradas trabalhos específicos voltados para a aplicação da numismática em sala de aula.

¹ A origem do nome numismática é grega, vem de *nomisma* e do latim *nummus*, essas palavras eram utilizadas pelos antigos para designar suas moedas (COSTILHES, 1985).

O objetivo geral desse trabalho é analisar as potencialidades da numismática como disposição pedagógica, na construção de saberes históricos de estudantes de ensino de história e na apreensão do papel das fontes históricas, para essa construção de saberes, tomando como referência os anos entre guerras e da Segunda Guerra Mundial, no Brasil – período que Getúlio Vargas estava no poder, entre 1930 a 1945.

Em síntese, a problematização da nossa pesquisa dissertativa se volta ao uso da numismática para produção do conhecimento e da consciência histórica, tendo como espaço o cenário brasileiro republicano ao longo do primeiro governo de Getúlio Vargas. A centralidade da pesquisa é analisar historicamente a produção de papel moeda (moedas e cédulas), no recorte proposto, dialogando com os eventos e práticas políticas desencadeadas pelo governo de Vargas, observando tanto a dinâmica conjuntural nacional, quanto internacional. Outros objetivos específicos se desencadeiam neste processo: a) visualizamos as peças monetárias como fontes históricas privilegiadas para o desenvolvimento da pesquisa e do ensino, efetua um balanço historiográfico teórico; b) produzimos uma revisão bibliográfica do recorte temporal proposto, colaborando na mediação da interpretação numismática; e, c) aprimorar práticas pedagógicas na educação básica desenvolvendo um repositório virtual – um *blog* numismático – que apresente o papel moeda circulante e o contexto histórico da época.

No plano teórico-metodológico aproximamos de um conjunto de princípios desenvolvidos pela *Escola dos Annales*, especialmente o apelo pela diversificação das fontes para o labor histórico, a interdisciplinaridade com outras áreas do saber e a abordagem cultural frente à seleção de um tipo de fonte, que advém do espaço econômico.

O desenvolvimento do trabalho perpassou por fases, como a seleção das moedas e cédulas, segundo o recorte temporal proposto, a limpeza e higienização das peças, o registro fotográfico, a catalogação por famílias monetárias e sua devida análise iconográfica, a produção textual da dissertação em três capítulos, ações pedagógicas em eventos e em sala de aula, e, em especial, a elaboração de um repositório virtual, um *blog*, voltado a ser ferramenta pedagógica que apresente as moedas e cédulas, com sua devida análise numismática.

Para concretização do conjunto do trabalho, tivemos o auxílio de estudantes do curso Técnico de Informática integrado ao ensino médio do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) – Campus Cáceres que, via projetos de Iniciação Científica do PIBIC/CNPq Júnior, estiveram à frente da estruturação básica da plataforma virtual, para servir como repositório. Também tivemos a colaboração de estudantes do Ensino Médio da Escola Estadual de Ensino

Fundamental e Médio Carlos Drummond de Andrade, da rede pública do estado de Rondônia, no município de Rolim de Moura, que produziram vídeos para analisar as moedas e cédula e “alimentar” o *blog* com conteúdos. Por fim, as moedas e cédulas utilizadas para o desenvolvimento desta pesquisa fazem parte do acervo particular da família do professor/orientador Matheus de Mesquita e Pontes.

Esta dissertação está dividida em três capítulos. Em cada capítulo abordando aspectos distintos da numismática. O primeiro explora a numismática como fonte histórica, destacando sua relevância no estudo e compreensão dos processos históricos. Além disso, discute-se a utilização dessa fonte documental como uma ferramenta pedagógica diferenciada no ensino de História, capaz de envolver os estudantes em sala de aula de maneira mais dinâmica e participativa.

No desenvolvimento do primeiro capítulo, foi realizada uma revisão bibliográfica para fundamentar a numismática como uma ferramenta pedagógica diferenciada e discutir sua aplicação em sala de aula. Dentre os autores que abordam o uso da numismática, em contextos educacionais, destacam-se as dissertações de mestrado de Ricardo Luiz Jonard, intitulada *A Numismática na sala de aula: moedas que contam histórias*, e de Lincoln Mansur Coelho, denominada *Cultura Material e Ensino Lúdico: o uso da numismática em sala de aula*. Além dessas contribuições, outras pesquisas bibliográficas que abordam a relação da numismática com a história, outros contextos históricos, também foram incorporadas.

Dentre esses estudos, destaca-se a tese de doutorado de Claudio Umpierre Carlan, intitulada *Moeda e poder em Roma: um mundo em transformação*, e a pesquisa de Caroline Aparecida Oliveira, denominada *As representações da deusa Atena nas moedas da Magna Grécia (século V-IV a.C): política e religião*. Essas dissertações e teses se entrelaçaram no segundo momento do primeiro capítulo, abordando a 'revolução' historiográfica promovida pelos *Annales* no uso da interdisciplinaridade e na ampliação das fontes históricas. As três gerações dos *Annales* proporcionaram sustentabilidade à aplicação da numismática, em sala de aula como uma nova ferramenta pedagógica no ensino de História. Além dos autores da Nova História, teóricos como Michel de Certeau, autor do clássico *A invenção do cotidiano* e *A Escrita da História*, contribuíram para a elaboração do capítulo.

Outros historiadores, alinhados com o debate do ensino de história, também forneceram mediações importantes, durante o processo de construção do capítulo. No encerramento do primeiro capítulo ocorre com a abordagem de dois subtópicos: “As moedas e cédulas enquanto reproduutoras da ordem social, no seu período de cunhagem” e “As moedas e

cédulas enquanto fontes para o ensino de história no tempo presente”. Para esse fechamento, destaca-se a contribuição do sociólogo Pierre Bourdieu e seu livro *Razões práticas: sobre a teoria da ação*, que nos mostra como a sociedade está permeada de campos sociais e práticas simbólicas, que disputam a reprodução de uma ordem social, onde visa a hegemonia.

O segundo capítulo intitula-se “Os usos das cédulas e moedas no primeiro governo de Getúlio Vargas”, será o momento que vamos apresentar e utilizar da análise numismática das cédulas e moedas – que circularam durante o recorte temporal proposto – numa interface interdisciplinar com a historiografia. O segundo capítulo será subdivido em três momentos, seguindo uma periodização tradicional da historiografia brasileira frente a primeira ‘Era Vargas’: o Governo Provisório (1930-1934), o Governo Constitucional (1934-1937), e, o Estado Novo (1937-1945).

A priori, abordaremos os anos iniciais do governo de Vargas e a disputa do novo governo com as oligarquias paulistas. A revisão bibliográfica, que aborda o Movimento de 1930, que leva Vargas à presidência e do Movimento Constitucionalista de 1932, impulsionado pelos paulistas, será vital para compreender as moedas e cédulas que circularam naquele momento e das lutas, entre as elites pelo controle hegemônico da sociedade e do Estado Nacional. Nesse contexto, será analisada seis moedas comemorativas dos 400 anos da cidade de São Vicente-SP, cunhadas pelo governo federal, além de onze cédulas cunhadas pelo governo do estado de São Paulo, no ápice da guerra civil.

Em seguida, será explorada a construção de um projeto nacionalista, de fidelidade da Igreja Católica e das Forças Armadas (Exército e Marinha), cujo foco era o anticomunismo, o controle das oposições e a preparação de um novo golpe de estado. Com base em bibliografias abordaremos o controle da reprodução da ordem social varguista, via a tática populista e de difusão de um projeto nacionalista. Serão examinadas moedas e cédulas que fazem menção à figuras simbólicas das forças armadas Duque de Caxias e Barão de Tamandaré, da Igreja Católica, através do Padre Anchieta e de outras personalidades nacionais, como Santos Dumont, Barão de Mauá, Tobias Barreto, dentre outros.

Por fim, é analisada a construção do culto à personalidade ao Vargas e o projeto ultranacionalista, durante tempos de guerra. Serão abordadas bibliografias relacionadas ao Estado Novo, ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), à participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e a propaganda, em regimes totalitários e ditoriais, incluindo referências as reflexões da filósofa Hanna Arendt. Nesse contexto, serão exploradas as moedas que apresentam a efígie de Vargas e fazem alusão às riquezas nacionais.

O terceiro capítulo se volta as reflexões pedagógicas da numismática no ensino de História, aos relatos das nossas ações educacionais e da produção do produto pedagógico, que é repositório virtual através do *blog*. Esta última parte da dissertação será intitulada “As novas ferramentas pedagógicas para o ensino de História no universo virtual” e, conta com dois subtítulos.

No primeiro subtítulo, é abordada a relevância das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) na educação básica e, em especial, no ensino de história. Serão explorados os impactos das tecnologias digitais e do ambiente virtual no processo de aprendizagem e inclusão digital dos estudantes. Será valorizada a importância de utilizar recursos tecnológicos e digitais, aliada a apresentação de novas fontes históricas físicas – neste caso moedas e cédulas – para enriquecer o ensino de história, permitindo uma abordagem mais interativa, envolvente e acessível aos discentes.

No segundo subtítulo, é destacado o uso de um *blog* como ferramenta pedagógica, com uma abordagem similar à um museu virtual. Nesse contexto, será descrita a implementação de um *blog*, com ênfase na interação dos jovens estudantes, por meio da produção de vídeos curtos sobre as moedas e o contexto estudado na dissertação. Será apresentada a experiência da montagem do *blog*, evidenciando o envolvimento dos estudantes na produção dos vídeos e a estrutura do próprio repositório, ressaltando que ele está em constante atualização e aprimoramento.

Essa abordagem permite explorar a utilização das novas ferramentas digitais e virtuais como um meio dinâmico e interativo para o ensino de história, proporcionando aos estudantes uma experiência enriquecedora e participativa. Através do uso do *blog*, os estudantes têm a oportunidade de produzir conteúdo multimídia e compartilhar seus conhecimentos, criando um ambiente de aprendizagem colaborativo e estimulante.

Por fim, para colaborar com o processo de ordenamento e catalogação da maioria das cédulas e moedas – vital para a produção da dissertação e do produto pedagógico –, utilizamos dos catálogos produzidos pela Numismática Vieira nas edições do ano de 2019. Os conceitos de anverso e reverso para delinear cada lado da moeda e, de frente e verso para as cédulas, também foram baseados nas formulações dos catálogos da Numismática Vieira.

CAPÍTULO 01 – A NUMISMÁTICA ENQUANTO FONTE HISTÓRICA

Trabalhar novas ferramentas pedagógicas em sala de aula requer estudo e pesquisa, além de tempo disponível, tempo este que além da dedicação à leitura, servirá para a reflexão sobre essa busca, para desempenhar este novo fazer pedagógico. A busca por novas ferramentas não surge do nada, não aparece instantaneamente, ela é o reflexo das experiências vivenciadas no espaço laboral do professor, que é a sala de aula ou nos espaços onde os estudantes por alguns minutos se entretêm e desenvolvem o currículo oculto. Esses espaços tornam o ambiente educacional um grande laboratório de pesquisa e experimentação.

A busca por novas ferramentas pedagógicas por parte do educador(a) é uma autocrítica sobre sua ação no ensino que, segundo o pedagogo Paulo Freire (1996, p. 11) é uma atitude vital, pois a “reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática ativismo”.

Ao buscar novas formas de trabalhar o conteúdo de História, um novo fazer pedagógico, o professor precisa estar ciente que ensinar não é transferir conhecimento ao estudante, mas criar possibilidades para a sua produção ou sua construção (FREIRE, 1996. p. 12).

O conhecimento histórico precisa ser construído pelo estudante através das suas percepções nas aulas aliada as suas vivências cotidianas, teoria e prática precisam estar atreladas, somente com essa percepção o discente terá a capacidade de despertar uma consciência do que é apreendido em teoria. Segundo o historiador Jörn Rüsen (2011, p. 16), a “[...] consciência histórica será algo que ocorre quando a informação inerte, progressivamente interiorizada, torna-se parte da ferramenta mental do sujeito e é utilizada, com algumas consistências, como orientação no quotidiano”.

Neste sentido, a nova ferramenta pedagógica a ser pensada precisa levar em consideração essas minuciosidades, que irão fazer o estudante refletir sobre o que está estudando e sobre as realidades que ele está inserido.

Pensando em aliar teoria e prática, e transformar as aulas mais interessantes e com estudantes mais reflexivos e críticos, busquei como objeto de pesquisa e nova ferramenta pedagógica, algo que faz parte do nosso cotidiano, no caso o papel-moeda: moedas e cédulas que circularam na economia brasileira. A numismática, que centra no estudo destes objetos, pode ser vista como um grande potencial histórico e recurso didático.

O meu interesse pela numismática aconteceu devido à um encontro com o orientador, que ao mostrar suas coleções de moedas, me fez reviver algo do meu passado, onde meu avô de parte paterna tinha uma pequena caixa de moedas antigas guardadas, e isso me chamava muito a atenção, me encantava e despertava curiosidades. Até então não sabia nem mesmo o significado da palavra numismática e nem mesmo que existia uma forma de trabalhar como ferramenta pedagógica, nas aulas de História. Percebi que a coleção de moedas de meu avô, que sempre me chamava atenção desde a infância, despertava em mim um sentimento de nostalgia e que o interesse pela numismática estava latente, apesar de ocultado. O desenvolvimento da pesquisa serviu para despertar e aprofundar esse interesse. Além disso, também tenho minha pequena coleção de moedas que, apesar de não ser muito grande, é rica em memórias e sentimentos.

A origem do nome numismática é grega, vem de *nomisma* e do latim *nummus*², essas palavras eram utilizadas pelas civilizações ocidentais da antiguidade clássica para designar suas moedas (COSTILHES, 1985). Um pequeno objeto que é um documento e ao mesmo tempo um monumento, carregado de memórias, capaz de aguçar a curiosidade não só do professor/historiador, mas também de seus estudantes. A numismática vê no papel-moeda um documento histórico e artístico (FRÈRE, 1984). Por traz das efígies, existe toda uma tática de quem as criou e do grupo social que controla sua produção, são representações implícitas e/ou evidenciadas de poder, são objetos que circulam no dia-a-dia de qualquer sujeito, fazem parte de uma sociedade, de um determinado espaço e determinado tempo.

A numismática é o estudo e colecionismo de moedas, cédulas medalhas e outros objetos relacionados à cunhagem e ao dinheiro. Essa área do saber pode ser considerada uma fonte histórica valiosa, já que as moedas e cédulas são objetos produzidos, em grande escala pelos Estados Nacionais e circulam por longos períodos de tempo, permitindo uma visão histórica de uma região. Além disso, as moedas são frequentemente marcadas com símbolos, imagens e inscrições que podem fornecer informações valiosas sobre a economia, política, cultura, religião, dentre outros aspectos de uma época. Como tal, a numismática é uma ferramenta importante para historiadores, arqueólogos e outros especialistas que buscam entender o passado. Portanto se faz necessário explorar as maneiras pelas quais a numismática pode ser usada como fonte histórica no ensino e como ela tem contribuído para nossa compreensão da história.

² *Nummus*; plural: *voῦμουι, nummi*) é um termo latino que significa "moeda", usado tecnicamente para uma série de moedas de cobre emitidas pelos imperadores romanos e bizantinos durante a antiguidade tardia ocidental europeia.

Ao considerar o papel das moedas na análise histórica, Jonard (2020) destaca que,

Todas estas possibilidades de análise estão atreladas a determinados processos históricos, e devem ser utilizadas pelos historiadores à exaustão. [...] A relação do metal-moeda com estes processos é evidente, pois toda moeda é testemunho de seu próprio tempo. Elas circularam pelas mãos das pessoas em todas as eras desde a antiguidade (2020, p. 15).

O objeto de pesquisa, estudo, o recorte temporal e espacial que optei para desenvolver o trabalho dissertativo, é sobre o período do primeiro governo presidencial de Getúlio Vargas que esteve à frente no Brasil, entre os anos de 1930 e 1945, período repleto de embates e de transformações políticas, econômicas e sociais, que reverberam até os dias atuais.

A numismática pode ser uma ferramenta valiosa no ensino de história na contemporaneidade, que pode ser utilizada para construir saberes e compreender a “primeira era” de Getúlio Vargas. O uso de moedas e cédulas como fontes primárias podem apresentar novas possibilidades e ferramentas pedagógicas para o ensino de história na sala de aula. Estudos como a dissertação de mestrado de Paulo Roberto de Menezes Rêgo, *Cara e Coroa: um roteiro para o uso de moedas no ensino de História do Brasil* (2020), e a tese de doutorado de Claudio Umpierre Carlan, *Moeda e poder em Roma: um mundo em transformação* (2007), demonstram a importância da numismática enquanto fonte histórica.

A abordagem da numismática em sala de aula pode ampliar a compreensão dos estudantes sobre a cultura, política e economia de uma época específica, e auxiliar na construção de novas perspectivas sobre o passado. Também a utilização de novas ferramentas pedagógicas no ensino de história, especialmente as digitais, aliadas ao estudo do papel-moeda, podem ampliar a compreensão dos estudantes sobre o passado e o tempo presente.

O presente trabalho aproxima das proposituras metodológicas efetuadas pela Escola dos *Annales*³ no âmbito do labor historiográfico.

Ao levar para a sala de aula a numismática, a análise de moedas e cédulas, diferentes áreas de conhecimento serão utilizadas, mas a primordial será a história, pois o estudante estará diante de um documento/monumento, que segundo o historiador Jacques Le Goff:

A palavra latina *monumentum* remete para a raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*meminī*). O verbo *monere* significa 'fazer recordar', de onde 'avisar', 'iluminar', 'instruir'. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo

³ Escola dos *Annales* foi um movimento historiográfico surgido na França, durante a primeira metade do século XX. Em oposição a história tradicional, historicismo ou positivismo.

que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos (1990, p. 536).

Por mais que os discentes não tenham vivenciado a ‘Era Vargas’, é possível através dos estudos, da instigação à curiosidade por meio da numismática fazê-los se interessar, incentivando a pesquisa. Poderão fazer um exercício interessante nos seus levantamentos de dados correlatos, como efetuar o levantamento da idade dos seus avós, bisavôs, trisavôs e até mesmo os tataravôs, associando assim a história de sua família ao período estudado. O estudante será incentivado não só buscar a história dos seus familiares, mas também buscarão conhecer o momento político, econômico e todo o contexto social do período investigado, além da curiosidade sobre os personagens que se encontram nas moedas, os desenhos, os emblemas, entre outros. Assim a história se torna mais interessante, pois o estudante terá em suas mãos e em sua vida o sinal do passado, atrelado ao seu presente.

Também despertar para a curiosidade sobre o próprio processo de produção do documento e o contexto em que ele foi produzido. “O documento não é inócuo. É antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver” (LE GOFF, 1990. p. 547-548). Tais documentos serão posicionados enquanto fontes primárias que, fará com que se estabeleça várias relações com o período estudado.

As moedas e cédulas do primeiro governo Vargas traz uma grande carga de simbologias. Elas não são criadas e impressas aleatoriamente, por traz de uma efígie há uma carga de representatividade e estratégias, vinculadas ao grupo político que se encontra no poder.

O uso da numismática em sala junto aos estudantes, visa despertar o interesse dos jovens estudantes para que compreendam o emaranhado de relações sob as criações de cada governo, as intencionalidades. Também teve como objetivo uma análise do documento, neste caso, moedas ou cédulas do período. Tais documentos são posicionados enquanto fontes primárias que, faz com que se estabeleça várias relações com o período estudado, desmitificando-o. Tal propositura é instigadora, pois assim como um investigador, o discente buscará decifrar o que está por traz da cunhagem daquela moeda, qual o tipo de metal, o que representa os símbolos, em que ano foi cunhada, o que estava acontecendo naquele momento específico no país, etc.

As moedas e cédulas do primeiro governo Vargas traz uma grande carga de simbologias, elas não são cunhadas aleatoriamente, por traz de uma efígie há uma carga de representatividade e táticas, vinculadas ao grupo hegemônico no poder,

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 1988, p.17).

No contexto da numismática, podemos perceber que as moedas são artefatos criados por autoridades governamentais, reis, ou líderes políticos, e, portanto, carregam em si uma intencionalidade.

As representações presentes nas moedas, sejam elas imagens de líderes, símbolos nacionais, cenas históricas ou outros elementos, são cuidadosamente selecionadas e projetadas para transmitir uma mensagem específica. Essas representações numismáticas são moldadas pelos interesses dos grupos hegemônicos, que buscam legitimar seu *status*, propagar sua ideologia e promover sua autoridade. Dessa forma, as moedas se tornam veículos de comunicação visual que refletem as relações de poder e as agendas políticas de determinado período histórico.

Em suma, é importante considerar o relacionamento entre os discursos proferidos nas moedas e a posição dos grupos que as utilizam, oferecendo uma perspectiva crítica e contextualizada para a análise numismática.

1.1 A “revolução” historiográfica dos *Annales* no uso da interdisciplinaridade e na ampliação das fontes históricas

O tempo é o grande mestre das transformações, das modificações, o resultado dessas mudanças é o que também podemos chamar de metamorfoses. O mundo nunca parou de se recriar, de se reinventar, os eventos e acontecimentos históricos, por mais simplórios que possam aparentar, não são menos importantes que um “grande” evento. Um personagem/indivíduo da história por mais distante que esteja da sua residência, longe de tudo ou de todos, ele tem sua história, assim como tem um rei, um imperador ou general. Assim como as fontes da história, não apenas o que está escrito faz parte da história, a denominada “pré-história” foi e é carregada de história, assim como as xícaras guardadas do casamento da

avó ou da mãe, a panela tão bem cuidada que foi ganhada de um irmão da avó, as memórias de um ancião da comunidade, uma festa popular tradicional, tudo é história, objetos e experiências humanas que são carregados de simbolismos, emoções, tradição, entre outras características.

Para a produção historiográfica contemporânea, não é determinante se a trama histórica ocorreu num palácio governamental ou num bairro operário, se os sujeitos estudados são de camponeses ou um de imperador, se os objetos a serem analisados são a mobília de uma casa humilde ou as obras de arte de um palacete, tudo é história e podem ser objetos selecionados para uma pesquisa. Relembrando aqui Jules Michelet, nos volumes sobre a História da França publicados no século XIX, mais propriamente escritas entre 1833 e 1867, traz uma narrativa de eventos que vão além dos eventos políticos e militares, pois incorpora na sua obra a história social, cultural, religiosa entre outros, valoriza a importância dos povos e das classes populares, na construção da história da França.

Mesmo os escritos historiográficos de Michelet estarem antes da grande inovação proporcionada pelo movimento dos *Annales*, na sua produção está presente traços que algo estava em maturação, mas a profundidade dessa transformação vindoura teve algo a mais, que talvez Michelet apenas ensaiava em seus escritos.

A principal proposta programática dos *Annales*, foi a interdisciplinaridade. As suas três gerações de historiadores – em elaborações e concepções historiográficas –, apesar das suas divergências e descontinuidades, fizeram uma história sob a influência das ciências sociais (REIS, 2000, p. 15).

A prática metodológica da interdisciplinaridade também está presente na formação do saber da numismática, apesar do pensamento dos *Annales* não estar correlacionada com o desenvolvimento da concepção da numismática. Por mais que corriqueiramente as pessoas associarem a numismática ao colecionismo de papel-moeda, esta área do saber visa articular a política, a economia, as artes e a cultura na interpretação das peças monetárias, que circulam no cotidiano popular.

Apesar do papel-moeda normalmente ser regulamentado, produzido e difundido pelo Estado-nação, e do princípio de seu colecionismo ser um *habitus* de parte dos governantes, nobres e das elites econômicas, tais peças com fins monetários não eram vistas como fontes privilegiadas para a produção historiográfica de uma sociedade e/ou civilização, antes das inovações dos *Annales*. A história tradicional, calcada no pensamento filosófico positivista do

século XIX, visualizava na escrita dos documentos oficiais de Estado a principal fonte para o labor historiográfico, marginalizando moedas e cédulas, dentre outras fontes possíveis.

A grande transformação da história tradicional elaborada no século XIX, baseada nos grandes homens e nos grandes eventos delineados pelas elites dirigentes, não foi possível apenas pelo uso da interdisciplinaridade e sua aproximação e entrelaçamento com as ciências sociais, essa mudança teve que acontecer também com um novo olhar para o tempo retratado pelos historiadores. Segundo o historiador brasileiro José Carlos Reis (2000, p. 15), um dos intérpretes dos *Annales*: “Nós consideramos, portanto, que não foi propriamente a interdisciplinaridade a grande mudança epistemológica produzida pelos *Annales*, mas aquilo que a tornou possível: [foi] a nova representação do tempo histórico”.

Ao contrário da história tradicional, a aproximação com as ciências sociais fez com que a história não se curvasse mais obrigatoriamente à história construída de forma linear, assimétrica entre o passado e o futuro. Essa ordem foi questionada e ganhou uma simultaneidade estrutural. Isso não significou o fim da linearidade histórica desenvolvida nos marcos do eurocentrismo ocidental.

Muito da produção historiográfica nacional brasileira, do desenvolvimento do currículo escolar da história na educação básica e do currículo acadêmico na formação de professores em história no país, ainda está baseado na Europa como o centro dos fatos e do desenvolvimento humano. A numismática e seus objetos de estudo, que estão presentes em diversas partes do mundo e em temporalidades distintas, podem colaborar nessa empreitada estimulada pelos *Annales*, desenvolvendo novas perspectivas de temporalidades e temas humanos na reflexão histórica.

A transformação que mexeu com os alicerces da história tradicional se deu com Lucien Febvre e Marc Bloch (BURKE, 1992) – considerados como os pioneiros nas elaborações e movimentações dos *Annales*. O momento de produção histórica a qual estavam vivenciando era a história dos acontecimentos políticos, de viés positivista. Na época se destacava na França Michelet, Fustel de Coulanges, entre outros.

Bloch, Febvre e Fernand Braudel enxergaram nos escritos tradicionais que a história não poderia ser apenas política ou vinculada aos grandes eventos, essa história precisava se libertar do tradicionalismo, sair do espaço exclusivo do macro para navegar nos variados espaços do micro, voltar sua atenção para o cotidiano popular, para os pequenos eventos transformadores, apesar que não podemos desprezar a história tradicional, pois foi a partir dela que foi possível uma nova visão de se fazer história. Além disso, os escritos tradicionais

da “velha história” pode ser e são visitados e revisitados pelos historiadores, pois também são fontes e não devem ser desprezadas.

Na apresentação de Nilo Odália, na versão brasileira do livro *A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da historiografia*, do historiador Peter Burke, fica evidenciada a necessidade da transformação e da mudança que o pensamento historiográfico necessitava. Odália (1992, p. 01) relata que:

A necessidade de uma história mais abrangente e totalizante nascia do fato de que o homem se sentia como um ser cuja complexidade em sua maneira de sentir, pensar e agir, não podia reduzir-se a um pálido reflexo de jogos de poder, ou de maneiras de sentir, pensar e agir dos poderosos do momento. Fazer uma outra história, na expressão usada por Febvre, era, portanto, menos redescobrir o homem do que, enfim, descobri-lo na plenitude de suas virtualidades, que se inscreviam concretamente em suas realizações históricas. Abre-se, em consequência, o leque de possibilidades do fazer historiográfico.

Esse novo pensar a historiografia se associando à outras disciplinas, a exemplo das ciências sociais, antropologia, geografia, entre outros, abriu várias possibilidades de reflexão, em meio à história positivista, dita tradicional, mesmo atacados, criticados e cercados por todos os lados, os ‘revolucionários’ dos *Annales* ficam os novos marcos nas clareiras abertas e assegurando o território conquistado, delineia novos espaços na reflexão histórica, utilizando-se de arsenais teóricos, com argumentos inovadores, constrói algo e, pouco a pouco, conquista e expande espaços no labor historiográfico, rompendo as “antigas fronteiras” delineadas pelo pensamento positivista.

Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernand Braudel, Georges Duby, Jacques Le Goff e Emmanuel Le Roy Ladurie formavam, nos primeiros momentos, o “núcleo central” dos *Annales*, esse grupo ao irradiar novas expectativas diante de uma nova visão historiográfica, se tornam foco de observação de outros historiadores, principalmente na realização de algo até então impensável, que era o diálogo com outras ciências, uma complementação interdisciplinar para compreender e fazer uma história mais totalizante, que abranja e estimula a preencher lacunas que a história elaborada pelos positivista não conseguia promover. Outros historiadores, com o transcorrer do século XX, deram suas contribuições à essa grande transformação, mesmo não sendo parte do “núcleo central” ou ‘afiliação’ explícita com os *Annales*, como Ernest Labrousse, Pierre Vilar, Maurice Agulhon, Michel Vovelle, Roland Mousnier e Michel Foucault entre outros.

Almejando uma caracterização na dinâmica do desenvolvimento na movimentação historiográfica dos *Annales*, Burke (1996, p. 06-07) faz a seguinte análise:

Esse movimento pode ser dividido em três fases. Em sua primeira fase, de 1920 a 1945, caracterizou-se por ser pequeno, radical e subversivo, conduzindo uma guerra de guerrilhas contra a história tradicional, a história política e a história dos eventos. Depois da Segunda Guerra Mundial, os rebeldes apoderaram-se do *établissement* histórico. Essa segunda fase do movimento, que mais se aproxima verdadeiramente de uma “escola”, com conceitos diferentes (particularmente estrutura e conjuntura) e novos métodos (especialmente a “história serial” das mudanças na longa duração), foi dominada pela presença de Fernand Braudel. Na história do movimento, uma terceira fase se inicia por volta de 1968. É profundamente marcada pela fragmentação.

Mesmo em sua terceira fase, apesar do movimento ter se fragmentado, o processo de uma nova historiografia já estava consolidado. A história positivista que surgiu no século XIX, na França se baseava na crença de que a história é governada por leis objetivas e que é possível aplicar um método científico para estudá-la de forma sistemática e imparcial. Essa forma de escrever a história foi diluída com o movimento dos *Annales*, pois no positivismo, o estudo da história, deve se concentrar nos fatos objetivos e mensuráveis, em detrimento das interpretações subjetivas.

Em contraponto, a Escola dos *Annales* propôs uma abordagem mais ampla e interdisciplinar, que buscava compreender a história a partir de múltiplas perspectivas, levando em consideração, não apenas os eventos políticos, mas também a economia, a cultura, a sociedade e o meio ambiente. O objetivo principal era compreender as transformações sociais a longo prazo, ao invés de apenas narrar os fatos pontuais. A Escola dos *Annales* foi fundamental para renovação da historiografia, influenciando diversas áreas do conhecimento e inspirando outras correntes historiográficas, em todo o mundo.

Dentre as renovações propostas pelos *Annales* emerge a ampliação da concepção de fonte documental no labor historiográfico. Se para os positivistas as fontes privilegiadas e legítimas eram os documentos escritos elaborados pelo e para o Estado-nacional, para os *Annales* todo vestígio da ação humana é uma fonte histórica. Esse novo paradigma colaborou para quebra do monopólio da visão histórica calcada na política e na economia desenvolvida e narrada sobre o prisma das elites dirigentes. Agora a memória dos analfabetos, as festanças populares, a arqueologia, a etnografia, a literatura marginal e a denominada como erudita, dentre outros rastros da vivência humana, passa a ser possíveis fontes documentais para o trabalho do historiador. Emurge então a perspectiva de uma história plural.

As moedas, cédulas, medalhas e o próprio exercício da atividade da numismática passam a ser fontes da história, sob um novo prisma com a inovação dos *Annales*. Inclusive a perspectiva interdisciplinar, colabora na contemporaneidade para tratar a numismática como uma prática e um saber que ultrapassa o simples colecionismo. Aspectos das relações de

poder, das artes, do modelo econômico e da cultura local, podem ser particularidades a serem exploradas no papel-moeda enquanto fonte histórica. Apesar da expansão das fontes históricas defendida pelos *Annales*, as moedas e as cédulas são pouco exploradas pelos historiadores contemporâneos, inclusive no cenário brasileiro, seja no espaço de pesquisa histórica nas universidades como também nas práticas do ensino de história na educação básica.

Com essa abertura do leque revolucionário promovida pelos *Annales*, as possibilidades de novas interpretações e movimentos relacionados à nova historiografia vão surgindo ao longo dos anos. A exemplo, emerge os estudos sobre o cotidiano nos dois volumes da obra *A Invenção do Cotidiano* de Michel de Certeau, lançado em fevereiro de 1980 – texto inovador, onde apresenta os resultados de uma pesquisa de longo fôlego sobre aspectos metodológicos do estudo do cotidiano doméstico francês (do final de 1974 a 1978). Na perspectiva de Certeau, então próximo e bebendo da mesma fonte juntamente com a 3^a geração dos *Annales*, apresenta em sua pesquisa a ideia central de que a vida cotidiana é um espaço de resistência e de criação de táticas e estratégicas utilizadas pelas pessoas comuns para se adaptarem e se apropriarem do mundo em que vivem. Segundo Certeau (1998) as pessoas são capazes de criar modos de agir que subvertem a lógica do poder estabelecido e que, ao fazê-lo, criam novas possibilidades de ação e de subjetividades, a vida cotidiana não é passiva e determinada pelas estruturas de poder, mas sim um espaço em que as pessoas exercem sua criatividade inventividades para sobreviver e se realizar. Certeau, faz uma crítica ao positivismo em seu livro, principalmente a ideia de que o poder é monolítico e incontestável, é uma celebração da capacidade humana de criar e reinventar o mundo em que vivemos.

Antes mesmo da introdução geral de *A Invenção do Cotidiano*, Certeau nos traz uma visão do que se trata a sua pesquisa e os relatos que vão ser encontrados no livro,

Os relatos de que se compõe esta obra pretendem narrar práticas comuns. Introduzi-las com as experiências particulares, as frequentações, as solidariedades e as lutas que organizam o espaço onde essas narrações vão abrindo um caminho, significará delimitar um campo. Com isto, se precisará igualmente uma maneira de caminhar, que pertence aliás às “maneiras de fazer” de que aqui se trata. Para ler e escrever a cultura ordinária, é mister reaprender operações comuns e fazer da análise uma variante do seu objeto (CERTEAU,1998, p. 35).

A pesquisa de Certeau e sua obra ganhou tamanha abrangência devido a toda subversão que iniciou a Escola dos *Annales* no início do século XX, mesmo não sendo um historiador profissional, e sim um teórico, sempre se interessou pela história e pela cultura, e sua abordagem interdisciplinar e a ênfase nas práticas culturais e cotidianas, que são

características dos *Annales*, influenciaram o pensamento de Certeau e fez com que suas obras aproximassem da perspectiva na nova historiografia.

As moedas e cédulas, enquanto peças monetárias que circulam no cotidiano popular, produzem vários vínculos simbólicos com as pessoas. No caso da conjuntura política e econômica brasileira, que vivenciou uma série de crises ao longo do período imperial e republicano, tais contextos promoveram um conjunto de planos econômicos e famílias monetárias, que promoveram uma expressiva substituição e variedade de papel-moeda que circularam nas mãos dos brasileiros, ao longo dos anos.

Nessa dinâmica a moeda e a cédula, produzida num determinado governo e/ou plano econômico, podem promover memórias de um período vivido pelo sujeito. Lembranças de um cotidiano que pode remeter a um momento de bonança ou de dificuldade financeira, do emprego ou desemprego, dos tempos de infância, juventude e princípio da vida adulta, ou até mesmo estimular recordações familiares.

Apesar de não ser objetivo desta pesquisa dissertativa explorar a diversidade do papel-moeda brasileiro e sua correlação afetiva (ou de ressentimentos) nas memórias do cotidiano popular, no campo do espaço educacional o uso do papel-moeda enquanto recurso pedagógico para desenvolver o ensino de história pode se tornar uma ferramenta potente.

Nesse viés, a perspectiva apresentada por Certeau na história do cotidiano é uma excelente oportunidade de aproximar a história ensinada, interligando-a as vivências dos familiares dos discentes, utilizando-se das moedas e cédulas que circularam nas mãos dos pais, avós e outros descendentes – e suas memórias – como mediadoras para acessar o passado. Mesmo o texto dissertativo desta pesquisa possuindo suas limitações frente a abordagem do cotidiano, espera-se que o produto pedagógico advindo deste trabalho possa estimular no labor do ensino de história os saberes apontados por Certeau em explorar as memórias do cotidiano.

Concomitantemente, na mesma época da elaboração dos ensinamentos de Michel de Certeau, e fazendo parte da terceira geração da Escola dos *Annales*, Jacques Le Goff também deu a sua grande contribuição à “nova História”, sua geração ficou conhecida como “geração da história das mentalidades” ou “história cultural”. A preocupação dessa geração era com a história das mentalidades, das representações, dos símbolos e das práticas culturais, essa linhagem de historiadores valorizava a interdisciplinaridade e buscava compreender a história, a partir de uma perspectiva mais ampla, levando em conta a cultura, as artes, a religião, as mentalidades e as representações simbólicas. Em seu livro *História e Memória*, Le Goff

apresenta a ideia central de que a história e a memória são duas formas distintas de representação do passado, mas que estão interligadas e complementares. Para ele a história é uma construção intelectual que busca a verdade dos fatos e a objetividade, enquanto a memória é uma construção coletiva e subjetiva que busca a identidade e a continuidade. As duas compartilham o objetivo de dar sentido ao passado e de produzir uma interpretação significativa do presente, ambas são necessárias para a compreensão da cultura e da sociedade. Seu livro faz uma reflexão sobre a relação entre história e memória, e sobre o papel que essas duas formas de representação do passado desempenham na construção da identidade cultural e social.

Para conseguir chegar a esse ponto relacionando história e memória, Le Goff faz uma busca epistemológica da palavra história, passando pelas línguas românicas e anglo saxã, mostra as suas similaridades e diferenças, atrela os significados ao historicismo do século XIX e fundamentando sua ideia a partir de vários historiadores, teóricos, filósofos entre outros do seu tempo e do passado, a exemplo de Lefebvre, Paul Veyne e Paul Ricoeur, faz uma crítica à historicidade *événemmentielle*⁴, baseada no sistema positivista, tradicional, a história dos eventos. Le Goff, não foge ao processo de uma nova história que iniciou na primeira geração, mais do que os seus antepassados, ele busca na interdisciplinaridade a compreensão da história, a exemplo de Paul Ricoeur,

Irei, pois, abordar a história pedindo a um filósofo a idéia de base:
 “A história só é história na medida em que não consente nem no discurso absoluto, nem na singularidade absoluta, na medida em que seu sentido se mantém confuso, misturado... A história é essencialmente equívoca, no sentido de que é virtualmente *événemmentielle* e virtualmente estrutural. A história é na verdade o reino do inexato. Esta descoberta não é inútil; justifica o historiador. Justifica todas as suas incertezas. O método histórico só pode ser um método inexato... a história quer ser objetiva e não pode sê-lo. Quer fazer reviver e só pode reconstruir. Ela quer tomar as coisas contemporâneas, mas ao mesmo tempo tem de reconstituir a distância e a profundidade da lonjura histórica. Finalmente, esta reflexão procura justificar todas as aporias do ofício do historiador, as que Marc Bloch tinha assinalado na sua apologia da história e do ofício de historiador. Estas dificuldades não são vícios do método, são equívocos bem fundamentados” (RICOEUR, 1961, p. 226 apud LE GOFF, 1990, p. 21-22).

A claridade nas ideias de Ricoeur citada por Le Goff sobre a história, talvez seja uma das mais impressionantes dentro da perspectiva da “Nova História”, mesmo não sendo historiador, sendo um filósofo, conseguiu captar a essência dos *Annales*, obviamente, que Ricoeur já estava embebido nas ideias da primeira e segunda geração da Escola dos *Annales*, o que faz com que repense inclusive a filosofia.

⁴ História dos grandes eventos.

O tempo da história tradicional é colocada em xeque a todo o momento, ao longo da história das gerações dos *Annales*,

Com essa nova visão do homem e da história, sustentada pela sua inovadora reconstrução do tempo histórico, um ‘outro homem’ aparece na pesquisa histórica. A história sofreu uma modificação profunda em seu campo de análise. Dominada por um tempo teleológico, a história tradicional enfatizava a “história acontecimental”: o homem aparecia na história política, das ideias, na biografia dos grandes líderes. A história tradicional era um “olhar a partir de cima”: psicológica, elitista, biográfica, qualitativa, visava ao particular, ao individual e ao singular, era legitimadora, partidária, comemorativa, uma narrativa justificadora do poder presente. Os historiadores dos *Annales* darão ênfase à região “não acontecimental” da história: ao mundo mais durável, mais estruturado, mais resistente à mudança, da vida material econômico-social e da vida mental (REIS, 2000, p. 22).

É perceptível essa nova visão de ler a humanidade no passado em todas as pesquisas e fundamentações em todas as gerações dos *Annales*, o que torna possível as novas abordagens historiográficas da atualidade. Segundo o historiador José Carlos Reis (2000), um dos principais intérpretes dos *Annales* dentre os pesquisadores brasileiros, o arquivo do historiador se renovou e diversificou, tornando o historiador um sujeito inquieto, que reabre constantemente o passado, em vez de reconstituí-lo definitivamente, assim a história sofre as metamorfoses relacionadas às várias interpretações ao longo do tempo. O historiador se porta como um homem que viaja no tempo, e ao inferir, nesse passado, o transforma segundo as suas interpretações especulativas e interesses do seu momento presente.

Essas inferências do historiador que acontece em diferentes contextos históricos, precisam levar em consideração as práticas culturais e representações simbólicas na qual a pesquisa está inserida (CHARTIER, 1990), a exemplo da abordagem numismática em sala de aula, e ter um cuidado especial para não tornar a pesquisa e a interpretação dos estudantes sobre uma história positivista, ou *événemmentielle*.

O estudante necessita compreender que a cultura, a memória e a própria história são espaços em disputas, no qual diferentes atores sociais disputam o poder de produzir e difundir seus próprios significados e representações simbólicas, o que pode ser compreendido através das moedas e cédulas cunhadas ou impressas em qualquer momento da vida nacional, assim como deve compreender que a sociedade da época estudada tem seu cotidiano específico e as práticas de resistência e estratégicas. Também se torna vital que o discente tenha a percepção que a cultura da época não era estática ou neutra, mas sim um terreno fértil para a criação de significados e sentidos que moldam as identidades, crenças e valores de uma sociedade.

Uma proposta importante, não desprezando as demais, é a que o historiador Roger Chartier estimula para a compreensão e uma melhor análise da cultura. Em seu livro *A*

História Cultural: entre práticas e representações, o autor propõe uma abordagem interdisciplinar para a análise da cultura, que leva em consideração tanto as práticas cotidianas e materiais (como a leitura, a escrita, a pintura, a escultura, etc.) quanto as representações simbólicas (como os mitos, narrativas, imagens etc.), que são criadas e disseminadas por meio dessas práticas.

Apesar de Chartier não utilizar o papel-moeda enquanto fonte primária ou secundária e nem os estudos da numismática, a sua proposição visa compreender a dinâmica complexa das relações entre a cultura e a sociedade no tempo pesquisado, perspectiva que pode corroborar para a análise da estética, das efígies e demais imagens artísticas dispostas numa moeda ou cédula, almejando desvendar qual(is) é(são) a(s) estratégia(s) e tática(s) do Estado-nação e de sua elite dirigente com aqueles símbolos no papel-moeda, por outro lado, vislumbrar quais são as apropriações representativas que circulam entre os usuários – apesar desta última não adentrar no raio desta pesquisa dissertativa, mas com perspectiva de estar presente na prática do ensino em História.

1.2 As moedas e cédulas enquanto reprodutoras da ordem social no seu período de cunhagem e as moedas e cédulas enquanto fontes para o ensino de história no tempo presente

Quando pensamos em cédulas e moedas, temos que ter um olhar além do uso do consumo para a satisfação e realização de desejos pessoais ou para a sobrevivência. As moedas e cédulas desempenham um papel importante na nossa sociedade, como garantir a ordem econômica e social, ou usadas para almejar a estabilidade política, além de influenciar a forma como as pessoas interagem entre si.

O sistema econômico/monetário de um país capitalista não gera uma pluralidade de classes sociais, e a estruturação das classes existentes são reproduzidas e reafirmadas ao longo do tempo, perpetuando o fosso das desigualdades sociais. As instituições estatais e o papel-moeda circulante, desempenham um papel relevante, na reprodução dessas desigualdades. As cédulas e moedas, enquanto peças produzidas pelo Estado-nação, são ferramentas importantes para entender como a ordem social e econômica de um país é pensada por suas elites dirigentes. Por outro lado, no campo histórico e educacional, podemos aprender com as formas de produção e circulação do dinheiro, via o papel-moeda, aspectos societários do tempo passado e do tempo presente.

A sociedade é permeada por uma diversidade de campos sociais, que se entrelaçam à economia, política, cultura, entre outros. Cada campo constitui suas próprias regras, hierarquias e relações de poder. Em meio a esse processo, o espaço social está presente nessas estruturas, ele se molda em cada um dos campos, seja econômico, político ou cultural, onde as pessoas ocupam posições sociais dentro de cada campo. Esse espaço é hierarquizado, onde as pessoas possuem diferentes quantidades de recursos, seja dinheiro, educação, influência entre outros.

Segundo Pierre Bourdieu,

O espaço social é construído de tal modo que os agentes ou os grupos são aí distribuídos em função de sua posição nas distribuições estatísticas de acordo com os *dois princípios de diferenciação* que, em sociedades mais desenvolvidas, como Estados Unidos, o Japão ou a França, são, sem dúvida, os mais eficientes - capital econômico e o capital cultural (1996, p. 19).

O capital econômico, que se refere aos recursos financeiros e materiais possuídos por uma pessoa, em uma sociedade capitalista, desempenha papel central na estratificação social, pois influencia diretamente o acesso a oportunidades, serviços e privilégios. Por outro lado, o capital cultural envolve conhecimentos, habilidades, competências e formas de cultura adquiridas por meio da educação formal, da socialização e da experiência. Isso inclui não apenas a educação acadêmica, mas também a familiarização com a arte, literatura, normas culturais e valores específicos de um determinado grupo social. Segundo Bourdieu a distribuição de posições no espaço social é mediada pela quantidade e qualidade do capital econômico e cultural que os indivíduos ou grupos possuem. Aquele que têm maior poder econômico e cultural têm maior probabilidade de ocupar posições mais privilegiadas e desfrutar de maior *status* e poder na sociedade.

O espaço social se integra a um outro espaço importante, que é o simbólico, que se relaciona ao conjunto de significados, valores e representações compartilhados socialmente. Nesse espaço, as pessoas constroem e negociam sua identidade, *status* e prestígio. O espaço simbólico está intrinsecamente ligado ao espaço social, uma vez que as hierarquias e desigualdades presentes no espaço social refletem no espaço simbólico.

Bourdieu argumenta que o espaço social e o espaço simbólico são interdependentes e se interconectam mutuamente. As posições ocupadas pelas pessoas no espaço social mediam sua posição e valor simbólico na sociedade, enquanto as representações simbólicas e os discursos também têm o poder de moldar as relações sociais e as estruturas de poder.

Esses conceitos são fundamentais para entender como as desigualdades sociais são construídas e mantidas, como diferentes grupos e classes sociais lutam por poder e reconhecimento, e como os sistemas de valores e símbolos moldam nossa compreensão do mundo social.

Quando aplicamos o pensamento de Bourdieu à numismática, no caso das moedas e cédulas, essas são a representação simbólica do poder do Estado e da estrutura social vigente. As moedas criadas estratégicamente durante o primeiro governo Vargas, faziam parte da política de controle social e do fortalecimento do Estado-nacional, servindo como instrumento simbólico para legitimar o governo varguista, reforçando a identidade nacional e transmitindo uma pretensa mensagem de apoio aos trabalhadores, às classes menos favorecidas, ou até mesmo um aceno de paz, como no caso das moedas vicentinas, cunhadas no período do Movimento Constitucionalista Paulista de 1932.

A prática da utilização de moeda como legitimação do poder, é milenar como nos (re)lembra Coelho, fazendo alusão a governança do controle social na ascensão do Império Macedônico na antiguidade clássica ocidental.

A moeda, nas sociedades antigas, era um importante instrumento de legitimação do governo e do poder. Um exemplo é o dracma de Alexandre o Grande, que trazia a imagem da face de Alexandre, encarnando o próprio Hércules, vestido com a pele do leão de Nemeia. Nela, Alexandre demonstrava sua força e seus feitos, sendo comparável somente ao semideus Hércules. No reverso, temos a imagem de Zeus, sentado, com uma águia nas mãos. Essa forma de cunhagem foi copiada pelos generais de Alexandre, após sua morte, como forma de legitimação de seus domínios (2018, p. 29).

Aqui temos uma evidencia de como a cunhagem de moedas era utilizada como uma poderosa ferramenta simbólica, para afirmar o poder político e reforçar a legitimidade dos governantes, nas sociedades antigas. As moedas não eram apenas meios de comercialização, mas também veículos de propaganda política e instrumentos de construção de narrativas que moldavam a percepção, a identidade e a memória coletiva das pessoas.

A retórica de Getúlio Vargas voltado para classe trabalhadora, vinha ao encontro da organização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), onde todas as leis trabalhistas foram unificadas por um Decreto-lei, com 922 artigos, em 1943. As moedas e cédulas não apresentavam a imagem do trabalhador, esse estava nos discursos de Vargas, que se apropriou do 1º de Maio, transformando o Dia do Trabalhador num feriado, com celebrações institucionais, como festas e desfiles. Nas festas o trabalhador é exaltado, ao mesmo tempo se exaltava o Estado-nacional e ações “benevolentes” de Vargas, apontado como o primeiro e grande trabalhador da nação, que “presava e valorizava quem trabalhava”.

Simbolicamente o discurso foi construído ao mesmo tempo que sua efígie era cunhada nas moedas de pequeno valor comercial, revelando o quanto “perto” ele se encontrava dessa classe, apoiando os trabalhadores e sua importância para a nação. Era Getúlio Vargas quem aparecia e não os trabalhadores! A partir da numismática é possível alargar o horizonte de análise, e possibilitar a construção do conhecimento em vários aspectos.

Ao enfatizar o trabalhador em seus discursos, valorizando-os juntamente com suas demandas, estabelecia uma relação de identificação e legitimidade com esse grupo social. Segundo Foucault (1996), essa forma de exercício de poder acaba sendo mais aceita e até mesmo prazerosa para os trabalhadores, que se sentem reconhecidos e representados pelo líder político, essa forma de exercer o poder, ajuda a disseminar os micros poderes, aceito por muitos de forma espontânea, sem a imposição.

O discurso, as moedas, a CLT, se associavam também à política industrializante de Getúlio Vargas, passando a imagem de que a industrialização melhoraria as condições sociais e econômicas da classe operária, enfatizando também a proteção dos direitos laborais.

Portanto as moedas e cédulas criadas no primeiro governo Vargas fazem parte das expressões simbólicas, das relações de poder e das estratégias políticas adotadas na época. Elas foram utilizadas como uma ferramenta para transmitir mensagens populistas e políticas, além de estimular um perfil de identidade nacional em tempos de guerra e estabelecer uma conexão simbólica com os trabalhadores, alinhando-se ao discurso e à política industrializante do governo.

Nesse contexto é *mister* observar que as cédulas e moedas do período Vargas (1930-1945), ao serem cunhadas iam além das práticas corriqueiras de trocas, compras e negociações no mundo da economia. Elas foram minuciosamente pensadas e confeccionadas para se tornar uma ferramenta ideológica, garantindo juntamente com outros novos instrumentos de propaganda e comunicação em massa (cinema, rádio, música etc.) a reprodução da ordem social, desejada pelas elites governantes.

Nessa perspectiva a curiosidade e o estudo numismático executado junto aos estudantes pode trazer uma leitura crítica dessas fontes, além de analisar peculiaridades do material, o metal empregado, o peso, o valor nominal, o perfil do *design* artístico e os elementos simbólicos nas moedas e cédulas, no intuito de desvendar as táticas e ideologias construídas pelo governo vigente. É uma maneira diferente de acessar informações históricas, ao estudar essas fontes, será possível obter uma compreensão mais profunda da sociedade

brasileira à época, o líder político – ou líderes –, quem são promovidos a heróis e/ou referências nacionais, os projetos governamentais, e o perfil do sistema econômico e social.

A utilização do papel-moeda como fonte, é discutida por vários pesquisadores, a exemplo do historiador Ricardo Luiz Jonard, que ao defender seu uso nas aulas de história na educação básica, traz como justificativa a seguinte situação,

Primeiramente, seu uso como fonte em sala de aula já se justificaria apenas por colocar o aluno em contato direto com um documento original produzido em outra época. Mais ainda, elas são reflexo direto das circunstâncias políticas, econômicas, culturais de determinado período (JONARD, 2020, p. 12).

Ao manusear esses artefatos históricos os estudantes têm a oportunidade de vivenciar uma conexão tangível com o passado, o que pode despertar o interesse em relação à história. Essa conexão ela se torna concreta para o ensino de história, dando a oportunidade aos estudantes de observar e analisar diretamente os artefatos, o que pode despertar sua curiosidade e proporcionar uma compreensão mais profunda e envolvente dos contextos históricos, além de ajudar a desenvolver habilidades de análise crítica e interpretação histórica.

Essas abordagens em sala de aula serão eficazes quando fundamentadas em um suporte teórico-metodológico, mais consistente. Nesse sentido, podemos nos inspirar nas ideias da historiadora Selva Guimarães, que defende a importância de incorporar diversas fontes e linguagens no ensino de história. Essa abordagem metodológica amplia a perspectiva do historiador, expande o campo de estudo e torna o processo de transmissão e produção de conhecimento mais interdisciplinar, dinâmico e flexível (FONSECA, 2003, p. 163).

Para embasar essa perspectiva, citamos as palavras de Fonseca que, novamente, ressalta a relevância do(a) professor(a) de história na transformação dos saberes históricos em ensinamentos comprehensíveis e assimiláveis pelos discentes.

A transformação do ensino de história é estratégica não só na luta pelo rompimento com as práticas homogeneizadoras e acríticas, mas também na criação de novas práticas escolares. O objetivo do saber histórico escolar é constituído de tradições, ideias, símbolos e significados que dão sentido às diferentes experiências históricas. O professor de história, num determinado contexto escolar, com sua maneira própria de agir, ser, viver e ensinar, transforma um conjunto de conhecimentos históricos em saberes efetivamente ensináveis e faz com os alunos não só comprehendam, mas assimilem e incorporem esses ensinamentos de variadas formas (FONSECA, 2003, p. 34).

Podemos perceber a ênfase dada ao papel ativo do professor de história na construção do conhecimento histórico escolar. Ele desempenha um papel crucial na criação de um

ambiente educativo que estimula os estudantes a desenvolverem uma compreensão mais profunda e crítica da história. Por meio de abordagens pedagógicas diferenciadas, inovadoras, o professor incentiva o pensamento reflexivo, a análise crítica e a conexão entre o passado e o presente.

Seguindo essa perspectiva, a dissertação de Paulo Roberto de M. Rêgo (2020), *Cara e coroa: um roteiro para uso das moedas no ensino de história do Brasil* – produzida no âmbito do ProfHistória – é relevante para valorizarmos a aplicação da numismática, em sala de aula. O autor aborda a utilização das moedas como recurso didático, no ensino de história do Brasil, apresentando uma proposta para a incorporação das moedas, como fonte histórica em aulas de história, com o objetivo de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem e promover uma compreensão mais concreta e tangível dos eventos históricos.

Ancorado nos fundamentos da Educação histórica, entendemos que a utilização do instrumento aqui proposto aos professores, pode se tornar uma ferramenta útil no sentido de auxiliar os alunos a desenvolverem o pertencimento histórico. Vejamos, então, como essa experiência pode ser conduzida pelo professor. É comum que todos nós tenhamos guardados em casa exemplares de moedas que não circulam mais como dinheiro, resultado do acúmulo, intencional ou não, das gerações passadas. Esses acervos familiares constituem solo fértil para a efetivação da nossa proposta. Ao serem estimulados a levarem para a sala de aula essas reminiscências familiares, os alunos serão estimulados, através do uso do instrumental, mediado pelo professor, a construirão narrativas históricas buscando situar essas fontes no tempo, investigando seu contexto histórico, as motivações implícitas sobre as escolhas de suas efígies, símbolos e legendas. Essas estratégias encontram sentido e se fortalecem como uma tentativa de tornar o ensino de história mais significativo, pois a sala de aula padece, não é de hoje, de uma crise de desencanto e consequente desinteresse da audiência (2020, p. 12-13).

A proposta de Rêgo, envolve a utilização das moedas não circulantes como fontes históricas, especialmente aquelas guardadas pelas gerações anteriores. Esses acervos familiares de papel-moeda podem ser considerados um recurso valioso para o professor de história, que utilizará essas fontes, incentivando os estudantes a trazer essas relíquias familiares para a sala de aula. Tornando a aula mais atrativa e significativa para o estudante, a abordagem baseada na numismática contribui para o desenvolvimento do senso de pertencimento histórico e estimula a conexão pessoal/familiar dos estudantes, com o passado.

No caso proposto em nossa pesquisa, centramos principalmente no complexo período do entreguerras e da Segunda Guerra Mundial, no cenário brasileiro: ascensão de ideologias (fascista e comunista) e de movimentos partidários de massa, da guerra civil entre paulistas e o governo federal, das tentativas de insurreições armadas, da expressiva expansão na indústria de base, na expansão da fronteira agrícola, rumo ao Oeste brasileiro, da forte repressão estatal aos grupos opositores, dentre outras particularidades. Momento riquíssimo na diversidade da

cunhagem monetária nacional, onde o rádio e o cinema eram as grandes estrelas do momento da informação e do entretenimento, com uma grande parte da população analfabeta que estava a mercê de políticos e políticas de um governo autoritário, estratégica e populista,

Donis Dondis afirma que, para os analfabetos, a linguagem falada, a imagem e o símbolo continuam sendo os principais meios de comunicação. E dentre eles apenas o visual pode ser mantido em qualquer circunstância prática (DONDIS, 1997, p. 184 apud CARLAN, 2007, p. 06).

A citação de Donis Dondis destaca o valor da comunicação visual como uma forma eficaz de transmitir informações, especialmente para aqueles que são analfabetos. Através do poder das imagens e símbolos, é possível estabelecer uma comunicação universal que atravessa barreiras linguísticas e culturais, tornando-a uma ferramenta valiosa em diversos contextos comunicativos. As moedas do primeiro período varguista vêm carregadas de símbolos visuais, objetivando transmitir informações, ideias e significados de forma rápida e eficaz, isso é de extrema relevância em contextos em que a comunicação escrita, pode ser limitada ou inacessível, como em áreas onde o analfabetismo é prevalente ou em situações em que a comunicação precisa ser instantânea e compreendida, por pessoas de diferentes origens linguísticas.

A pesquisa de Carlan, mesmo estando distante temporalmente e espacialmente, aborda a relação entre moeda e poder, explorando como as transformações sociais, políticas e econômicas impactaram o uso e a função do dinheiro na sociedade romana da antiguidade clássica ocidental. Carlan investiga a moeda como instrumento de poder, o desenvolvimento de sistemas monetários, as implicações sociais e econômicas com a introdução de novas moedas e as mudanças nas relações de poder, dentro da sociedade romana.

Outro trabalho relevante que se utiliza da numismática na antiguidade clássica ocidental é o da historiadora Caroline Aparecida Oliveira (2019), em sua dissertação *As representações da deusa Atena nas moedas da Magna Grécia (século V-IV a.C.): política e religião* que nos leva a refletir sobre a importância dessas moedas, para a governança e as mensagens nelas transmitidas, Oliveira aborda que,

A moeda para os gregos era um objeto utilizado nas interações comerciais entre si e outros povos, além de representar sua polis emissora, sendo uma forma de disseminar mensagens; acrescida de seu amplo alcance. Sendo, então, um objeto funcionalmente eclético, que nos proporciona diversas possibilidades de entender o cotidiano do indivíduo e do coletivo grego, durante seu período de circulação. Portanto, é notável a capacidade documental da moeda como objeto de análise (OLIVEIRA, 2019, p. 16).

A moeda é apresentada como um objeto multifuncional e eclético. Assim como para os gregos na antiguidade, as moedas produzidas no primeiro governo Vargas possuíam função econômica e comercial, sendo utilizadas nas transações cotidianas da época, além da função monetária, essas moedas desempenharam um papel simbólico e político importante. Durante a era Vargas, houve uma valorização da identidade nacional e um esforço para fortalecer o sentimento de unidade e patriotismo.

As moedas desse período aliada a constante propaganda governamental, frequentemente apresentavam elementos que remetiam à cultura, pretensos heróis da história e símbolos nacionais, tudo isso contribuindo para uma construção de uma narrativa nacionalista baseada no populismo que visa a reprodução da ordem social. Tanto as moedas gregas quanto as moedas produzidas no primeiro governo Vargas possuem uma capacidade documental significativa, fornece informações valiosas para a compreensão do cotidiano social e político dos seus respectivos períodos.

Ao considerarmos as informações mencionadas anteriormente sobre a capacidade documental das moedas e sua relevância como objetos de análise histórica, temos que levar em consideração também a dissertação da historiadora Paula de Jesus Moura Aranha (2016), que vem reafirmar como os governantes utilizam as moedas de maneira estratégica,

[...] os elementos iconográficos que estão presentes em uma determinada cunhagem não foram escolhidos ao acaso, cada elemento ali inserido faz referência a alguma informação que o emissor deseja transmitir. Assim, frequentemente foram utilizadas pelos governantes como um *dispositivo* de transmissão de imagem de si mesmos e de sua terra. Podemos pensar as moedas como produto de uma construção material e simbólica e como produtos do poder político da região (ARANHA, 2016, p. 107).

Podemos compreender as moedas como produtos de uma construção tanto material quanto simbólico, sua criação envolve não apenas a escolha dos metais, técnicas de cunhagem e aspectos estéticos, mas também a seleção de imagens e símbolos que representem e promovam o poder político e a identidade de um determinado lugar. Assim, as moedas não são apenas objetos econômicos, mas também manifestações do poder político e da cultura de uma determinada sociedade. Elas refletem as relações de poder, as ideologias vigentes e os valores da época em que foram produzidas. Ao estudar as moedas e analisar seus elementos iconográficos, podemos obter peculiaridades valiosas sobre a construção de identidades políticas, as narrativas históricas e a propaganda visual utilizada pelos governantes.

Em suma, as moedas e cédulas são produtos simbólicos, materiais que expressam o poder político no intuito de perpetuar a ordem social desejada pelas elites dirigentes. Suas

iconografias não são aleatórias, elas carregam significados intencionais que refletem as vontades e objetivos dos seus emissores.

CAPÍTULO 02 – OS USOS DAS CÉDULAS E MOEDAS NO PRIMEIRO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS

As primeiras décadas da vida republicana no Brasil, também conhecida como “Primeira República” ou “República Velha”, iniciada a partir da queda do regime monárquico em 15 de novembro de 1889, teve sua primeira Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Foi um momento de transformações políticas e sociais nas instituições do país, apesar da inóspita participação popular no processo. Inspirada no modelo federativo dos Estados Unidos, com certa autonomia aos estados, a recém República inicialmente estabeleceu princípios da democracia liberal representativa e um sistema de governo descentralizado. O principal arquiteto dessa Constituição Republicana foi o intelectual baiano Ruy Barbosa, de acordo com a historiadora Margarida de Souza Neves,

[...] em 24 de fevereiro de 1891, a nova Constituição, de forte inspiração na carta constitucional norte americana, e cujas marcas principais eram a adoção do federalismo, a acentuação do presidencialismo, o estabelecimento de três poderes – o Executivo, o Legislativo e o Judiciário – para o governo da República, a separação entre a Igreja e o Estado e a definição do critério da alfabetização como elemento de qualificação dos que teriam direito a voto (NEVES, 2018, p. 33).

Influenciada pelo modelo da Constituição estadunidense, a nova Carta Magna brasileira introduziu a alteração no regime político e várias mudanças na estrutura governamental, como a adoção do federalismo, do presidencialismo, do estabelecimento dos três poderes, que era totalmente destoante dos quatro poderes que vigorava no regime monárquico, onde era acrescentado o poder moderador de perfil centralizador, além da laicidade com a separação entre Igreja Católica e Estado. Entretanto, no plano político, o grande limitador era o critério da alfabetização para o voto, que excluía grande parte do eleitorado do exercício da cidadania.

A Primeira República no Brasil também foi marcada pela hegemonia das elites agrárias e a consolidação de um sistema político que favorecia a manutenção do poder nas mãos dos grandes proprietários de terra. Essas elites, conhecidas como oligarquias, controlavam a política nacional por meio de mecanismos como os currais eleitorais e a “Política dos Governadores”, estabelecendo uma troca de favores entre o executivo federal e os líderes locais.

A “Política dos Governadores”, instituída por Campos Sales, aliou o poder executivo ao legislativo, fortalecendo as oligarquias estaduais em troca de apoio político. Nesse contexto, os coronéis, grandes proprietários rurais com influência local, desempenhavam um

papel crucial ao mobilizar votos por meio do "voto de cabresto" e da fraude eleitoral, garantindo a eleição de candidatos alinhados aos interesses das oligarquias. Além disso, a "Política do Café com Leite", consolidada pelo "Pacto de Ouro Fino", assegurava a alternância de poder entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, reforçando o domínio dessas elites.

Ao traçar um paralelo com as dinâmicas políticas contemporâneas, é possível observar que, embora as práticas explícitas de controle eleitoral e fraude tenham sido formalmente abolidas, muitos dos mecanismos de dominação e troca de favores entre elites locais e o governo central ainda persistem, disfarçados sob novas formas.

Hoje, as elites políticas continuam a exercer uma influência desproporcional no cenário político brasileiro. O "coronelismo" deu lugar a formas mais sofisticadas de controle e manipulação política, como o uso de recursos públicos para garantir lealdades políticas e a perpetuação de redes clientelistas. Políticos com forte base local e controle sobre recursos públicos ainda mobilizam votos e mantêm seu poder por meio de práticas que, embora legalizadas, remetem às trocas de interesses da Primeira República.

Além disso, o sistema político brasileiro continua a ser marcado por alianças estratégicas e negociações entre diferentes esferas de poder. O "toma lá, dá cá" e o uso de cargos públicos como moeda de troca para assegurar apoio político são práticas que encontram raízes na "Política dos Governadores". Esse clientelismo contemporâneo muitas vezes se manifesta na forma de emendas parlamentares e acordos políticos que favorecem interesses particulares em detrimento do bem comum.

A persistência dessas práticas revela que, apesar das mudanças institucionais e do avanço democrático, as dinâmicas políticas estabelecidas na Primeira República ainda ecoam no presente. A concentração de poder nas mãos de elites locais e a perpetuação de redes de influência indicam uma continuidade histórica que desafia a plena realização de um sistema político verdadeiramente democrático e inclusivo.

Portanto, a compreensão das dinâmicas políticas da Primeira República é essencial para uma análise crítica das estruturas de poder contemporâneas no Brasil. Identificar e questionar essas continuidades é fundamental para promover reformas que visem a uma maior transparência, equidade e representatividade no sistema político brasileiro, superando as heranças oligárquicas que ainda permeiam a política nacional.

Com o advento da República também ocorreram mudanças nos símbolos nacionais, dentre elas alterações na bandeira e no hino nacional. No plano monetário foi mantido o Réis

como moeda nacional, porém os símbolos monárquicos como o brasão imperial e a efígie de D. Pedro II, presentes em várias cédulas e moedas, foram nos anos subsequentes a 1889 substituídas por símbolos republicanos.

No entanto, a recém vida política da República se caracterizou pelo predomínio das oligarquias regionais, articulados em grupos políticos restritos e/ou de famílias abastadas que normalmente detinham o poder com base em suas vastas propriedades de terra. Essas oligarquias locais governavam por meio do mandonismo, clientelismo e “coronelismo”, com certo “amparo” constitucional que previa descentralização administrativa e um expressivo grau de autonomia política, jurídica e militar as elites governantes nos estados, além de terem instituído a chamada "política dos governadores" e a famosa política do "café com leite" no âmbito da macroestrutura da máquina pública, sob a hegemonia das elites paulistas e mineira.

Com a Proclamação da República e a busca pela (re)estruturação da identidade nacional e dos seus símbolos, as novas moedas e cédulas, em sua grande maioria, passam a ser ferramentas da difusão do novo ideário, exaltam a simbologia do feminino/republicano, a perspectiva da prosperidade/progresso no sentido liberal e a lógica federativa. Nas primeiras décadas da vida republicana havia a necessidade de uma reafirmação perante a monarquia recém destituída, mesmo que a nova ordem institucional passasse por disputas oligárquicas, incertezas, desafios políticos e sociais. A primeira República no Brasil inicia um processo não só de reafirmação do Estado Nacional, mas faz parte de um processo de construção de uma identidade nacional desenhada por setores da elite nacional, segundo os historiadores Prates e Carvalho:

A identidade nacional é criada/forjada em diversos momentos da história, sua definição depende de visões políticas que vigoram em determinados momentos e da visão que temos de nós e do outro. [...] esta é sempre um produto discursivo dos grupos dominantes, para sermos mais específicos, da elite intelectual e política (PRATES E CARVALHO, 2016, p. 248).

A citação destaca um ponto crucial na construção da identidade nacional em qualquer país: essa identidade não é uma entidade estática, mas sim uma concepção em constante evolução que é moldada por diferentes forças ao longo da sua trajetória. O processo de definição da identidade nacional é mediado por visões políticas que prevalecem em momentos específicos e pelo desenvolvimento da percepção, que as pessoas têm de si mesmas e dos outros. Além disso, a construção da identidade nacional não é um processo neutro, mas muitas vezes guiado pelos interesses dos grupos dominantes, que visam manter a reprodução da ordem social. Portanto, a identidade nacional não é uma entidade fixa, mas sim algo

dinâmico que evolui ao longo do tempo e é moldado pelas disputas, no seio daquela sociedade.

As moedas e cédulas, por exemplo, contribuem para a construção da identidade nacional imaginada pelas elites dirigentes ao longo do tempo, pois representam o próprio Estado e sua vida econômica. O papel-moeda pode ser usado para criar uma imagem de unidade nacional, mitos de origem, desejos frente ao futuro etc. Essas representações evoluem ao longo das diferentes cunhagens de papel-moeda. Contemporaneamente, também visualizamos a tática de emissões de séries, como se fosse uma “família” diversificada de papel-moeda com valores monetários distintos, mas que de pano de fundo podem contar uma pretensa história “oficial”, retratar pontualmente eventos históricos, conquistas, figuras emblemáticas que estimulam o perfil de identidade nacional traçado, dentre outros.

Além disso as moedas e as cédulas frequentemente alteram seu *design* durante períodos de transição/ruptura, o que pode expressar mudanças no poder político, alteração na política econômica, ascensão de uma nova ideologia predominante, reconfiguração dos valores identitários etc.

Desde o período colonial, a moeda no Brasil desempenhou um papel crucial na construção da identidade vigente. Durante a República Velha (1889-1930), as moedas e cédulas foram utilizadas para simbolizar a transição do Império à República, com imagens que exaltavam os ideais republicanos e figuras históricas que representavam a nova ordem. A inclusão de símbolos nacionais e personalidades históricas nas cédulas ajudou a consolidar uma imagem de unidade nacional e a reforçar a legitimidade do regime republicano.

Na Era Vargas (1930-1945), o uso do papel moeda para promover a identidade nacional foi ainda mais intensificado. Getúlio Vargas utilizou as moedas e cédulas como instrumentos de propaganda estatal para fortalecer a imagem de um Brasil moderno e unido sob a liderança de um novo governo. As representações nas cédulas foram projetadas para promover mitos de origem, exaltar os feitos do governo e transmitir uma visão de progresso e futuro promissor, alinhada aos interesses do regime.

Durante esses períodos, grupos políticos aproveitaram a emissão de moedas e cédulas para se autopromover. A utilização de símbolos e imagens nos papéis-moeda serviam para difundir a ideologia dominante e fortalecer a posição política daqueles que se encontravam no poder. Ao controlar a narrativa visual associada ao dinheiro, esses grupos conseguiam reforçar suas influências e perpetuar seus legados na memória coletiva da nação.

No decorrer do século XX, o Brasil enfrentou diversos desafios econômicos, particularmente a inflação descontrolada. Vários planos econômicos foram implementados para tentar estabilizar a economia e conter a inflação, com diferentes níveis de sucesso. A exemplo do Plano Bresser (1987), introduzido pelo ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, que buscou controlar a inflação através do congelamento de preços e salários, além de alterar os valores nas cédulas, no entanto, a eficácia foi limitada e a inflação logo voltou a subir. Outro plano também foi o Verão (1989), sob a liderança do ministro Maílson da Nóbrega, tentou novamente estabilizar a economia com medidas de controle de preços, a criação de uma nova moeda (Cruzado Novo), e ajustes fiscais, apesar dos esforços, o plano não foi eficaz.

No ano de 1994, foi criado, sobre a liderança da equipe liderada pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, o Plano Real, que foi um marco na história econômica do Brasil. Este plano introduziu o real como a nova moeda, acompanhada de uma série de reformas estruturais, controle rigoroso de gastos públicos, inclusive em setores essenciais para a população a exemplo de saúde e educação, uma estabilização monetária à custa de muito sacrifício das classes mais baixas desse país. O sucesso do Plano Real em conter a inflação e estabilizar a economia levou a uma significativa melhoria na confiança dos investidores e de parte da população, ajudou a alavancar a carreira política de Fernando Henrique Cardoso, que foi eleito presidente do Brasil por dois mandatos consecutivos. Obviamente que o partido político vai fazer muita propaganda e *marketing* em cima do plano real, o vinculando à imagem de seu criador.

A análise histórica da identidade nacional nas moedas e cédulas em paralelo aos planos econômicos revela tanto mudanças quanto permanências. As moedas e cédulas continuam a ser um reflexo das ideologias e objetivos dos grupos políticos no poder, usadas para promover narrativas de unidade e progresso. Ao mesmo tempo, as estratégias econômicas para conter a inflação mostram uma evolução significativa, desde tentativas de controle direto e intervenções de curto prazo até reformas estruturais e estabilização monetária como o Plano Real.

Esses planos econômicos e a emissão de papel moeda ilustram como os governos brasileiros, ao longo do tempo, buscaram promover estabilidade e construir uma identidade nacional que refletisse seus objetivos políticos. A continuidade dessas práticas demonstra a persistência de estratégias que visam moldar a percepção pública e reforçar a legitimidade do regime, enquanto as mudanças nos métodos econômicos indicam uma adaptação às lições

aprendidas e às necessidades evolutivas da nação, e/ou de grupos políticos que visam se manterem no poder.

Para exemplificar, podemos destacar uma “família” /série de moedas que circulou entre 1918 a 1935, cunhadas inicialmente na Primeira República após a Primeira Guerra Mundial, que continuam sua produção e circulação nos primeiros anos do governo de Getúlio Vargas. Seguindo o ideário imaginado na Constituição de 1891, as peças fazem alusão a perspectiva federativa para garantir a unidade da República.

Figura 01- 20, 50, 100, 200 e 400 réis reverso e anverso



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 01 set. 2023

As moedas apresentadas são de cumpro-níquel, no anverso possui a efígie de uma mulher, representando a República, circundada de estrelas numa alusão ao federalismo. No reverso, há no anel o nome do país, o ano da cunhagem e seu valor monetário. A estrutura de modelagem estética é a mesma para toda a série, apesar da variação do tamanho das peças, que aumenta de acordo com o valor monetário. Compõem a série as moedas de 20, 50, 100, 200 e 400 réis, que circularam por dezoito anos, uma das séries de maior durabilidade temporal na vida republicana brasileira, não havendo naquele período outras moedas de valor correspondente.

Tal série monetária é uma expressão da apologia à República nos marcos do liberalismo ocidental. O destaque ao nome da nação no reverso – junto ao valor – da peça, “República dos Estados Unidos do Brasil”, demarca o perfil do recém regime político e

delineia seu perfil estrutural, estabelecido durante a primeira Constituição Republicana de 1891, que enfatizava os princípios da autonomia dos estados federados e sua União.

No anverso dessas moedas, encontramos a imagem simbólica da mulher, que é o icônico símbolo da República inspirada na Revolução Francesa que influenciou várias jovens Repúblicas em todo o mundo ocidental, contrapondo a idolatria da imagem do monarca – presente no papel moeda brasileiro antes de 1889 – e também do culto cristão católico à virgem Maria que legitimava no plano do sagrado o regime monárquico. A mulher é o símbolo do Estado republicano, a mãe, a protetora e guia de todos seus cidadãos, seguindo a lógica do conhecido quadro de Eugène Delacroix (1830), “A liberdade [república/mulher] guiando o povo” contra o despotismo da monarquia e de sua nobreza parasitária.

Continuando a caracterização do anverso, o conjunto de vinte e uma estrelas ao redor da figura feminina possui um significado profundo: elas representam a totalidade dos estados federados, a União, formando um círculo protetor em torno da República, simbolizando a unidade – com a autonomia de cada ente federado – sob a égide da República representada pela figura feminina. Por fim, a figura feminina possui em sua cabeça uma coroa de folhas de louro, simbologia do final do período do regime republicano nos tempos de rápido crescimento do poderio romano, que significa o triunfo, a glória, a prosperidade, dias melhores que, traduzido para realidade brasileira, significava a consolidação da República e um futuro de bonança, aos seus cidadãos e entes federados.

Não podemos olhar para essas moedas no plano da pesquisa e do ensino de História apenas como peças de valor monetário em determinado momento da vida nacional. Elas são também expressões simbólicas da estrutura política e oligárquica que perpetuou no modelo federativo do Brasil naquele período. Elas expressam a relevância da autonomia estadual, com um princípio organizacional essencial para a vida republicana e para os interesses das elites regionais e estaduais, que se apoderavam da máquina pública para atender seus interesses privados.

A Constituição de 1891 enfatizava que cada estado federado em união com o governo federal era essencial para a construção da República Brasileira, o que pode ser comprovado pela própria escrita de Campos Sales, presidente republicano de 1898 a 1902 que inaugurou a “Política dos Governadores”, que ao descrever suas memórias políticas relata:

Nessa, como em todas as lutas, procurei fortalecer-me com o apoio dos Estados, porque – não cessarei de repeti-lo – é lá que reside a verdadeira força política [...]. Em que pese os centralistas, o verdadeiro público que forma a opinião e imprime direção ao sentimento nacional é o que está nos Estados. É de lá que se governa a

República por cima das multidões que tumultuam, agitadas, nas ruas da Capital da União (SALES apud NEVES, 2018, p. 34-35).

A concepção de gestão do Estado-nacional do presidente Campos Sales destaca a lógica federativa que imperava nas primeiras décadas da vida republicana, ao enfatizar que, apesar das pressões centralizadoras, a “verdadeira força política” do país reside nos estados, isto é, nas oligarquias locais que reproduziam a ordem social. Isso reflete, em parte, a visão de que o Brasil é nesse momento histórico uma nação composta por estados com suas próprias identidades e dinâmicas políticas dirigidas predominantemente pelas elites locais.

Em sua reflexão também destaca a importância da descentralização do poder político e da governança a nível estadual, reconhecendo que as políticas e decisões tomadas nos estados desempenham um papel fundamental na direção do país como um todo, ao deixar claro evidenciado que a República Federativa é construída em colaboração entre os estados e o governo federal, pois é nos estados que se encontram as forças que sustentam o presidente.

Analizando outra moeda que iniciou sua cunhagem na Primeira República e foi até os primeiros anos do governo de Vargas, temos a moeda de 2000 réis, que traz uma distinção relevante em relação a série anteriormente analisada. Apesar de manter a figura feminina em seu anverso como símbolo da República e o ramo de louro simbolizando a prosperidade, juntamente as estrelas representa os estados federados, no reverso, encontramos uma distinção significativa, em comparação com as anteriores.

Esta moeda faz alusão ao Primeiro Centenário da Independência brasileira e apresenta a imagem de um castiçal, no qual se utiliza para colocar vela acesa. Podemos interpretar que a Independência e, posteriormente, a República estivessem trazendo a luz, a inovação e um novo momento para o desenvolvimento do país, num primeiro momento derrotando a colonização, conquista a soberania nacional e num segundo instante derrota a monarquia e as sobras dos privilégios hereditários, em prol da liberdade de cada cidadão. A imagem do castiçal sugere o papel da iluminação na vida política do país, simboliza uma nova era de esclarecimento e progresso. Além disso, a moeda destaca dois produtos agroexportadores, de grande relevância, na economia brasileira nacional, desde a emancipação: o café e o tabaco – que ironicamente também compunham a bandeira nacional no período Imperial.

Figura 02 - 2000 réis reverso e anverso.

Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 01 set. 2023.

Com circulação durante uma década, de 1924 a 1934, a moeda é de prata e foi uma das últimas de circulação comercial, com o uso deste metal nobre. Neste sentido, essa moeda estimulava a concepção de que a Independência nacional e República trouxeram novas perspectivas e um futuro promissor para o país, simbolizado pela luz do castiçal e pelo destaque aos produtos econômicos, que são representados por dois ramos que circunda o instrumento que “traz a luz”.

Seguindo uma perspectiva equivalente temos as cunhagens das moedas de 500 e 1000 réis que também se iniciam em 1924, em alusão a celebração do primeiro centenário da Independência do Brasil e ocorre até 1931, nos primeiros meses de governança varguista. São moedas de cupro-níquel, com uma liga predominante de cobre e uma porcentagem inferior de níquel – cerca de 30% – proporcionando uma peça metálica clara (VIEIRA, 2019).

Figura 03 - 500 réis reverso e anverso.

Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 01 set. 2023.

Em ambas as moedas permanece a alusão aos dois produtos agroexportadores da economia nacional, ao longo dos cem anos pós-Independência, com os ramos de café e tabaco em seu reverso, circundando o valor monetário. A representação da figura feminina persiste nas moedas, porém, agora ela está agachada recolhendo junto a terra um ovo dourado e/ou uma espécie de cornucópia (cesto). A lógica subjacente a esse ato simbólico é associada à ideia de fortuna e riqueza no solo nacional, expressa a importância da agroexportação na economia brasileira.

No entanto, essa imagem entra em certa tensão com o lema positivista na bandeira nacional, pós-Proclamação da República, "Ordem e Progresso". O "progresso" aqui era interpretado com o desenvolvimento da indústria nacional, enquanto a figura da mulher carregando produtos agrícolas, destaca a riqueza proveniente da agricultura. Além disso, ao redor da figura feminina, encontramos as vinte e uma estrelas representando os estados federados do Brasil, e à frente dela, o Cruzeiro do Sul, um elemento também presente na bandeira republicana.

Figura 04 - 1000 réis reverso e anverso.



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 01 set. 2023

Como podemos perceber, as moedas eram utilizadas durante a Primeira República para produzir uma nova identidade nacional e para consolidar o novo regime. Com um país que iniciava uma outra forma de integração nacional, com uma economia que gradativamente circula mais mercadorias e capital, o papel-moeda proporcionava meios e/ou instrumentos para qualificar a lógica republicana junto a população, envolta nas relações de poder e na manutenção do poder, como uma (re)afirmação do sistema político vigente.

2.1 Os primeiros anos do governo de Getúlio Vargas: o papel moeda nas disputas da guerra civil de 1932

O modelo federativo calcado em pactos oligárquicos enfrentou desafios significativos nas primeiras décadas do século XX, incluindo o embate com a emergente burguesia urbana industrial, o declínio do preço do café e uma crise econômica global desencadeada pela quebra da bolsa de valores de Nova York, em 1929. A crise afetou todos os aspectos da sociedade brasileira, incluindo as forças armadas, onde militares de médias e baixas patentes – organizados no chamado “Movimento Tenentista” – ganharam destaque e opunham ao modelo de governança vigente. Tudo isso culminou com a fragilidade dos pactos das oligarquias regionais e na formação da Aliança Liberal, no plano eleitoral, movimento que incorporou uma ampla gama de demandas por mudanças, das classes médias urbanas e dos

grupos regionais insatisfeitos. Neste capítulo, exploraremos as dinâmicas e os eventos que levaram ao colapso da República Velha e ao início de um novo momento na história política republicana brasileira.

O cenário da década de 1920 foi caracterizada por uma crescente movimentação social e descontentamento político e econômico. Esse ambiente turbulento criou um campo fértil para o surgimento de levantes armados e protestos urbanos que, eventualmente, colaboraram para tomada do poder em 1930, por Vargas e seus aliados e, que também, favoreceram o Movimento Constitucionalista de 1932, encabeçado pelas elites paulistas.

Durante a década de 1920 a dinâmica da ordem republicana foi se desgastando. Os pactos oligárquicos foram se esfacelando, se dividindo, Minas Gerais e São Paulo já não conseguiam mais entrar em um acordo político, a República do “café-com-leite” caminhava para o seu fim. Oligarquias tradicionais e a nova burguesia industrial se confrontavam no campo político e econômico. A estrutura republicana começava a enfrentar a passos largos uma diminuição de sua credibilidade, devido ao aumento do descontentamento entre os estratos urbanos da sociedade e o surgimento de movimentos nos quartéis.

Já se percebia um consenso crescente por parte da emergente burguesia industrial de que o Estado-nacional não deveria mais favorecer exclusivamente a oligarquia cafeeira. Em vez disso, essa nova classe passou a requerer uma política monetária, fiscal e cambial mais alinhada aos seus interesses. Suas demandas incluíam a necessidade de ampliar o crédito nos bancos, manter uma taxa de câmbio estável e aumentar os impostos sobre produtos importados.

No final da década de 1920, o Brasil experimentou uma colheita recorde de café, resultando em uma acentuada queda nos preços das sacas desse produto. Para favorecer a oligarquia cafeeira, o governo federal adquiria grandes quantidades de café, que eram estocadas em armazéns sem serem comercializadas. No entanto, a crise de 1929, desencadeada nos Estados Unidos com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, causou uma profunda desorganização na economia brasileira. Isso ocorreu devido à dependência do Brasil em relação à exportação de café, tendo os EUA e a Europa como principais compradores/apoiadores financeiros do governo federal, na manutenção da política de valorização do café e das oligarquias tradicionais.

Essa situação levou o presidente Washington Luís a enfrentar dificuldades crescentes na obtenção de empréstimos substanciais, para proteger o setor cafeeiro. A crise econômica global reduziu significativamente a capacidade do governo de continuar com sua política de

sustentação do café, marcando um momento crítico na história econômica e política do Brasil. As divergências afloravam até mesmo dentro da própria oligarquia cafeeira, pois na época havia o Instituto do Café de São Paulo que conduzia a política cafeeira.

Mineiros e fluminenses já não aceitavam mais essa liderança de São Paulo, além dessa situação envolvendo as duas oligarquias da região Sudeste, as oligarquias do Rio Grande do Sul, que eram grandes produtores de charque e arroz, não estava contente com o descaso do governo federal. Este descontentamento também afetava outras regiões do Brasil como o Norte e o Nordeste, que produziam algodão, fumo, cacau, entre outros produtos destinados à agroexportação.

Associada a esse contexto, a década de 1920 foi notavelmente influenciada pelas revoltas dos “tenantistas”, um movimento que atraiu numerosos militares das médias e baixas patentes. Este segmento estava insatisfeito com a orientação política conservadora que predominava na época, não aceitavam as constantes fraudes eleitorais, o voto aberto, os altos índices de analfabetismo, além de acreditarem que a República se desvirtuou com a lógica oligárquica regionalizada no controle da máquina pública. O grupo dos tenentes ganhou notoriedade, durante o pleito eleitoral de 1922, período em que as fissuras entre as oligarquias já começavam a emergir. O gatilho para um levante nesse ano, de comemorações do 1º Centenário da Independência, foi a publicação de um jornal que erroneamente atribuía críticas aos militares, por parte de Arthur Bernardes.

Nestas eleições, as facções oligárquicas tradicionais prevaleceram, o que resultou num levante militar conhecido como os "18 do Forte de Copacabana". Este acontecimento ocorreu em julho de 1922 no Rio de Janeiro, então capital federal. Subsequentemente, esses episódios insurrecionais se repetiram nos anos seguintes, incluindo rebeliões nos quartéis no Rio Grande do Sul, em 1923 e nos municípios de São Paulo e Manaus, em 1924. Todas as ações foram duramente reprimidas por forças legalistas. Em resposta, os rebeldes se uniram, originando uma guerra de guerrilha, denominada por Coluna Prestes. Sob a liderança de Luís Carlos Prestes e Miguel Costa, essa coalizão de militares e civis percorreu 24 mil quilômetros, no interior do Brasil, entre 1925 e 1927.

As severas repressões das tropas aliadas ao governo, as gradativas deserções e mortes de combatentes, a dificuldade de financiamento para manutenção das tropas, a falta de apoio popular no interior do país e a falta de novos participantes no seio militar, levaram ao exílio da Coluna Prestes, em território boliviano. Tal revés levou Luís Carlos Prestes a se aproximar do movimento comunista, nos anos subsequentes.

Este cenário que se gestou no início da década de 1920 fazia parte do final do mandato presidencial de Washington Luís, e dava sinais de um desfecho nada convencional ou nada favorável às oligarquias tradicionais. Nas eleições presidenciais, o grupo dissidente à oligarquia cafeeira formou a Aliança Liberal, contrariando a política do “café-com-leite”, devido o presidente Washington Luís ter escolhido apoiar Júlio Prestes, então governador dos paulistas, para sucedê-lo. Sentindo-se traídos, Minas Gerais e seu candidato a presidente, Antônio Carlos de Andrada, abriu mão da candidatura e apoiou a chapa da Aliança Liberal, que tinha como candidato Getúlio Vargas, então governador do Rio Grande do Sul, e seu vice João Pessoa, da Paraíba.

Segundo a cientista social, Dulce Pandolfi (2007), a chapa da Aliança Liberal, além de atender os interesses de algumas oligarquias regionais, incorporou reivindicações das classes médias urbanas, que almejavam conseguir implementar leis trabalhistas, voto secreto, voto feminino, impulso no desenvolvimento da industrialização nacional e o perdão para os militares – e civis – ligados ao “movimento tenentista”, entre outros aspectos. Entretanto, os integrantes da Aliança Liberal não eram homogêneos em suas motivações,

Enquanto alguns dos que aderiram à Aliança Liberal faziam oposição sistemática ao regime, outros ali ingressaram apenas por discordarem do encaminhamento dado pelo então presidente Washington Luís à sucessão presidencial. Conhecidos como “oligarcas dissidentes”, alguns aliancistas eram ex-presidentes da República, como Artur Bernardes, Epitácio Pessoa e o próprio Getúlio Vargas. Também participavam da Aliança Liberal os rebeldes “tenentes”, um grupo de jovens oficiais do Exército que, a partir do início da década de 1920, tentava, através das armas, derrubar o regime em vigor de 1889 (PANDOLFI, 2007. p. 16).

A Aliança Liberal englobou uma grande diversidade de grupos com diferentes interesses antes da “Revolução de 1930”, essa coalizão foi se gestando ao longo da década de 1920. Não havia uma hegemonia de princípios e ações, separadamente, cada segmento da oposição defendia suas próprias pautas. Não compartilhavam as mesmas perspectivas frente ao futuro nacional, enquanto alguns queriam mudanças profundas nas macroestruturas, outros estavam ali apenas por discordarem de Washington Luís na escolha da sucessão. Importante lembrar que o maior expoente opositor nas fileiras do exército, Luís Carlos Prestes, não aderiu aos aliancistas, mas outros como Juarez Távora, Miguel Costa, João Alberto, Siqueira Campos e Cordeiro de Farias, que eram considerados lideranças expressivas, faziam parte (PANDOFI, 2007). No desfecho da década de 1920, esses diferentes grupos encontraram na chapa da Aliança Liberal um alvo/inimigo em comum, uma espécie de plataforma onde todas as suas demandas poderiam ser atendidas.

Em meio à toda essa situação não podemos esquecer o pequeno PCB, que realizou o III Congresso da agremiação entre dezembro de 1928 e janeiro de 1929, optando por participar do processo eleitoral. Esse partido não via com bons olhos, nem a chapa encabeçada por Getúlio Vargas e nem da frente liderada pelas oligarquias paulistas, pois os dois eram considerados representantes do imperialismo estrangeiro. Atuando na ilegalidade, a frente legal do PCB era representada pelo Bloco Operário e Camponês (BOC), que inclusive lançou candidato próprio. Segundo o historiador Boris Fausto,

Nas eleições de março de 1930, sempre por intermédio do BOC, o Partido apresentou candidato próprio à presidência da República – o operário marmorista Minervino de Oliveira – e denunciou o caráter reacionário tanto da Aliança Liberal como da articulação revolucionária, com o objetivo de derrubar Washington Luís. (FAUSTO, 1997, p. 32-33).

É interessante destacar que além do BOC lançar sua candidatura, a agremiação denunciou as duas forças políticas preeminentes da época, caracterizando-as como reacionárias, opostas ao desenvolvimento social e político imaginado pelo movimento comunista. No aspecto da movimentação que levará o golpe de 1930, nota-se que o PCB não creditou apoio a sua articulação. Apesar de não estar filiado no PCB, em maio de 1930, Luís Carlos Prestes faz um manifesto de ruptura perante as demais lideranças do “movimento tenentista” que haviam dado apoio eleitoral a Getúlio Vargas e sua Aliança Liberal e as articulações do golpe de 1930.

As eleições aconteceram e o grupo de Washington Luís que apoiava Júlio Prestes para presidente vence o pleito. A derrota foi aceita a princípio por alguns aliados, outros, por não aceitarem o resultado, preparam as movimentações com o intuito de não deixar o presidente eleito assumir o cargo. Movimentação liderada especialmente por integrantes do “movimento tenentista”. Conforme destaca Pandolfi,

A condução do movimento revolucionário ficou a cargo dos tenentes e de um grupo de políticos civis. Muitos deles, como Osvaldo Aranha, Pedro Ernesto, Virgílio de Melo Franco, Carlos de Lima Cavalcanti e João Neves da Fontoura, por afinidade com as propostas tenentistas, passaram a ser conhecidos como os “tenentes civis”. Alguns militares legalistas, que haviam combatido as manifestações tenentistas da década anterior, como Góis Monteiro, também participaram dos preparativos do movimento revolucionário de 1930 (PANDOLFI, 2007, p. 17).

O poder de atração da Aliança Libertadora se torna evidente quando adversários que, até recentemente, estiveram em lados opostos, se unem em prol da tomada do poder. A esperança era depositada na chapa e em seu líder, Getúlio Vargas, que exercia um

magnetismo sobre indivíduos e grupos que se digladiavam. A esperança e o fascínio pelo líder eram sinais antecipados, do que estava prestes a acontecer, juntamente com a estrutura que ele montaria para aprofundar o afeto da população por sua imagem.

Em outubro de 1930, os dissidentes deram início ao movimento “revolucionário” e no mês seguinte, precisamente em 03 de novembro, Getúlio Dornelles Vargas assumiu a presidência como governante provisório. Nas mãos de Vargas estava o poder da presidência, juntamente com uma miríade de vozes a serem ouvidas e uma ampla gama de pautas a serem consideradas. Os grupos que desencadearam o processo da tomada do poder se uniram como ingredientes em um caldeirão, uma mistura de temperos que variavam entre harmoniosos e conflitantes. As ideologias e as reivindicações se entrelaçavam, às vezes combinando-se, outras vezes contrastando, numa perigosa mistura de sabores e dissabores.

Todos almejavam serem ouvidos e terem suas demandas atendidas. Como administrar essa diversidade, atender às demandas e, simultaneamente, conquistar a aprovação? Inicialmente, Getúlio Vargas optou por uma estratégia ousada, obviamente atendendo parte dos vários agrupamentos que o rodeavam: dissolveu a Constituição de 1891, enviando uma mensagem clara a todos os grupos que o apoiaram em sua ascensão. A Constituição de 1891 foi interpretada como o símbolo da discórdia e da fragilidade de gestão da Primeira República. Essa medida, somada à dissolução do Congresso Nacional, das assembleias estaduais e municipais, assim como a deposição de governadores que representavam a ‘velha ordem’, contribuiu para manter a euforia entre os aliados de Vargas.

É relevante ressaltar que a ideia federativa, de autonomia estadual, que era defendida durante a Primeira República e refletida no papel moeda da época, não encontravam terreno no novo governo. Getúlio Vargas, ao assumir o governo provisório, possui inclinações a um estado mais centralizador e forte. Isso se torna evidente quando observamos suas políticas, como a implementação das leis trabalhistas, que passaram a valer em todo o território nacional, uma reforma ortográfica em 1931, e a criação de ministérios estratégico, como o Ministério da Educação e Saúde, que centralizou as políticas educacionais do país, incluindo a padronização do currículo.

É através do Ministério da Educação e Saúde que Vargas promove uma série de mudanças estruturantes, conhecidas como as "Reformas de Francisco Campos". Estas reformas afetaram a estrutura das novas universidades e do ensino secundário, retirando dos estados a autonomia sobre essas questões. Essa abordagem centralizadora contrastava

fortemente com a política da Primeira República e com o que estava estabelecido na Constituição de 1891, que concedia considerável autonomia aos estados.

A princípio, provavelmente por fatores de fragilidade econômica vinculadas a depressão econômica internacional e nacional, o governo Vargas não retirou de circulação as cédulas e moedas do período anterior. No entanto, após os levantes armados de 1935 impulsionados pelos setores da esquerda brasileira, Vargas abandona a ênfase no papel moeda que celebravam a autonomia dos estados, indicando uma mudança em sua abordagem política em direção a uma maior centralização de poder. Essa transição histórica ilustra a complexidade das mudanças políticas e ideológicas, que ocorreram durante o período do governo Vargas. Como analisa o historiador e cientista político José Murilo de Carvalho, na obra *Os bestializados* (1987), a população brasileira, distinto dos franceses, nunca se identificou com a figura feminina representando a República, as massas que não foram protagonistas na Proclamação da República esperavam a virilidade de um governo forte e contundente, de traços masculinos, para solucionar os problemas nacionais. A figura feminina/republicana desaparece do papel-moeda cunhado no governo Vargas.

Esse conjunto de medidas (re)estruturantes não apenas centralizou o poder nas mãos de Getúlio Vargas, mas também representou a tentativa de um rompimento com o passado, sinalizando uma nova era política. O que leva o movimento golpista a ser tratado, inclusive em parte da historiografia, como “Revolução de 30”. Esse clima ‘revolucionário’ foi crucial para conquistar apoio popular e creditar possibilidades de mudanças, o que, por sua vez, contribuiu para construir inicialmente uma áurea carismática ao novo governo, mas como mantê-la?

O grupo que até então se uniu em prol da derrota da velha ordem e ajudado Getúlio Vargas a tomar o poder, começaram a entrar em embates. As divergências afloraram, envolvendo a estrutura de governo, o regime político a ser adotado, um estado mais democrático ou centralizador, se haveria ou não eleições imediatas. As primeiras medidas adotadas pelo governo provisório foram intervencionistas e centralizadoras, inspiradas especialmente nas reivindicações dos setores tenentistas (PANDOLFI, 2007, p. 18). Vargas começou a governar via decretos.

Vários interventores designados para os governos estaduais, começaram a se deparar com desafios significativos, principalmente devido à ausência de uma coerência ideológica, sem afinidades com os grupos políticos locais. Inicialmente, os primeiros interventores nomeados tinham afinidades com o movimento dos "tenentes". É possível que Vargas

acreditasse que esses indivíduos poderiam contribuir para trazer uma maior "ordem" ao caos político e abafar as dissidências regionais, permitindo-lhe governar, de maneira mais tranquila. De acordo com Pandolfi, a centralização intervencionista não garantiu plena estabilidade política na grande maioria dos estados brasileiros.

Entre 1930 e 1935 os vinte estados da federação e o Distrito Federal foram governados por 94 interventores (Levine, 1980, p.75-92). Dos que haviam sido nomeados em 1930, os únicos que permaneceram no cargo até 1932 foram Flores da Cunha, do Rio Grande do Sul, Carlos de Lima Cavalcanti, de Pernambuco, Punaro Bley, do Espírito Santo, Pedro Ludovico, de Goiás, Olegário Maciel, de Minas Gerais, e Magalhaes Barata, do Pará. [...] Em São Paulo, [...] em um período de menos de dois anos, fossem efetuadas cinco substituições na intervenção paulista (PANDOLFI, 2007. p. 18-19).

É crucial notar que um dos maiores desafios para Getúlio Vargas estava relacionado aos paulistas, uma vez que o presidente eleito não empossado viria desse estado. Isso, de certa forma, significava uma continuidade, já que Washington Luís era paulista. O novo governo, diante dessa complexa situação, precisava forjar estratégias para superar esse obstáculo, pois São Paulo desempenhava um papel crucial como um vasto colégio eleitoral e sendo a principal força econômica do país.

O que se observava a princípio é certa instabilidade política e uma situação de inversão, no cenário da polarização. Getúlio Vargas e seu grupo, que outrora haviam sido os agentes 'provocadores', articulando a oposição antes e após a derrota nas eleições e orquestrando a tomada do poder, agora assumiam o papel de bombeiros. Sua tarefa era conter as insatisfações do antigo grupo e também os focos de desavenças provenientes de dentro das próprias fileiras. Segundo Pandolfi,

Além das resistências civis, Vargas enfrentava sérias dificuldades na área militar, sobretudo por parte de setores da alta oficialidade do Exército, insatisfeitos também com o fortalecimento do tenentismo. Apesar de lançadas no centro dos acontecimentos, as Forças Armadas se encontravam frágeis e fragmentadas (PANDOLFI, 2007, p. 22-23).

Torna-se evidente que o cenário estava se encaminhando para um colapso iminente. Getúlio Vargas e seus colaboradores de alto escalão sentiam a urgência de aprimorar e reforçar seu controle, buscando dominar as esferas discordantes. Era crucial manter a chama "revolucionária" da transformação acesa e conquistar não apenas a adesão, mas também os sentimentos e convicções das pessoas. Não deu tempo para essa virada de recuperação do 'prestígio' da "Revolução de 30", as elites de São Paulo se rebelaram, o Brasil entra em uma guerra civil em 1932, tendo como estopim os estudantes depredando sedes de jornais

favoráveis a Getúlio Vargas, na cidade de São Paulo, aliada a uma forte reação expressa pela repressão estatal, o que explodiu em um conflito de rua.

No conflito de rua, quatro estudantes foram mortos. Com as iniciais dos estudantes mortos, Miaragaia, Martins, Dráusio e Camargo, formou-se uma entidade, o MMDC, encarregada de coordenar as ações preparatórias para um levante armado pró-reconstitucionalização do país, que seria desencadeado em São Paulo (PANDOLFI, 2007, p. 24).

Esses jovens se tornaram símbolos da luta pela (re)constitucionalização do país, uma vez que o movimento em São Paulo – que esperava o apoio político e militar de outras oligarquias regionais – estava profundamente insatisfeito com o governo central, e buscava a implementação de uma nova Constituição e o restabelecimento da ordem democrática liberal. O MMDC desempenhou um papel fundamental na mobilização e na coordenação das ações preparatórias para o conflito armado, os estudantes se tornaram além de símbolos, catalisadores de um movimento articulado pelas elites paulistas.

Apesar de Getúlio Vargas ter assinado um decreto para criar uma comissão para elaboração do anteprojeto constitucional, a insatisfação não cessou. E, em julho de 1932, explode a “Revolução Constitucionalista” em São Paulo sob o comando do General Isidoro Dias Lopes, que era uma liderança do movimento tenentista e havia participado das revoltas miliares, durante a década de 1920 e do próprio processo “revolucionário” de 1930 que levou Vargas ao poder.

Segundo Pandolfi,

Era de tal ordem a insatisfação no estado que a população, em massa, aderiu à revolução. Voluntariamente, milhares de pessoas se alistaram para participar da guerra. Através da campanha Ouro para o Bem do Brasil chegavam recursos financeiros para a revolução. Fábricas foram adaptadas para produzir material bélico e a população civil se organizou para prestar serviços médicos e atuar nas áreas de transporte e abastecimento. [...] de vários pontos do país chegavam voluntários para lutar ao lado dos paulistas (PANDOLFI, 2007, p. 25).

O evento de 1932, que leva o país para uma guerra civil, não ficou somente no campo das armas, a dinâmica belicosa também terá seu lastro na produção de papel moeda. Nos primeiros anos do governo de Getúlio Vargas, não ocorreram cunhagens de novas moedas e cédulas, com estampas distintas daquelas que circulavam na Primeira República. Exceto seis moedas comemorativas em alusão as comemorações aos 400 anos da fundação da Vila de São Vicente (1532-1932), apontando São Paulo como território importante para o desenvolvimento e “civilização” do território brasileiro nos tempos da colonização.

Por outro lado, os paulistas também produziram seu próprio papel-moeda, durante o conflito, do qual abordaremos onze cédulas, que também fazem alusão aos empreendimentos paulistas no período colonial, à militares no período imperial e de personagens vinculados a instauração da República brasileira. Em síntese, a guerra ultrapassou o uso de armas convencionais e chegou no campo das narrativas simbólicas, existentes no papel moeda.

2.1.1 As moedas produzidas pelo governo de Getúlio Vargas em tempos de guerra civil

À luz do governo Getúlio Vargas, mais precisamente no ano de 1932, um novo capítulo na história brasileira estava sendo escrito. O país testemunhava mais uma guerra civil, e a emissão das chamadas “moedas vicentinas”. Seis peças que celebravam o quarto centenário de fundação de São Vicente no litoral paulista, considerado o primeiro povoado brasileiro nas primeiras décadas de colonização portuguesa. Essas moedas refletiam o período de agitação política e social, marcado pelas tensões regionais e as transformações profundas na estrutura do poder impostas pelos novos mandatários. Neste contexto, ao compararmos as moedas cunhadas na Primeira República e durante o governo Vargas, de 1935 a 1945, é perceptível suas diferenças e o significado político e cultural que cada uma carrega, proporcionando uma visão panorâmica das mudanças históricas que o Brasil vivenciou.

As táticas políticas do governo federal e dos seus apoiadores na produção da série das moedas comemorativas apontam para a busca da preservação do poder. O intuito era ‘reconhecer’ os paulistas como parte relevante na gênese do desenvolvimento da nação, apaziguando assim os ânimos junto a população local e dissolvendo a narrativa separatista, que ganhava adeptos entre os paulistas durante o período da guerra civil. Apesar do conflito ter durado apenas três meses, o temor do governo varguista era que o movimento paulista conseguisse apoios concretos no plano das armas em outros estados, em especial, no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais aonde o novo governo amargava dissidências junto à expressivas lideranças oligárquicas locais.

A primeira moeda a ser analisada foi cunhada em 1932, de cupro-níquel, com valor monetário de 100 réis. No seu anverso possui a efígie de um indígena, com a escrita “IV Centenário da Colonização do Brasil” e a datação 1532-1932 que vão em linhas horizontais, em sequência, ao redor da imagem do nativo ornamentado com cocar, colar e um possível tacape sobre a parte frontal do corpo. No anverso, o valor monetário da moeda é acompanhado por um conjunto de símbolos frequentemente associados à cultura dos povos originários: o cocar de penas, o arco, a flecha, a borduna, entre outros. Entretanto, é

importante refletir se esses elementos realmente representam o 'senso comum' ou se, na verdade, fazem parte de uma construção romântica do indígena. A representação desses objetos pode ser vista como uma forma de invisibilidade indígena, perpetuando estereótipos que simplificam e homogeneízam as diversas culturas indígenas do Brasil. Ao invés de proporcionar uma verdadeira representação da complexidade e diversidade dos povos indígenas, essas imagens frequentemente reforçam uma visão romantizada e estática, que não reflete as realidades e identidades dinâmicas desses grupos. Essa abordagem contribui para a manutenção de uma invisibilidade cultural que ainda persiste nos dias de hoje, onde a riqueza e a pluralidade das culturas indígenas são muitas vezes ignoradas em favor de representações simplistas e idealizadas.

Figura 05 - 100 réis reverso e anverso.



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 10 ago. 2023.

A imagem do nativo no reverso da peça, faz alusão ao cacique Tibiriça, liderança tupiniquim na gênese da colonização portuguesa na Capitania de São Vicente. Próximo aos colonizadores, o indígena foi catequizado e batizado pelos jesuítas pelo nome de Martim Afonso, em homenagem ao fundador da vila de São Vicente, sendo aliado de José Anchieta e de Manuel da Nóbrega na fundação de São Paulo, nas ações de aldeamento indígena na região e no deslocamento nas matas. Segundo Darcy Ribeiro, na obra *O povo brasileiro* (1995), Tibiriça está entre os pioneiros a colaborar com a prática do “cunhadismo” que é o casamento entre portugueses/paulistas com filhas de líderes indígenas, selando laços familiares, políticos e militares. Tibiriça chegou a casar três das suas filhas com os portugueses, sendo uma com o colonizador João Ramalho.⁵

A política do primeiro governo de Getúlio Vargas foi marcada pela tentativa de 'inserção' dos povos indígenas na sociedade brasileira, mas não pela aculturação no sentido

⁵ João Ramalho é uma figura simbólica na construção das memórias históricas dos paulistas. Considerado uma espécie de patriarca na 'linhagem' dos bandeirantes, ele foi retratado na narrativa histórica das elites paulistas como um herói explorador oriundo de uma família nobre portuguesa. No entanto, a maneira exata de sua fixação no início da Capitania de São Vicente permanece incerta, se ele era um naufrago, um exilado ou um cavaleiro – guarda-mor do rei D. João II de Portugal. Uma moeda alusiva a ele será apresentada um pouco mais à frente.

tradicional. Em vez de promover uma assimilação cultural, o governo buscou realocar os povos indígenas, como quando transferiu grupos de além das fronteiras do Xingu para o próprio Xingu, e incentivou a ocupação da Amazônia. Essas políticas de contato forçado com não-indígenas frequentemente resultaram na dizimação de várias comunidades indígenas, prejudicando significativamente suas culturas e modos de vida.

A imagem de Tibiriça simbolizava a ação histórica e pioneira dos paulistas em “adaptar”/impor aos indígenas a cultura do colonizador e o catolicismo, erguendo a sociedade brasileira. A moeda comemorativa simbolizava implicitamente que a iniciativa dos jesuítas e bandeirantes paulistas, junto aos indígenas seria continuada pelos esforços do governo Vargas.

Outra moeda da série “vicentina” foi a de 200 réis, de cupro-níquel, que traz a imagem de uma caravela portuguesa com a Cruz da Ordem de Cristo e logo abaixo o valor monetário, também traz a datação dos anos 1532 e 1932, em menção ao quarto centenário da descoberta/conquista de São Vicente, no anverso, uma imagem que ilustra a esfera armilar, ferramenta de uso astronômico e para orientação no espaço, circundada com a inscrição “IV Centenário da Colonização do Brasil”.

Figura 06 - 200 réis reverso e anverso.



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 10 de ago. 2023.

A moeda de 200 réis explora duas tecnologias portuguesas vitais para seu pioneirismo nas “Grandes Navegações” e para conquista de vários territórios ao redor do mundo, incluindo parte do território brasileiro nas Américas. A peça não faz alusão explícita a Capitania de São Vicente e/ou a personagens da gênese paulista nos tempos da colonização, mas pelo fato de compor uma série comemorativa, induz que a origem dos paulistas está ligada a saga do empreendedorismo português, veia identitária que continuará posteriormente na saga da conquista do interior do continente.

A moeda de 400 réis, também feita de cupro-níquel, parece expressar a continuidade histórica representada na moeda de 200 réis. O símbolo do cristianismo, representado na Cruz

da Ordem de Cristo, reaparece com maior destaque na parte frontal do reverso, refletindo a continuidade do elemento colonizador na iconografia nacional. Este simbolismo cristão não apenas remete ao período colonial, mas também reforça a forte ligação entre o governo de Vargas e a Igreja Católica. Durante o Estado Novo, Vargas buscou consolidar seu poder através de alianças estratégicas com instituições influentes, incluindo a Igreja Católica, que desempenhou um papel crucial na legitimação de seu governo perante a população.

Em suas visitas aos estados brasileiros, Getúlio Vargas frequentemente participava de missas e cerimônias religiosas organizadas em sua homenagem, evidenciando sua proximidade com a Igreja Católica. Um exemplo é sua visita a Mato Grosso em agosto de 1941, onde foi recebido com grande entusiasmo em Cuiabá. Sua jornada pela Amazônia, foi iniciada em Belém do Pará em 6 de outubro de 1940, como parte da "Marcha para o Oeste", idealizada em 1938. Durante essas visitas, Vargas participava de diversas celebrações religiosas, reforçando a ideia de que seu governo estava alinhado com os valores cristãos e as tradições religiosas do Brasil, também inaugurando obras, como se estivesse trazendo o "progresso e modernização" para ocupar os "desertos" (OLIVEIRA, 2019).

A visita de Vargas a cidade de Porto Velho em 1940 ilustra ainda mais essa relação. Originalmente planejada para durar três horas, a visita se estendeu por três dias, durante os quais Vargas foi homenageado de várias formas, incluindo missas celebradas em sua honra. Ele também foi saudado pelas damas de Porto Velho, assistiu a desfiles estudantis, inaugurou a primeira termoelétrica da cidade, e foi homenageado pelos trabalhadores da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, com todas as festividades organizadas pelo Major Aluízio Pinheiro Ferreira. Esse evento não só ressaltou a importância simbólica de Vargas como líder nacional, mas também marcou um momento decisivo na integração territorial do Brasil. Porto Velho, então parte do Amazonas, e Guajará Mirim, de Mato Grosso, foram visitadas por Vargas, culminando na criação do Território Federal do Guaporé, que mais tarde se tornou o Estado de Rondônia na década de 1980. Esse movimento de tornar o interior do Brasil mais "ocupado" e produtivo, explicitado na "Marcha para o Oeste", exemplifica os esforços de Vargas em promover a integração econômica e territorial do país.

No anverso da moeda é incorporado uma representação do Tratado de Tordesilhas, e a Linha do Equador, num mapa do território da América do Sul, circundado também pela escrita "IV Centenário da Colonização do Brasil". O Tratado de Tordesilhas de 1494 é um marco significativo no processo inicial da colonização nas Américas e das conquistas dos impérios ultramarinos, ao estabelecer os limites das possessões entre Portugal e Espanha.

A moeda de 400 réis promove uma interpretação histórica dupla: remete ao princípio da colonização e ao marco diplomático que divide os territórios dos dois Impérios Ibéricos e, ao mesmo tempo, induz relembrar a saga dos bandeirantes paulistas nos séculos XVII e XVIII em ultrapassar a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas e gradativamente ocupar e explorar áreas a oeste, no centro do continente, em benefício da Coroa Portuguesa, fazendo redefinir as fronteiras coloniais que depois serão predominantemente mantidas com a independência do Brasil.

Figura 07 - 400 réis reverso e anverso.



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 10 ago. 2023.

Vale (re)lembrar que as moedas da série “vicentina” de 100, 200 e 400 réis foram cunhadas exclusivamente no ano da Guerra Civil e que havia uma outra série de moedas, com o mesmo valor monetário, que circulavam nesse mesmo período, analisadas no início deste capítulo, inclusive com cunhagem no próprio ano de 1932. Nota-se também que não existe menções explícitas às demais capitâncias fundadas no princípio do século XVI e, em especial, a Capitania de Pernambuco, que foi a mais próspera no período e também foi fundada em 1532. Nesse contexto, a tese de que a série comemorativa “vicentina” tinha como pano de fundo o conflito e a tentativa de apaziguar os ânimos das elites paulistas, torna-se plausível.

Já a moeda de 500 réis exibe no seu anverso a efígie do bandeirante João Ramalho, com a escrita em horizontal “IV Centenário da Colonização do Brasil” e a datação 1532-1932 – semelhante à estética da moeda de 100 réis com a efígie de Tibiriça. No anverso apresenta o valor monetário e uma representação da indumentária, espécie de gibão de armas, característica dos bandeirantes, corriqueiramente retratada em ilustrações e em livros didáticos. Por tal perfil, a moeda é apelidada no meio dos colecionadores como “coletinho”. A moeda é de bronze-alumínio, com uma coloração amarelada mais escura que, quando polida, possui um brilho que relembraria o ouro, sendo uma peça rica em detalhes em seu anverso.

João Ramalho é uma figura emblemática na construção das memórias dos paulistas. Visto como uma espécie de patriarca, na ‘árvore genealógica’ dos bandeirantes, foi tratado na

história oficial das elites paulistas como um herói desbravador oriundo de família nobre portuguesa. Entretanto, não se sabe exatamente como processou sua fixação no início da Capitania de São Vicente, se era um naufrago, um degredado ou um cavaleiro – guarda-mor do rei D. João II de Portugal.

Sabe-se que ele foi um personagem central nas relações com o cacique Tibiriça, casando com sua filha e construindo laços com o povo tupiniquim; atuou na fundação de vilas e na abertura de trilhas para sobrepor a Serra do Mar e na destruição e escravização de grupos étnicos indígenas hostis, ao contato com o colonizador. Teve apoio do primeiro donatário da Capitania de São Vicente, mas ao mesmo tempo teve rejeição dos jesuítas perante aos seus hábitos nada convencionais.

Figura 08 - 500 réis reverso e anverso.



Fonte: Blog Numismática. Acesso 10 ago. 2023.

Semelhante a moeda de 500 réis, temos a de 1000 réis que apresenta no seu anverso a escrita horizontal “IV Centenário da Colonização do Brasil”, com a datação 1532-1932, e a efígie de Martim Afonso de Sousa, segurando uma luneta e armado com uma espada na cintura. Martim era um navegante, militar e administrador colonial português. Ele foi selecionado por D. João III com a missão de conter e expulsar os franceses que ocupavam o litoral brasileiro, e ao mesmo tempo, iniciar a efetiva colonização do Brasil. Vale ressaltar que esse administrador teve que conquistar o atual litoral paulista, enfrentando a resistência dos indígenas que se opuseram à invasão.

Figura 09 - 1000 réis reverso e anverso.



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 10 ago. 2023.

A moeda de 1000 réis também é produzida no metal bronze-alumínio, sendo que no reverso possui o valor monetário e o brasão da própria família de Martim Afonso de Sousa que integrava a nobreza ibérica. Martim é considerado como fundador das vilas de São Vicente e de São Paulo dos Campos de Piratininga – atual cidade de São Paulo – e da própria capitania de São Vicente, instaurando os primeiros engenhos de açúcar na região. Apesar de Martim e João Ramalho terem atuados no princípio da colonização do território brasileiro, num momento que não havia exploração aurífera, a cor amarelada das moedas de 500 e 1000 réis faz alusão ao ciclo do ouro, nos séculos XVII e XVIII, desenvolvida pelos paulistas no interior do continente.

Por fim, temos a moeda de 2000 réis, de prata, que simboliza o início do empreendimento administrativo português na colonização do Brasil. Em seu reverso, traz a escrita horizontal “IV Centenário de Colonização do Brasil” e a datação 1532-1932, além da representação de D. João III, monarca que desempenhou um papel crucial nos primeiros passos da colonização em São Vicente e que implementou o modelo de governança e exploração na colonização brasileira calcada em quinze Capitanias Hereditárias. No anverso é exibido o valor da moeda acompanhado pelo brasão real da coroa portuguesa.

Figura 10 - 2000 réis reverso e anverso



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 10 ago. 2023.

É perceptível que a estratégia de Getúlio Vargas e de seu governo ao lançar essas seis moedas em comemoração ao quarto centenário da colonização, não se voltava a uma comemoração nacionalizada, mas em homenagear São Paulo colocando-o como o berço do desenvolvimento nacional. O intuito era sorrabar o estado paulista e sua elite, que era um importante foco de resistência ao seu governo. Pode ser interpretado como uma tentativa de apaziguar as tensões e retomar o controle pleno da máquina governamental. Vargas estava ciente das tensões geradas pelo movimento golpista de 1930 e do descontentamento de São

Paulo, especialmente devido à forma como ele assumiu o poder, que foi vista como uma intervenção direta aos interesses estaduais no plano econômico e político.

O lançamento das moedas ‘vicentinas’, marcando o quarto centenário da colonização com ênfase na fundação de Capitania de São Vicente, pode ser visto como uma estratégia política astuta para reconectar o governo federal com o orgulho cívico paulista e com a história oficial do estado. Ao celebrar a história e as figuras associadas à colonização de São Paulo, Vargas buscava criar um elo simbólico entre seu governo e a identidade paulista.

As figuras representadas nas moedas, como o indígena Tibiriça, a caravela portuguesa, o bandeirante João Ramalho, o capitão Martin Afonso de Sousa e o então rei português D. João III, possuem significados históricos e culturais profundos para as elites paulistas. Ao colocar essas figuras nas moedas, Vargas se utiliza da memória dos símbolos locais, destacando a importância de São Paulo, para fazer sua política nacionalista da qual ele estava precisando naquele momento. Essa estratégia também poderia visar a apaziguamento das tensões internas.

Ao homenagear figuras relevantes para a história de São Paulo, o governo Vargas demonstrava que estava valorizando a identidade do estado e suas contribuições para a formação da nação, o que poderia ajudar a amenizar o descontentamento e atrair apoio de segmentos populares da sociedade paulista. Também tinham como objetivo tático ser uma ferramenta de comunicação política, buscando reconectar seu governo com o orgulho paulista, uma movimentação político/afetiva para conquistar a simpatia e o apoio de um estado que se mostrava resistente ao seu governo.

Além disso as moedas podem ser vistas como um reflexo das concepções de democracia racial estimuladas por Gilberto Freyre, em sua obra *Casa Grande & Senzala* (2004), lançada no ano subsequente. Por mais que as seis moedas comemorativas não abordem a figura do negro na colonização e de Freyre não ser aliado do governo varguista, as peças corroboram para uma pretensa existência de “democracia racial” no país, pois, apontam para a fusão do colonizador com o nativo, representando um conjunto de figuras históricas que estimularam esse processo “integrador”. Isso destaca, em certo grau, a valorização das contribuições de diferentes grupos para a formação da identidade brasileira, apesar de estar sob a hegemonia do colonizador português e por ocultar as violências cometidas contra os povos originários.

Outrossim, as moedas transmitem uma mensagem de ‘integração nacional’ ao enfatizar que todas as partes do país, independentemente de sua origem étnica, são

componentes essenciais de uma nação coesa. Essa mensagem de unidade é estratégica, objetivando acalmar as tensões da guerra civil, especialmente com São Paulo, cuja parcela de sua elite defende a separação do Brasil, como também com as demais forças oligárquicas dissidentes e opositoras nos demais estados para garantir a estabilidade na governança. Não é por acaso, que em 1933, Getúlio Vargas realiza as eleições para Assembleia Nacional Constituinte e, em 1934, promulga uma Carta Magna com perfil democrático liberal, no intuito de conter novas revoltas armadas pelas oligarquias.

As representações de figuras históricas, como os portugueses Martim Afonso de Souza e D. João III, servem para enaltecer uma pretensa herança histórica compartilhada pelos brasileiros e promover um senso de orgulho e identidade nacional que transcende barreiras étnicas. O conjunto das moedas também podem ser vistas como uma expressão da ideia de mestiçagem, fundamental para a teoria de democracia racial e integração nacional. Ao estimular e celebrar de uma “mistura harmoniosa” de etnias e culturas, as peças monetárias reforçam a noção de que o Brasil é uma nação unificada, um único povo, independentemente da origem étnica dos seus habitantes e das desavenças políticas promovidas pelos seus entes federados.

2.1.2 As cédulas produzidas pelo governo de São Paulo em tempos de guerra civil

Mas como fazer e sustentar uma guerra sem financiamento? Apesar de ser o estado mais rico da federação os cofres dos bancos paulistas não tinham dinheiro suficiente para manter um conflito a longo prazo e, obviamente, o governo federal sob a liderança de Getúlio Vargas não enviaria recursos para São Paulo. Além disso havia o fator do próprio papel-moeda circulante, que começava a ficar escasso e que no plano das representações pertence ao Estado brasileiro e faz alusão à República, particularidade que chocava com interesses de parte da elite paulista que já começava a vislumbrar a separação e emancipação de São Paulo enquanto um Estado-nação.

Nesse contexto de acirramento dos ânimos e da polarização bélica, é relevante analisar o papel dos discursos presentes nas cunhagens das peças monetárias. Em meio a essas tensões, Pedro de Toledo, o então governador, por aclamação, das oligarquias paulistas, tomou uma medida significativa ao autorizar a emissão de papel-moeda próprio do Estado de São Paulo, por meio do Decreto nº 5.585, datado de 14 de julho de 1932."

O Decreto, de apenas cinco artigos, autoriza:

Autoriza uma emissão especial de “bônus” do Tesouro do Estado para substituir as disponibilidades dos bancos da Capital e do interior junto as agências e filiais do Banco do Brasil, no Estado de S. Paulo.

O Doutor Pedro de Toledo, Governador, por aclamação, do Estado de São Paulo, atendendo ao que lhe representou o Secretário da Fazenda e do Tesouro, depois de ouvidas as diretorias dos Bancos da Capital, sobre alvitres e sugestões tendentes a solucionar, em caráter de emergência, a situação criada pelo movimento revolucionário Pró-Constitucionalista do Brasil, decreta:

Art. 1º. Fica o Secretário da Fazenda e do Tesouro autorizado a emitir, até a importância de rs 100.000:000\$000, “bônus” ao portador, vencíveis dentro do prazo de (90) dias destinados exclusivamente a substituir as disponibilidades dos Bancos junto às agências e filiais do Banco do Brasil, neste Estado.

§ 1º. Os “bônus” emitidos de acordo com o presente decreto só poderão ser trocados, pelo seu valor nominal, por cheques sacados por Bancos contra fundos existentes no Banco do Brasil.

§ 2º. Tais cheques serão nominativos, à ordem do Tesouro do Estado e da mesma forma que o “bônus”, escriturados à parte, de maneira a não se confundirem com o movimento normal da Receita e Despesa do Estado.

Art. 2º. Uma vez restabelecida a normalidade da situação, ou reenceladas as ligações regulares das agências e filiais do Banco do Brasil, neste Estado, com a Matriz, no Rio de Janeiro, serão resgatados os “bônus” emitidos com o produto dos cheques recebidos, que, assim, não poderão ter qualquer outra aplicação.

Art. 3º. O Tesouro procederá à incineração dos “bônus” à medida que forem sendo estes resgatados.

Art. 4º. Aos “bônus” cuja emissão ora se autoriza, fica atribuído poder liberatório igual ao da moeda nacional.

Art. 5º. O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 14 de julho de 1932.)

Pedro de Toledo

Paulo de Moraes Barros

O decreto demonstra a emergência financeira. O objetivo era lidar com as consequências financeiras oriundas da guerra em curso, autorizando a emissão de “bônus” ao portador, esses títulos emitidos pelo Tesouro do Estado eram destinados exclusivamente a substituir as disponibilidades financeiras dos bancos junto às agências e filiais do Banco do Brasil no Estado de São Paulo. Entretanto, o governo local não tinha um órgão especializado na emissão de papel-moeda, sendo que a confecção das cédulas de 1932 – denominada dentre os colecionadores brasileiros como “dinheiro paulista” – foi destinada a uma gráfica sem experiência neste ramo de produção, fato que facilitou a circulação de expressiva falsificação de cédulas e uma tentativa do governo paulista em conter a fraude.

Essas cédulas lançadas também tinham vários significados em suas estampas, pois serviria como propaganda e mobilização das pretensões das elites paulista. Por mais que o formato das cédulas cunhadas em 1932, seguia o modelo das cédulas produzidas pelo governo federal na Primeira República, a produção dos paulistas fazia usos de figuras proeminentes da recém história oficial brasileira. As efígies do almirante Barroso, do general Osório, do jurista Ruy Barbosa, entre outros, foram usadas como uma forma de propaganda e mobilização, tanto

na lógica interna como no intuito de apresentar uma ligação do movimento pró-Constituição com os anseios de outras elites regionais opositoras ou dissidentes do novo governo. Ao apresentar “heróis” e “líderes” históricos, o objetivo era sensibilizar a população para apoiar e participar do conflito e criar um pretenso senso de unidade nacional em torno da causa constitucionalista e da redemocratização do país.

Como a numismática estuda a produção e as simbologias das moedas e cédulas, tal área de estudo pode nos oferecer um vislumbre desse momento histórico do Brasil, pois as cédulas paulistas assumiram um papel especial na disputa da narrativa conflituosa. Elas não eram apenas meios de trocas, mas também um veículo de ideologia e símbolos da disputa pelo poder estatal. Elas não são apenas notas de dinheiro, mas expressões palpáveis da estratégia política e das mensagens cuidadosamente escolhidas pelo governo de Pedro de Toledo. Vamos explorar essas cédulas, analisando os símbolos nelas presentes para compreender melhor a lógica por trás de sua cunhagem/emissão durante um dos momentos cruciais da história brasileira.

2.1.3 Os bandeirantes como referência dos paulistas no desbravamento e construção do Brasil

As próximas cédulas abaixo retratam a efígie dos bandeirantes Domingos Jorge Velho, nas cédulas de 5, 10, 20 e 50 mil réis e, de Fernão Dias Pais Leme, na cédula de 100 mil réis, compondo uma série “família” monetária. A ilustração de Domingos Jorge Velho é uma reprodução baseada na pintura de autoria de Benedito Calixto (1853-1927), datada de 1903, que está preservada no Museu Paulista. Domingos Jorge Velho é historicamente conhecido por ter adentrado no interior do atual Brasil central e em terras ao norte em busca das riquezas que a regiões poderiam oferecer.

A sua trajetória também é marcada pela caça aos indígenas, seja no extermínio de etnias hostis ao colonizador e para a captura de povos originários, para escravidão. Além disso, atuou no combate a quilombos e lhe foi conferido por alguns memorialistas a participação na destruição do Quilombo de Palmares, por confusão com o nome de um sobrinho homônimo. No entanto, é intrigante observar que, nesse contexto histórico específico, Domingos Jorge Velho é retratado como um defensor da trajetória e dos anseios do tempo presente dos paulistas. Isso fica evidente ao notar a efígie do bandeirante paulista tendo em sua parte superior a insígnia que impulsionava o movimento armado “Pró

Constituição”, e o valor monetário em ambos os lados da cédula, repassando a ideia que a memória ‘empreendedora’ de Domingos Jorge Velho se alia a causa paulista.

No anverso dessas cédulas mantém características comuns, incluindo um perfil bicolor uniforme de fundo amarelado de aparência envelhecida. Vale ressaltar que as cédulas de 5, 10 e 20 mil réis têm as mesmas dimensões, enquanto a de 50 mil Réis é ligeiramente maior. Ainda em seu anverso destaca-se em letras maiúsculas na parte superior a inscrição “THESOURO DO ESTADO DE S. PAULO. BRAZIL”. Na parte central ao longo das laterais, são inscritas as séries numéricas para coibir falsificações, próximo ao valor monetário, enquanto na parte central inferior repete-se o valor monetário por extenso e logo abaixo uma frase anunciando o Decreto nº 5595 de 14 de julho de 1932, do governo paulista.

Diferente do anverso, nos versos dessas cédulas exibem variações de cores, mas mantêm um tema comum em suas estampas. A ilustração no verso destaca o principal produto da economia de São Paulo: ramos de café. No centro, uma imagem que retrata o Palácio dos Bandeirantes, a sede do Governo do Estado de São Paulo que é exibida de forma proeminente. Abaixo dela, em letras garrafais, está a inscrição “BONUS DO THESOURO DO ESTADO PRÓ CONSTITUIÇÃO SÃO PAULO”, enfatizando seu propósito e origem como bônus emitidos pelo Tesouro do Estado em apoio ao “movimento constitucional”

Figura 11 – Frente da cédula de cinco mil réis.



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 02 set. 2023.

Figura 12 – Verso da cédula de cinco mil réis



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 02 set. 2023.

Figura 13 – Frente da cédula de dez mil réis



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 02 set. 2023.

Figura 14 – Verso da cédula de dez mil réis



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 02 set. 2023.

A inclusão de ramos de café no verso das cédulas emitidas pelo estado de São Paulo durante a guerra civil de 1932, envolveu diversas táticas na representação simbólica. Primeiramente, essa escolha tinha por objetivo estabelecer uma forte conexão com a economia paulista. Mesmo diante da crise econômica global e nacional, o café permanecia como um dos principais produtos agrícolas da balança comercial nacional. A despeito do

crescimento industrial em expansão pelo estado, a cafeicultura continuava sendo a fonte primordial de riqueza, seja na Primeira República ou no primeiro governo de Getúlio Vargas, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento econômico da região. Ao retratar ramos de café nas cédulas, o governo de São Paulo estava, sobretudo, ressaltando a relevância econômica do estado e sua posição de destaque na produção de café no cenário brasileiro, enfatizando uma dimensão de apelo à identidade regional.

Outro aspecto relevante a ser considerado é o contexto do Convênio de Taubaté, que vigorou durante a Primeira República. Este acordo, firmado com o governo federal, visava a compra de café excedente dos oligarcas para evitar prejuízos no mercado. Ao introduzir essas cédulas, o governo buscava consolidar o apoio crucial aos cafeicultores, para a causa constitucionalista e no financiamento da guerra civil, contra o governo federal, uma vez que nem todos os cafeicultores estavam inseridos no movimento.

Além disso, a representação dos ramos de café transmitia uma mensagem de pretensa ‘solidariedade’ aos cafeicultores locais que enfrentavam desafios decorrentes da drástica queda nos preços internacionais do café. O governo de São Paulo desejava, através dessas cédulas, demonstrar seu apoio incondicional à economia cafeeira, considerando que muitos cafeicultores tinham falido e/ou estavam em processo de falência. A representação do café refletia a realidade da época, uma vez que a economia brasileira estava intrinsecamente ligada a essa *commodity*. A presença do café nas cédulas durante a guerra enfatizava a relevância econômica desse produto e, por extensão, da economia de São Paulo.

No que diz respeito à imagem do palácio do governo, no verso das cédulas, essa representação possivelmente buscava transmitir uma sensação de autoridade e liderança do governo estadual. A inclusão da imagem do palácio governamental comunicava a determinação do estado em manter a ordem e a autoridade local, mesmo diante de um conflito com o governo federal.

Figura 15 – Frente da cédula de vinte mil réis.



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 02 set. 2023.

Figura 16 – Verso da cédula de vinte mil réis.



Verso: Blog Numismática IFMT. Acesso 02 set. 2023.

Figura 17 – Frente da cédula de cinquenta mil réis.



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 02 set. 2023.

Figura 18 – Verso da cédula de cinquenta mil réis.



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 02 set. 2023.

O bandeirante, Fernão Dias Pais Leme, que viveu durante o século XVII, apesar de sua história envolver a busca por indígenas na mata para servir como escravos, ele é conhecido como o "caçador de esmeraldas". Fernão Dias nasceu em 1608, e era filho e neto dos primeiros colonizadores da Capitania de São Vicente, considerado como um dos patriarcas das famílias tradicionais paulistas, a família Prado.

Capturou centenas de indígenas, invadindo e guerreando em reduções jesuíticas, na atual região Sul do Brasil e do Uruguai, para vendê-los como escravos na Capitania de São Vicente, também explorou esmeraldas em territórios no interior dos atuais estados de São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo. A estratégia simbólica é a mesma, enfatizar a importância da tradição paulista, do personagem que “desbravou” e alargou o território brasileiro, que teve coragem, determinação, entre outros atributos positivados no bairrismo identitário das oligarquias paulistas.

Figura 19 – Frente da cédula de cem mil réis.



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 02 set. 2023.

Figura 20 – Verso da cédula de cem mil réis.



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 02 set. 2023.

Os bandeirantes desempenharam um papel fundamental na expansão da fronteira territorial do Brasil, desbravando o interior do país em busca de riquezas e novas oportunidades à Coroa Portuguesa que, ao longo do tempo, foi ganhando a configuração que geograficamente possui o Brasil contemporâneo. No plano da propaganda paulista, no intuito de mobilizar homens e finanças para campanha de guerra, o bandeirante é posto como o agente moralizador da vida brasileira, o modelo exemplar de homem comum e rústico, capaz de derrotar a ditadura em prol da ordem constitucional. Isso é possível de ser visto num conjunto de cartazes de agitação durante a guerra civil, que estimulam a manutenção do conflito e do ódio dos paulistas contra o varguismo e seu governo.

Importante observar que da mesma forma que as cédulas paulistas, os cartazes produzidos pelo governo do Estado de São Paulo, com as representações dos bandeirantes durante o movimento de 1932, apresentam uma mensagem visual poderosa.

Figuras 21 e 22 – Cartazes paulistas durante a guerra civil



Fonte: Campanha gráfica e editorial da Revolução de 1932. Wikipédia. Acesso em 30 set. 2023

A imagem do bandeirante bradando e a inscrição “Sustentae o fogo que a victoria é nossa!” sugere uma convocação à resistência e a crença na vitória da causa paulista. Enquanto o segundo cartaz, mostrando um bandeirante robusto, armado e segurando uma figura diminuta de Getúlio Vargas, representa uma narrativa visual da força e do domínio paulista sobre o governo federal. A presença de Vargas em tamanho menor, com expressão de desespero, sugere a impotência do governo federal, diante do movimento paulista, enfatizando a superioridade e a autoridade que os paulistas buscavam afirmar.

Essas representações dos bandeirantes nas cédulas e nos cartazes não apenas simbolizaram a história e a identidade regional, mas também transmitiam a ideia de uma luta pela autonomia política e pelo reconhecimento dos direitos constitucionais. Ambas as formas de arte visual, cédulas e cartazes, foram utilizadas como veículos de comunicação poderosos para unir e mobilizar os paulistas em torno de seu movimento.

Por outro lado, o espírito ‘empreendedor’ em explorar terras do interior de parte central do continente sul americano, impulsionado pelos bandeirantes paulistas, também foi incorporado pelo governo federal de Getúlio Vargas em tempos de guerra civil, que utilizou elementos simbólicos semelhantes nas moedas em comemoração ao quarto centenário da colonização, onde apenas os paulistas e os administradores portugueses são relembrados. Ao apresentar a figura dos bandeirantes, a exemplo de João Ramalho, o governo federal também estava reivindicando o processo de “integração” territorial e social do período colonial, conectando-se à história oficial das elites junto a tradição Brasil-Portugal.

2.1.4 Os ‘heróis’ da guerra contra o Paraguai e o jurista constitucionalista adentram na guerra das simbologias a favor dos paulistas

As imagens apresentadas a seguir fazem parte da segunda série/“família” monetária das cédulas paulistas e apresentam figuras consideradas ‘heroicas’ do Brasil Império e, em especial militares das forças armadas (marinha e exército) no processo de consolidação do Estado-nacional brasileiro, como o Almirante Barroso (1804-1897), cujo nome completo era Francisco Manoel Barroso da Silva que, após sua carreira na marinha, foi agraciado com o título de Barão do Amazonas. Nesta cédula, em contraste com as demais cédulas da série anterior, a figura do Almirante é exibida em um círculo na lateral direita, no anverso. Ela mantém as inscrições em torno da imagem, com a insígnia "Pró-Constituição" e logo abaixo, o nome do homenageado, o "Almirante Barroso". Na lateral esquerda, posicionada no centro

do brasão paulista, destaca-se o valor monetário, acompanhado pela descrição por extenso, "cinco mil réis".

Na parte superior, encontra-se a inscrição "THESOURO DO ESTADO DE S. PAULO BRASIL". No centro da parte superior encontra-se série da numeração da cédula, em vermelho, que é repetida na parte inferior do lado esquerdo. Vale ressaltar que todas as cédulas, em sua parte inferior do anverso, incluem uma frase referente ao Decreto nº 5585, datado de 14 de julho de 1932, emitido pelo governador em exercício durante a guerra civil.

Figura 23 – Frente da cédula de cinco mil réis.



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 02 set. 2023.

Figura 24 – Verso da cédula de cinco mil réis.



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 02 set. 2023.

A presença dessas figuras militares nas cédulas paulistas de 1932 pode ser interpretada como um gesto simbólico que busca associar a “Revolução Constitucionalista” à trajetória de lutas das forças armadas, apostando na possibilidade de cisões no seio das forças armadas. O Almirante Barroso foi uma figura militar de destaque na história do país devido a seu papel em diversas batalhas e conflitos: Guerra da Cisplatina, no primeiro reinado; combate aos insurgentes da Cabanagem-PA, durante as regências; e, na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, no segundo reinado. Sua presença na cédula tem por objetivo evocar valores como

coragem, determinação, patriotismo e liderança em meio ao contexto belicoso, na mesma perspectiva das demais autoridades militares que foram apropriadas para uso em outras cédulas, como o Marquês de Tamandaré, o General Osório e o Marechal Duque de Caxias.

O Almirante Barroso era conhecido por sua capacidade de improvisação e pensamento rápido durante as batalhas, o que pode ter sido visto como uma metáfora para a situação desafiadora que São Paulo estava enfrentando naquele momento, desafiando o governo federal. Sua habilidade em identificar os pontos fortes e fracos do adversário e superá-los, pode ter sido vista como um exemplo a ser seguido pelos constitucionalistas paulistas. A intenção é também de inspirar os paulistas nas batalhas, associando a “Revolução Constitucionalista” a um legado de lutas militares no passado brasileiro, bem como destaca a importância de virtudes como coragem e resiliência em tempos de conflito.

A cédula de dez mil réis onde aparece a efígie do Marquês de Tamandaré, cujo nome completo é Joaquim Marques de Lisboa, também era um almirante notável da Marinha, que participou de inúmeras batalhas ao longo do Império, desde as revoltas do Primeiro Reinado até a Guerra contra o Paraguai. Em reconhecimento dos seus feitos, foi considerado posteriormente como patrono da Marinha do Brasil.

O Marquês combateu nas lutas pela Independência do Brasil e contra as insurgências da Cabanagem-PA, da Sabinada em Salvador, da Balaiada - MA e do movimento Farroupilha-RS e, também, comandou a sangrenta batalha naval do Riachuelo, em 1865, contra o Paraguai. É notável que este almirante, que havia combatido os republicanos no passado, se tornou uma figura de destaque, em prol da causa paulista, em tempos de vida republicana. Ao incluir uma figura tão relevante na emancipação nacional em sua agitação, como o monarquista Marquês de Tamandaré, o governo paulista buscava unir as pessoas sobre o símbolo do patriotismo, destacando a importância da vitalidade da luta por ‘princípios’ nacionais e constitucionais. Isso demonstra como os símbolos e personagens históricos podem ser reinterpretados e (re)utilizados de maneira tática em contextos distintos de conflito político e social.

Figura 25 – Frente da cédula de dez mil réis.



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 02 set. 2023.

Figura 26 – Verso da cédula de dez mil réis.



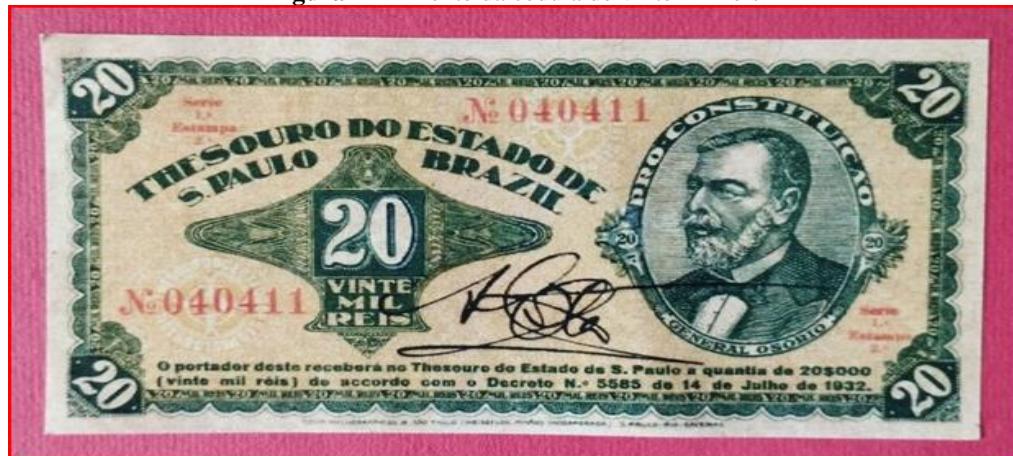
Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 02 set. 2023.

A cédula de 20 mil réis, ilustra a efígie do General Osório, cujo o nome completo era Manuel Luís Osório, que recebeu o título de Marquês do Herval. Osório é outro personagem histórico reverenciado nos meios militares, também associado ao período imperial. Este líder militar esteve envolvido em eventos cruciais, como Guerra da Cisplatina, lutou inicialmente ao lado do movimento Farroupilha-RS, rompendo com os mesmos após a Proclamação da República Rio-grandense, por opor-se a lógica separatista, também atuou na Batalha de Montes Caseros em 1852, onde enfrentou e derrubou o governante argentino Juan Manuel Rosas. No entanto, sua contribuição mais notável ocorreu durante a Guerra contra o Paraguai, quando comandou as tropas brasileiras.

O General Osório desempenhou um papel estratégico ao elaborar a tática que levou o Brasil à vitória na Batalha de Tuiuti, considerada um dos momentos cruciais do conflito. De perfil liberal, com fortes simpatias entre os soldados que lutaram na Guerra contra o Paraguai,

advindo dos meios populares e por ter ascendido de soldado a general do Exército, desde sua morte em 1879 até os primeiros anos do Brasil republicano, Osório foi cogitado entre as baixas e médias patentes militares para ser o patrono do Exército, ficando posteriormente na condição de patrono da arma da Cavalaria do Exército Brasileiro, em alusão a sangrenta batalha campal de Tuiuti.

Figura 27 – Frente da cédula de vinte mil réis



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 02 set. 2023.

O verso da cédula de 20 mil réis, que se repete na cédula de 50 mil réis, possui uma estampa diferenciada, pois apresenta a imagem de imigrantes na colheita do café, a utilização dessa imagem pode ser interpretada como uma tática multifacetada na mesma cédula.

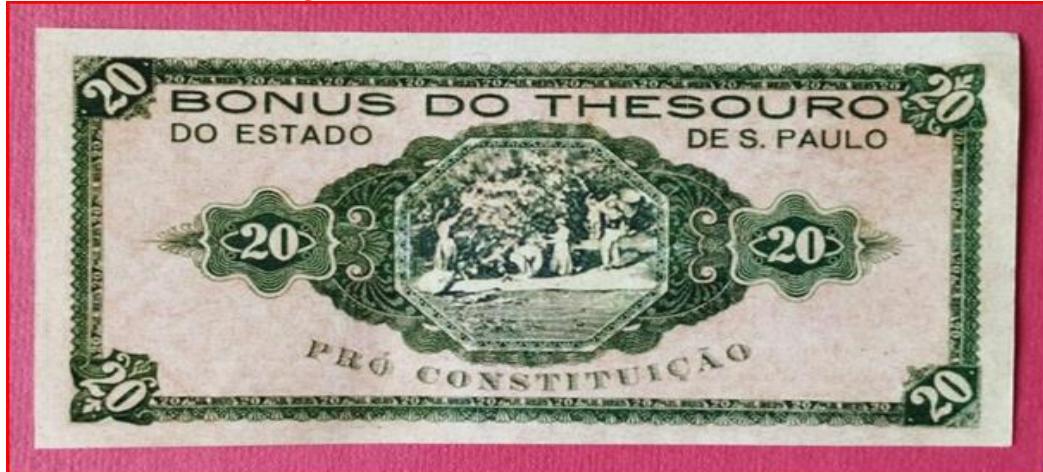
Primeiramente, a imagem do verso realça a importância econômica do café, mostrando o trabalho árduo dos imigrantes na colheita deste produto. Ao destacar o papel dos imigrantes europeus, especialmente os italianos, o governo de São Paulo valorizavam parte das elites paulistas de origem estrangeira, demonstrava que diferentes grupos étnicos e culturais contribuíram para o sucesso econômico do estado, enfatizando a diversidade e força conjunta da população paulista em prol da causa constitucionalista.

Como a imagem evoca a ideia de trabalho árduo e dedicação, esses valores poderiam inspirar a população a apoiar o movimento armado. Durante um conflito, é comum buscar símbolos e narrativas que reforcem o comprometimento e o esforço coletivo em busca de um objetivo comum, e a imagem dos imigrantes trabalhando no café, poderia transmitir esse sentimento.

Essa inclusão de imigrantes é uma tática de integração e identificação, o governo buscava estabelecer uma conexão emocional com essa parte da população, incentivando o apoio à sua causa. Assim, a imagem servia como um símbolo multifuncional, ressaltando a

importância econômica do café, evocando valores de esforço e dedicação, e estabelecendo conexões com grupos populacionais específicos.

Figura 28 – Verso da cédula de vinte mil réis.



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 02 set. 2023.

O segundo presidente da República do Brasil que assumiu após a renúncia de Deodoro da Fonseca também está presente nas cédulas paulistas. Floriano Peixoto está na efígie que ilustra a cédula de 50 mil réis, em seu anverso. Ele ficou notório pelo epíteto de "Marechal de Ferro", conquistado por sua firmeza no enfrentamento e derrota de várias rebeliões contra o regime republicano, em seus primeiros anos de existência. Sua liderança, durante o período em que assumiu a presidência, foi marcada pela repressão aos movimentos discordantes de seu governo, portanto sua imagem se associa a ideia de força e autoridade.

Figura 29 – Frente da cédula de cinquenta mil réis



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 02 set. 2023.

Figura 30 –Verso da cédula de cinquenta mil réis.



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 02 set. 2023.

A cédula de 100 mil réis foi ilustrada pela efígie do Marechal Luís Alves de Lima e Silva, conhecido como Duque de Caxias. Caxias também teve uma notável carreira militar e política no século XIX, participando de eventos desde as guerras de Independência do Brasil, a Guerra da Cisplatina, até a Guerra contra o Paraguai. Ele também desempenhou um papel vital no combate às insurreições, durante o período regencial, como a Balaiada-MA e Farroupilha-RS, e liderou as tropas da Tríplice Aliança na Guerra contra o Paraguai nos momentos decisivos do conflito. Além disso, ocupou cargos como senador no período imperial, Ministro da Guerra e presidente do Conselho de Ministros. Coincidemente, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, alguns anos após a Guerra Civil, Duque de Caxias será considerado o patrono do Exército Brasileiro.

Ao colocar a figura de Duque de Caxias na cédula o objetivo era reforçar a identidade nacional, pois ele liderou as forças brasileiras em conflitos tanto internos quanto externos, os paulistas transmitem uma mensagem clara com esse simbolismo, pois estavam em situação semelhante, pois o inimigo externo era o ‘ditatorial’ de Vargas. A representação da figura de Caxias transmitia uma mensagem de autoridade e liderança, comunicando a determinação de São Paulo em manter a ordem e a governança durante o movimento armado.

Nota-se que das cinco cédulas fazendo alusão à personagens históricos no meio militar quatro fazem menção a militares que atuaram na Guerra contra o Paraguai, que foi o maior conflito bélico vivido pelo Brasil até aquele momento. Apesar de passados mais de sessenta anos do término do conflito (1870), a memória em torno da Guerra e o senso de patriotismo vinculado a narrativa oficial, que o Brasil derrotou a ‘ditadura’ paraguaia de Solano Lopez, ainda permanecia viva. Nenhum dos cinco militares representados é de origem paulista, mas a representação das suas imagens e legados, visava propiciar possíveis cisões entre as

oligarquias regionais e a adesões no campo militar fora de São Paulo contra a ‘ditadura’ de Vargas, expectativa que foi frustrada.

Figura 31 – Frente da cédula de cem mil réis.



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 02 set. 2023.

Figura 32 – Anverso da cédula de cem mil réis.



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 02 set. 2023.

A cédula de 200 mil réis, a maior de valor monetário entre as cédulas cunhadas pelos paulistas, traz no seu anverso na parte central a efígie do jurista e político liberal Rui Barbosa, que viveu entre 1849 e 1923. O fato de ser a nota de maior valor monetário não é coincidência, já que, devido ao seu recente falecimento, sua memória estava fresca na mente tanto dos paulistas quanto dos brasileiros, e suas realizações eram consideradas espetaculares. Rui Barbosa recebeu o codinome de "O Águia de Haia" devido à sua atuação na II Conferência de Paz de Haia (1907), onde defendeu a teoria brasileira da igualdade entre as nações. Embora tenha sido celebrado pelos países mais pobres, não conquistou a simpatia das nações mais ricas. No entanto, sua atuação foi vista como importante, pois ele debateu de igual para igual, com os delegados das superpotências do período.

Rui Barbosa desfrutou de uma recepção festiva ao retornar ao Brasil, sendo homenageado até mesmo com uma medalha pelo presidente. Mesmo antes da II Conferência de Paz de Haia, sua referência na condição de intelectual foi essencial na elaboração da primeira Constituição Republicana de 1891, texto praticamente redigido em sua totalidade por Barbosa. Além disso, ele ocupou o cargo de Ministro da Fazenda, no governo provisório de Deodoro da Fonseca. No entanto, suas políticas favoráveis à industrialização lhe renderam duras críticas, por parte do setor agrário.

Embora tenha se candidatado à presidência da República, num conjunto de ocasiões, Rui Barbosa não conseguiu lograr êxito, mas conseguiu ser eleito senador. Durante a Revolta da Armada em 1895, mesmo sem qualquer envolvimento com o movimento, ele foi preso, processado e forçado a se exilar em Buenos Aires, depois Lisboa e, por fim, em Londres.

A tática dos paulistas ao colocar esse ilustre personagem republicano na cédula de duzentos mil réis era, sem dúvida, pela sua relevância no cenário nacional e internacional. Rui Barbosa, também não era natural do estado de São Paulo, mas era visto como um defensor da igualdade entre as nações, um promotor da industrialização nacional e um destacado autor da Constituição de 1891, que foi violada por Getúlio Vargas, após a tomada do poder em 1930. Sua efígie na cédula, produzia ligações ideológicas em comum entre o jurista liberal e os princípios defendidos por São Paulo: os valores republicanos, democráticos, constitucionais e da necessidade econômica do progresso via a industrialização.

Figura 33 – Frente da cédula de duzentos mil réis.



Fonte: Blog da Numismática IFMT. Acesso 02 set. 2023.

Figura 34– Verso da cédula de duzentos mil réis.



Fonte: Blog da Numismática IFMT. Acesso 02 set. 2023.

A Revolução Constitucionalista, que eclodiu em São Paulo, não obteve êxito e, em apenas três meses, as forças paulistas já estavam derrotadas. Em 2 de outubro de 1932, cercados pelas tropas federais, os líderes se renderam, sendo presos e com seus direitos políticos suspensos por um período de três anos, enquanto muitos outros foram exilados (PANDOLFI, 2007).

Entre os revoltosos, figuravam muitos generais representando um entrave para Getúlio Vargas junto aos meios militares. A derrota dos paulistas serviu para que o governo federal removesse esses obstáculos e reestruturasse as forças armadas. No entanto, mesmo com a derrota militar, os paulistas alcançaram sucesso em suas reivindicações. Isso incluiu a nomeação de um interventor civil que agradava à elite local, a promessa de uma nova Constituição e a aprovação das eleições presidenciais. Embora a derrota tenha parecido um revés, ela permitiu o surgimento de diversos partidos políticos e marcou o início de uma reorganização política no país.

Após 1932, o governo federal reformulou a estrutura política do Brasil, com a realização de eleições e a ascensão de inúmeras agremiações políticas, muitas delas recém-criadas. Em seguida, a Assembleia Constituinte foi formada, iniciando seus trabalhos em 15 de novembro de 1933, sete meses depois, a nova Constituição do Brasil, a segunda da era republicana.

É importante destacar que, durante o processo de elaboração da Constituição, uma junta militar tentou dar um golpe em Vargas e tomar o poder, mas não obteve sucesso. Com a aprovação da nova Carta Magna, as eleições para presidente ocorreram normalmente, de forma indireta, e os constituintes elegeram Getúlio Vargas, para dar continuidade à presidência do Brasil. Logo após, aprovaram os atos do Governo Provisório, revelando um clima de instabilidade, visto que, dos 220 deputados, apenas 135 votaram a favor. Assim, em

1934, iniciou-se a ‘segunda fase’ do primeiro governo de Getúlio Vargas, o “Governo Constitucional”, marcando uma nova etapa na história política do Brasil.

2.2 O Governo Constitucional: o avanço de um projeto nacionalista e a busca da fidelidade das forças armadas

A Constituição de 1934 foi resultado da movimentação política e bélica iniciada pelas elites paulistas. Contudo, os princípios liberais democráticos previstos no texto constitucional não estavam de acordo com as expectativas do presidente, que desejava uma governança centralizada no poder executivo. Em seu discurso, logo após tomar posse como presidente – eleito de forma indireta pelos Constituintes, expressou seu desejo de revisar a nova Carta Magna, embora houvesse outras questões prementes a serem resolvidas. Vargas possuía a consciência que era fundamental reorganizar as forças armadas e trazê-las de volta ao círculo de poder do governo, mesmo que isso significasse enfrentar o General Gois Monteiro, que buscava manter o exército à margem da politização. A reorganização das forças armadas era crucial para elaborar uma estratégia que driblasse a recém Constituição, que proibia a reeleição presidencial em 1938.

O retorno das eleições legais e uma Constituição que refletia os interesses dos grupos mais liberais e democráticos da sociedade brasileira criaram uma pretensa atmosfera de liberdade política. Isso se refletiu no aumento da participação política, com o surgimento de novas agremiações partidárias concorrendo nas eleições de outubro de 1934, para as Assembleias Legislativas estaduais e o Congresso Nacional, apesar das acirradas e violentas disputas em vários estados do país. No entanto, essa eleição foi uma grande derrota para Vargas, já que a maioria de seus interventores perderam.

Nesse mesmo período, os movimentos sociais começaram a ganhar força em todo o território nacional, dando origem a conflitos trabalhistas em diversos setores. Em meio a isso, surgiram duas agremiações políticas, não apenas partidárias, que exerceriam grande influência na década de 1930: a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL).

A AIB surgiu da fusão de várias agremiações de extrema direita em todo o Brasil, como a Ação Social Brasileira (Partido Nacional Fascista), a Legião Cearense do Trabalho, o Partido Nacional Sindicalista e o movimento monarquista Ação Imperial Pátrio-novista. Fundada em outubro de 1932, no calor das agitações da guerra civil paulista, a AIB defendia

um governo centralizador, inspirado no modelo de Benito Mussolini na Itália. Seu líder era o escritor e jornalista Plínio Salgado, que também era redator do jornal "A Razão", fundado em 1931.

A AIB estava alinhada com muitos dos ideais e práticas governamentais de Getúlio Vargas, chegando atuar como base de apoio ao governo, o que pode explicar as razões dele não tentar impedir o seu crescimento. A AIB era tanto de perfil político como paramilitar, organizava desfiles públicos, comícios, reuniões e seus membros adotavam corriqueiramente saudações inspiradas no nazifascismo alemão e italiano. Cresceu rapidamente, contando com até 800 mil membros, dentre eles vários militares e políticos tradicionais, inclusive integrantes do governo Vargas, e estava presente em várias assembleias legislativas. No entanto, devido à instauração do Estado Novo em 1937 e o choque de interesses com a cúpula governamental, a AIB será posta na ilegalidade (1938) e suas sedes fechadas em vários estados brasileiros, mas isso não diminuiu de imediato a influência política dos seus integrantes militares.

Os movimentos e governos fascistas, nos anos do entreguerras, possuíam características próprias em cada parte do mundo, como apontado pelos pesquisadores Roney Cytrynowicz e Marcos Chor Maio (2007, p. 44), sendo a AIB a versão predominante no Brasil. Porém, aspectos como o anticomunismo, o antiliberalismo no plano democrático-partidário-eleitoral, o antimodernismo em prol das tradições culturais-religiosas, o ódio às minorias nacionais, o ultranacionalismo belicoso, o estímulo a xenofobia, a crença e o culto na liderança nacional e a defesa de um estado forte e centralizador, são fundos em comum do fascismo global. Continuando a caracterização ideológica do fascismo:

Caracteriza-se o fascismo, em princípio, por um modelo de dominação política que apresenta os seguintes aspectos: controle exclusivo do exercício da representação política mediante a atuação de um partido único de massa, caracterizado por forte estrutura hierárquica; ideologia centrada no culto à liderança política; exacerbação dos valores da nacionalidade; recusa dos princípios que norteiam o liberalismo individual; oposição radical aos valores do socialismo e do comunismo; exaltação da colaboração de classes e crença no ideal corporativo; atribuição de um papel central ao aparato estatal no plano econômico, social e político; domínio absoluto do Estado sobre as informações e, especialmente, os meios de comunicação de massa; eliminação de qualquer forma de pluralismo político, com o aniquilamento das oposições, embasado na violência e no terror (Saccomani apud Cytrynowicz; maio, 2007, p. 44).

A defesa de um poder centralizador, que abarcasse o controle de todos os meios de comunicação, das forças armadas e dos órgãos policiais e o constante ataque aos opositores ao governo, aproximava a AIB do modo de pensar e agir de Vargas. No entanto, com o Estado Novo e a nova legislação que previa o fim das agremiações partidárias, afeta a própria AIB,

além disso, a recusa de Vargas em entregar Ministérios relevantes aos integralistas, como o da Educação e Saúde a Plínio Salgado, leva uma parcela da agremiação a almejar uma insurreição armada que fracassou e, consequentemente, o seu imediato fechamento no plano institucional.

Contradictoriamente, pode-se afirmar que a AIB, com sua ideologia centralizadora inspirada no fascismo europeu, desempenhou um papel fundamental nos eventos que culminaram na instauração do regime autoritário do Estado Novo, em novembro de 1937, conforme apontam Cytrynowicz e Maio (2007, p. 47-48). Apesar da organização ter sido vítima da sua própria ideologia e do seu “parceiro” político, a AIB colaborou estreitamente com Vargas na luta contra o liberalismo e o comunismo, mesmo essa união não ter sido aberta e declarada. Essa colaboração entre a AIB e Vargas desempenhou um papel significativo nos eventos que levaram à consolidação do regime autoritário no Brasil entre 1937 e 1945.

No outro campo organizativo, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) surgiu de maneira notável enquanto uma frente ampla popular, antifascista e anti-imperialista, com a participação de um personagem fundamental, em uma trama que se desenrolava desde a década de 1920, marcada pelos levantes tenentistas. Esse personagem central foi Luís Carlos Prestes, o líder da Coluna Prestes. Embora a Coluna Prestes tenha terminado sem sucesso, deixou uma faísca de esperança entre muitos nas forças armadas. Sendo chamado de "Cavaleiro da Esperança", Prestes foi solicitado várias vezes por Getúlio Vargas para liderar o Exército e ajudar na “Revolução” /Movimento de 1930, mas recusou, pois não via em Vargas um representante de suas aspirações, nem dos princípios do movimento tenentista. Em vez disso, buscou uma saída alternativa para alcançar seus objetivos: tomar o poder no Brasil e remover Vargas da presidência.

Para concretizar esse objetivo, Prestes se aproximou da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e participou de congressos do movimento comunista e da Internacional Comunista (IC). Ele se interessou pelos ideais comunistas e solicitou a adesão ao Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado anteriormente em março de 1922. No entanto, sua solicitação foi recusada a princípio pelo PCB, mas posteriormente imposta pela IC em 1934. A presença de uma delegação brasileira, incluindo o então Secretário Geral do PCB, Antônio Maciel Bonfim, codinome Miranda, nos congressos da IC levou a informações distorcidas sobre as agitações no Brasil, em prol de uma revolução popular, alimentando as esperanças políticas de Prestes, que retorna ao país para liderar o movimento.

Em 1934, a ANL foi estabelecida como uma agremiação que aglutinava intelectuais, estudantes, líderes operários, mulheres, sociais democratas, comunistas e, em especial, figuras do tenentismo de esquerda descontentes com os rumos da “Revolução” de 1930 e com o governo Vargas. Ela se apresentava como uma frente unida contra o imperialismo, os fascistas/integralistas e o governo Vargas. A ANL foi oficialmente lançada em março de 1935, durante um comício no Rio de Janeiro, e Luís Carlos Prestes – mesmo ausente – foi aclamado como presidente de honra da organização.

A ANL atraiu uma ampla gama de pessoas insatisfeitas com o governo de Getúlio Vargas. A ANL pode ser vista como um grande caldeirão de diferentes correntes, unidas principalmente pelo descontentamento em relação à Revolução de 1930 e à direção que o país estava tomando, sob o governo de Getúlio Vargas. Nesse período, boatos sobre um possível Golpe de Estado circulavam, e conspirações envolvendo militares de várias regiões do Brasil eram denunciadas, e não estavam relacionadas à ANL e nem ao PCB.

Ao mesmo tempo, os conflitos entre a ANL e a Ação Integralista Brasileira (AIB) se intensificavam, e as greves operárias eclodiam em diversos setores da economia nacional. Militares de médias e baixas patentes, vinculados à esquerda, se sublevavam desafiando a hierarquia militar e revoltas explodiam em várias regiões, como Natal e Recife, embora muitos dos próprios rebeldes não tivessem uma plena compreensão do motivo da movimentação armada. A ANL e o PCB também enfrentavam dificuldades para concretizar suas aspirações revolucionárias. Luís Carlos Prestes, influenciado por informações imprecisas das revoltas militares no Nordeste, liderou o que ficou conhecido como a "Insurreição Comunista" no Rio de Janeiro, no meio militar, uma tentativa fracassada de iniciar uma revolução. Seus líderes foram derrotados, presos e submetidos à tortura.

Esses eventos tumultuosos acabaram contribuindo para o desenvolvimento de uma estratégia governamental que começou a ser delineada em junho de 1935, quando o jornal *O Globo* começou a divulgar informações sobre um suposto "plano subversivo" ordenado por Moscou (VIANNA, 2007, p. 86). Vargas já havia elaborado um plano para cancelar as eleições e permanecer no poder, aproveitando a derrota dos levantes e a intensificação da perseguição, não apenas aos membros do PCB e da ANL, mas também a qualquer um que se opusesse ao governo. Vargas estava eliminando as ameaças que o cercavam e se preparando para o próximo passo, em sua estratégia de poder: o golpe do Estado Novo.

Gradativamente Getúlio Vargas empreendeu uma reestruturação nas Forças Armadas, realinhando as peças-chave, substituindo as que apresentavam "defeitos" e aplicando uma

brutal repressão aos militares de esquerda vinculados a ANL e ao PCB. Além disso, ele soube explorar de maneira estratégica e perspicaz a presença da Ação Integralista Brasileira (AIB) até a instauração do Estado Novo. Contudo, a jogada mais estratégica talvez tenha sido a reportagem do jornal *O Globo*, que denunciou supostas "estratégias" comunistas para tomar o poder no Brasil, o "Plano Cohen". O pretenso "Plano" foi uma falsa notícia desenvolvida pelo capitão Olímpio Mourão Filho, chefe do serviço secreto da AIB, e apropriado por Góis Monteiro chefe do Estado-Maior do exército brasileiro, que anunciava um planejamento da IC em tomar o poder no Brasil.

Apesar da falácia do "Plano Cohen" que é a ferramenta final para deflagrar o Estado Novo, desde os levantes armados de 1935 impulsionados pela ANL/PCB/Militares de esquerda, Vargas adquiriu um álibi que lhe conferiu a possibilidade de soterrar o caráter liberal da Constituição de 1934. Comandando a polícia por meio de Filinto Müller⁶ e promulgando a Lei de Segurança Nacional (LSN), Vargas começou a desobstruir o caminho, eliminando qualquer opositor e alinhando as forças armadas, contra qualquer dissidência que representasse uma ameaça ao seu governo e a sua trajetória em direção à uma ditadura consolidada. Em 1935, durante o governo constitucional que antecedeu o Estado Novo, o número de pessoas presas pelo governo foi significativamente maior do que durante o período ditatorial subsequente. Esse aumento nas prisões foi uma resposta às tensões políticas e sociais crescentes, exacerbadas pela Insurreição Comunista, uma tentativa de golpe liderada pela Aliança Nacional Libertadora. O governo de Getúlio Vargas utilizou a repressão como um meio de controlar a dissidência, resultando em um número elevado de detenções e encarceramentos. Esse contexto de repressão intensa durante o governo constitucional lançou as bases para o endurecimento político que caracterizaria o Estado Novo, um período de centralização autoritária e controle estatal mais rígido. Entretanto, Getúlio Vargas não se contentava apenas com o controle político e econômico; ele almejava algo mais profundo. Ele buscava conquistar as massas, queria ser uma presença constante, inesquecível, e almejava um lugar cativo nas mentes e nos corações das pessoas. Vargas aspirava a uma idolatria coletiva, e para alcançar esse objetivo, estava disposto a criar, inventar e reinventar táticas ousadas.

⁶ Participou da Revolta Paulista de 1924 como primeiro tenente do Exército. Após a retirada dos insurgentes, integrou a Coluna Miguel Costa, mas foi expulso em 1925 a pedido de Luís Carlos Prestes, que o acusou de covardia, deserção e indignidade. Em 1933, tornou-se Chefe de Polícia do então Distrito Federal e manteve-se nesse cargo durante o governo Vargas até 1942.

Ele entendia que sua permanência no poder dependia não apenas de manobras políticas, mas também de uma conexão emocional com o povo. Vargas precisava estar presente na vida cotidiana das pessoas, ser lembrado nas horas de alegria e dificuldade. Para isso, ele sabia o que fazer, como o fez, lançou mão de práticas de comunicação, propaganda e mobilização social, que transcendiam as fronteiras do governo convencional. Para isso, Vargas também buscou se aproximar dos intelectuais, que se viam como verdadeiros mosqueteiros (VELLOSO, 2007), e passaram a atuar a partir de 1930, dentro do contexto do Estado. Eles enxergavam a sociedade civil como um corpo conflituoso, fragmentado e indefeso, e propunham uma solução autoritária para organizar essa sociedade. Essa estratégia de aproximação com os intelectuais não apenas fortaleceu o governo Vargas, mas também contribuiu para consolidar um discurso de ordem e estabilidade, fundamentais para a manutenção do poder em um período marcado por instabilidade e conflitos políticos.

Segundo Velloso,

O período do Estado Novo é particularmente rico para a análise da relação entre os intelectuais e o Estado Novo, já que nesse mesmo período se revela a profunda inserção desse grupo social na organização político-ideológica do regime. Nesse sentido [...], temos a preocupação de enfocar os intelectuais na qualidade de participantes de um projeto político-pedagógico, destinado a popularizar e difundir a ideologia do regime (VELLOSO, 2007, p. 149).

Velloso (2007) ressalta ainda que os intelectuais estavam intrinsecamente ligados a um projeto que envolvia a intersecção entre propaganda política e educação durante o Estado Novo. Ao se colocarem como os mais esclarecidos, sentiam-se investidos do dever de educar a coletividade de acordo com os ideais doutrinários do regime. Essa união entre propaganda e educação não apenas fortaleceu o controle ideológico do governo, mas também contribuiu para a formação de uma sociedade moldada conforme os interesses do Estado, reforçando a adesão à sua agenda política e legitimando suas ações autoritárias.

Essa busca incessante por uma presença constante na vida da nação não apenas definiu a era Vargas, mas também lançou as bases para uma forma moderna de liderança política no Brasil. A capacidade de Vargas de se manter no poder por tanto tempo e sua habilidade para se conectar com as massas são legados duradouros de sua carreira política.

Além das mudanças política e sociais que marcaram o governo de Getúlio Vargas, sua influência também se estendeu à cunhagem de moedas, que além de tentar refletir a estabilidade econômica, carregavam elementos simbólicos que ecoavam a retórica política da

época. O governo estava empenhado em consolidar seu poder e controlar as narrativas públicas, e as moedas fazem parte de uma das inúmeras táticas governamentais, um símbolo político e econômico que tinha um papel a cumprir em meio a toda turbulência que Vargas estava vivenciando.

Durante o período constitucional destaca-se a inserção de dois tipos de cunhagem de moedas, as que fazem alusão a figuras históricas nos meios militares no intuito de resguardar a fidelidade das Forças Armadas (exército e marinha), contra as dissidências oligárquicas ou advindas da esquerda, e as que fazem menção à personalidades brasileiras, que possuíram projeção nacional e internacional, no intuito de estimular o nacionalismo patriótico.

Dentre as principais peças a serem analisadas no quesito militar estão as moedas de 2000 réis. A primeira moeda circulou somente no ano de 1935, de é de prata, e a outra entre os anos de 1936 a 1938 sendo de bronze-alumínio. Ambas as cunhagens estão ligadas diretamente aos eventos de 1935, nos levantes armados frustrados no Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Essas moedas trazem em seu anverso a imagem de uma espada simbolizando a força do exército, o valor monetário e a datação da cunhagem, no reverso a efígie de Luís Alves de Lima e Silva, o popular Duque de Caxias, figura militar proeminente na história do Brasil e do exército no período Imperial.

Caxias, filho de Francisco Lima e Silva, relevante militar e político nos tempos do primeiro reinado e nas regências, continuou o legado do pai no exército e na política durante o segundo reinado, liderando o combate aos Balaios no Maranhão, aos Farrapos no Rio Grande do Sul e, em especial, durante a guerra contra o Paraguai, onde suas habilidades táticas e estratégicas foram fundamentais para a vitória da Tríplice Aliança.

Devido às suas conquistas militares e políticas e à sua lealdade ao Império, ganhou o título de “pacificador” e é considerado uma das figuras militares mais respeitadas da história brasileira. A inclusão da imagem do Duque de Caxias nas moedas de 1935, pode ser vista como uma tentativa governamental de reforçar a imagem de estabilidade e autoridade dentro do exército, contra as dissidências à esquerda, contra possíveis usos das forças armadas e da memória de suas personalidades em prol de dissidências oligárquicas, como os paulistas fizeram em 1932, utilizando inclusive Caxias e outros militares na elaboração das suas cédulas.

Figura 35 – 2000 réis reverso e anverso (prata - 1935).



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 30 set. 2023.

Figura 36 – 2000 réis reverso e anverso (bronze-alumínio - 1936 a 1938).



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 30 set. 2023.

Após 1936 o governo cunhou uma série de moedas denominadas de “Brasileiros Ilustres” para impulsionar o nacionalismo. A moeda de 5000 réis de prata, faz parte desta série e entrou em circulação em 1936 – com cunhagens até 1938 –, coincidindo com o trigésimo aniversário do histórico primeiro voo do 14 Bis, uma das maiores conquistas da aviação mundial. O *design* desta moeda é repleto de simbolismo. No reverso, destaca-se a representação da asa de uma águia, que simboliza não apenas a inovação tecnológica do avião, mas também o sonho, a ousadia e a determinação do homem em conquistar os céus, além do valor monetário, datação da cunhagem e o nome do país.

No anverso da moeda, a efígie que se destaca é a de Alberto Santos Dumont, um ícone na história da aviação brasileira e internacional. Santos Dumont é reverenciado como o patrono da aviação brasileira, e sua imagem nessa moeda é uma homenagem à sua contribuição notável, para o desenvolvimento da aviação.

É relevante destacar que essa moeda teve um papel especial na história monetária do Brasil, pois foi a última moeda de prata a ter circulação comercial no país. Além de seu valor econômico, ela carrega consigo um valor histórico e cultural, celebrando as realizações da aviação e a memória de Santos Dumont como uma figura inspiradora, para os amantes da aviação e a população em geral.

Podemos entender que essa moeda também desempenhou um papel simbólico e tático crucial. A escolha de celebrar o trigésimo aniversário do primeiro voo do 14 Bis e homenagear Alberto Santos Dumont, um ícone da aviação brasileira, falecido a pouco mais de quatro anos, tinha como objetivo unir o país em torno de uma narrativa positiva. Ao destacar a inovação e a coragem apresentadas pela conquista dos céus, Vargas buscava inspirar um senso de orgulho nacional e esperança no futuro.

Além disso, a decisão de emitir a última moeda de prata com circulação comercial no Brasil tinha implicações práticas e simbólicas. Economicamente, essa moeda poderia ser vista como um símbolo de estabilidade financeira, contribuindo para a confiança na moeda nacional em um momento de incerteza internacionalmente. Politicamente, ao escolher uma figura venerada, Vargas se alinhou com a memória de um “herói nacional”, ligada a elite econômica e intelectual paulista e reforçou a ideia de que seu governo estava comprometido com a unidade, o progresso e a modernização do país. Essa estratégia, embora sutil, permitiu a Vargas mostrar que seu governo estava comprometido com valores positivos, como a inovação, a bravura e o orgulho nacional, ao mesmo tempo que consolidava seu poder frente aos desafios significativos.

Figura 37 – 5000 réis reverso e anverso.



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 30 set. 2023.

A moeda de 100 réis de níquel presta homenagem a outra figura notável da história e do meio militar brasileiro dos tempos do Império, Joaquim Marques Lisboa, conhecido como o Marquês de Tamandaré. Ele desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento da Armada Militar Brasileira, atual Marinha, é considerado o seu fundador e tratado como patrono. O Marquês de Tamandaré ascendeu à patente de almirante e participou ativamente de diversas guerras no século XIX, incluindo a Guerra da Cisplatina (1825 a 1828), a Guerra dos Farrapos (1835 a 1845) e a Guerra contra o Paraguai (1865 a 1870).

A moeda ostenta um simbolismo significativo: em seu reverso, apresenta uma âncora com uma corrente que simboliza a grandiosidade e a relevância da Força Naval Brasileira,

junto com o valor monetário e a datação da cunhagem que vai entre 1936 a 1938. No anverso da moeda, encontra-se a efígie emblemática do Marquês de Tamandaré, que é representado de maneira solene. Seu nome aparece grafado de maneira destacada, separado pela imagem.

Figura 38 – 100 réis reverso e anverso.



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 30 set. 2023.

Essa moeda não apenas celebra a figura do Marquês de Tamandaré, mas também presta uma homenagem à Marinha brasileira e almeja a fidelidade deste segmento da força armada rente ao governo, pretensamente reconhecendo a dedicação e o heroísmo daqueles que serviram na Armada Militar/Marinha e contribuíram para a defesa e a integridade do Brasil ao longo da história. Vale relembrar que Tamandaré e o Almirante Barroso, também foram apropriados nas cédulas paulistas durante a Guerra Civil.

Na moeda de níquel de 200 réis, traz mais uma figura proeminente do século XIX, no Brasil Império. Irineu Evangelista de Souza, conhecido como Barão de Mauá ou Visconde de Mauá é homenageado como um grande industrial, ligando-se aos interesses varguistas em industrializar e diversificar a economia nacional. Mauá foi um notável empresário e político brasileiro, reconhecido por seus empreendimentos pioneiros e considerados inovadores. No reverso desta moeda, é retratada uma locomotiva, simbolizando a primeira ferrovia construída por Irineu Evangelista, durante o Segundo Reinado, essa representação é emblemática, pois marca um avanço significativo na infraestrutura do país na época, conectando os lugares e impulsionando o desenvolvimento econômico. No anverso da moeda, encontramos a efígie do próprio Visconde de Mauá, cujo nome está grafado de forma que está separado pela imagem. A cunhagem dessa moeda, entre 1936 a 1938, também pode ser vista como uma estratégia política, pois Vargas busca estabelecer uma ligação com essa figura histórica, que representava o desenvolvimento e o progresso econômico do Brasil, associando o seu governo aos ideais de modernização, inovação e industrialização, fortalecendo sua imagem perante a população, principalmente com o segmento empresarial.

Figura 39 – 200 réis reverso e anverso

Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 30 set. 2023.

A moeda de 300 réis de níquel é uma comemoração ao centenário de nascimento de uma figura emblemática na história da música e da cultura brasileira, o compositor de ópera Antônio Carlos Gomes. Este ilustre artista é reconhecido como o patrono da cadeira número 15, na Academia Brasileira de Música. No reverso da moeda, podemos admirar a imagem de uma harpa lira, um símbolo musical clássico que representa a harmonia e a beleza da música, junto com o valor monetário e a data da cunhagem que vai de 1936 a 1938. No reverso, encontra-se a efígie do compositor, e seu nome está dividido pela imagem.

Carlos Gomes foi um compositor notável, conhecido por suas óperas que conquistaram reconhecimento internacional. Suas obras, como “O Guarani”, “Fosca” e “Lo Schiavo,” cativaram plateias ao redor do mundo. Essa moeda pode ser vista como uma ferramenta estratégica para destacar as conquistas culturais do país, além de interligar com o fomento que o governo varguista promovia, com o canto orfeônico nas escolas públicas, no intuito de estimular o civismo e disciplina na juventude, como aponta o pesquisador Maurício Parada (2009, p. 174).

Figura 40 – 300 réis reverso e anverso.

Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 30 set. 2023.

A moeda de 400 réis de níquel presta uma homenagem ao médico sanitarista Oswaldo Cruz, uma figura pioneira no estudo da epidemiologia e na implementação de políticas de

saúde pública no Brasil. No início da era republicana nacional, este cientista desempenhou um papel fundamental ao liderar esforços para combater surtos de doenças em cidades portuárias, incluindo um notório combate à peste bubônica. Além disso, ele ficou conhecido por suas campanhas de vacinação em massa, contra a varíola em 1904.

No anverso desta moeda possui a efígie de Oswaldo Cruz, dividindo espaço com seu próprio nome. No reverso da moeda entre dois filetes, destaca a representação de uma lâmpada acesa. Esse símbolo é altamente significativo, uma vez que evoca a luz do conhecimento e da ciência que Oswaldo Cruz promoveu para o campo da saúde pública. Sua abordagem inovadora e suas campanhas de vacinação foram como uma luz no fim do túnel, trazendo esperança e progresso em meio às doenças e aos desafios da saúde enfrentados pelo país na época.

Oswaldo Cruz, médico sanitarista, tornou-se uma figura central na história da saúde pública no Brasil, por suas campanhas de vacinação e combate a doenças. Durante o início do século XX a varíola, era uma doença devastadora que assolava a população brasileira. Sua estratégia para controlar a epidemia foi a vacinação em massa, implementada de forma obrigatória. A medida, embora cientificamente fundamentada, gerou uma enorme resistência popular, culminando na Revolta da Vacina de 1904. A imposição da vacina pela brigada sanitária, sem uma comunicação eficaz e sem considerar as preocupações e desconfianças da população, foi vista como uma invasão de direitos, levando a protestos e violência nas ruas.

Além da varíola, Oswaldo Cruz também combateu a febre amarela, enfrentando as teorias predominantes da época que acreditavam na transmissão da doença por suor, sangue, roupas e secreções de doentes. Cruz, convencido de que um mosquito era o vetor da febre amarela, suspendeu as desinfecções - até então o método tradicional de combate - e implementou novas medidas sanitárias. Brigadas sanitárias passaram a percorrer casas, jardins, quintais e ruas, eliminando focos de insetos e disseminando práticas de saneamento básico.

Essas intervenções, principalmente nos bairros mais pobres, geraram insatisfação e desconfiança. A falta de informação e comunicação com a população sobre o propósito e os benefícios dessas ações sanitárias contribuiu para o aumento da resistência e revolta popular. Muitas vezes, as brigadas sanitárias eram vistas como invasoras que perturbavam a vida cotidiana sem uma explicação clara, exacerbando as tensões sociais e culturais.

Apesar das controvérsias e resistência, suas campanhas foram fundamentais para a erradicação de epidemias e para a implantação de práticas de saúde pública que deixaram um

legado duradouro no Brasil. A história das suas campanhas é um testemunho da importância de uma abordagem científica e bem comunicada na saúde pública, e destaca os desafios e resistências que podem surgir na implementação de medidas sanitárias em contextos sociais complexos.

O prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, e o presidente do Brasil, Rodrigues Alves, aproveitaram-se das revoltas populares para consolidar suas agendas políticas. Utilizaram o contexto de insatisfação e resistência como justificativa para intensificar a remoção dos cortiços e casas populares do centro da cidade, sob o pretexto de modernização e progresso. Essa "varredura" visava transformar o Rio de Janeiro em uma cidade mais moderna e higienizada, alinhando-se aos padrões urbanos europeus, mas ao custo de deslocar populações vulneráveis e aprofundar as desigualdades sociais.

Essa moeda com a efígie do sanitarista pode ser vista como uma tentativa do governo Vargas de projetar uma imagem de compromisso com a melhoria das condições de saúde e o bem-estar da população. No entanto, essa representação também servia a propósitos mais complexos. Além de simbolizar os esforços de saúde pública, a moeda fazia parte de uma estratégia mais ampla do governo para consolidar sua legitimidade e reforçar a ideologia do Estado Novo, usando a figura do sanitarista como um herói nacional que encarnava os valores de progresso e modernidade que o regime desejava promover. Assim, a imagem na moeda não apenas celebrava os feitos sanitários, mas também buscava manipular a percepção pública para apoiar a agenda política de Vargas.

Figura 41 – 400 réis reverso e anverso.



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 30 set. 2023.

Ainda dentro do escopo da série dos “Brasileiros Ilustres”, para estimular o nacionalismo que estava em voga nos anos de 1930, em escala internacional, existem as moedas de bronze-alumínio que detinham valor monetário superior as moedas cunhadas com níquel. Entre 1935 e 1938 foi cunhada a moeda de 500 réis fazendo alusão a Diogo Antônio Feijó, historicamente conhecido como Regente Feijó ou Padre Feijó. Membro do clero da

Igreja Católica Apostólica Romana, professor e político durante o Brasil Império (deputado, senador e ministro de estado), chegando a ser eleito o primeiro regente no período das Regências Unas entre 1835 a 1837, isto é, o primeiro civil a ser eleito para chefe do poder executivo no Brasil, apesar do caráter excepcional.

Figura 42 – 500 réis reverso e anverso.



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 30 set. 2023.

No anverso da moeda possuí a efígie do busto de Feijó, com a escrita “Regente Feijó” circundando sua imagem, enquanto no reverso possui o valor monetário, a datação da cunhagem e o nome “Brasil” na parte superior da peça, sendo que na parte central existe uma coluna, sustentando um candelabro iluminado. A peça monetária faz menção ao centenário da regência ‘Una de Feijó’, momento em que o país viveu várias revoltas regionais, que questionavam o regime monárquico, a centralização governamental e as desigualdades regionais e social.

Movimentos armados como a Cabanagem no Pará e a Farroupilha no Rio Grande do Sul, chegaram a optar pela separação do Brasil. A memória e a representação de Feijó, trazida para o contexto dos anos de 1930, visava uma analogia da necessidade de um estado forte e centralizado no tempo presente, semelhante a uma coluna sólida e iluminada, para garantir a unidade nacional em prol da “paz social”, no intuito de mitigar as distensões oligárquicas, militares e dos demais grupos opositores.

Por fim, a moeda de mil réis, que faz apologia ao padre José de Anchieta, um missionário da ordem religiosa Jesuítica, Companhia de Jesus, que começou a atuar no Brasil na catequização de indígenas em meados do século XVI. Atuou em missões nas regiões dos, então territórios, de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito do Santo, principalmente com a etnia dos Tupinambás. Fundou localidades, escolas jesuíticas, desenvolveu métodos de catequização e ajudou na expulsão dos franceses da Guanabara. Ele também foi um grande difusor da *Ratio Studiorum*, a metodologia didática da Companhia de Jesus. Este conjunto de regras e normas regulamentava e orientava o ensino promovido pelos jesuítas e foi criado com

o propósito de disseminar a cultura colonizadora. A *Ratio Studiorum* representava uma abordagem estruturada e rigorosa de educação, destinada a inculcar valores e conhecimentos que reforçavam a ideologia e os objetivos coloniais.

Figura 43 – 1000 réis reverso e anverso.



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 30 set. 2023.

Cunhadas entre 1935 e 1938, feitas de bronze alumínio, a moeda possui no seu anverso a efígie do padre de perfil e na sua lateral direita a escrita do nome Anchieta em vertical, sendo que no reverso possui o valor monetário, a data da cunhagem, o nome do Brasil e na parte central a figura de um livro aberto. A representação de um livro na moeda expressa o reconhecimento do governo varguista no pioneirismo dos Jesuítas e, em especial, a Igreja Católica, no desenvolvimento educacional do país. Tal ação tenta desfazer embaraços emergidos com a Constituição de 1934 que tornou a educação brasileira laica, ao retirar a obrigatoriedade do ensino religioso, além de fortalecer a educação pública através do Estado. O intuito de Vargas era de aproximar-se da Igreja Católica e de sua popularidade, delegando na memória histórica José de Anchieta e a Igreja como fundadores da educação nacional.

Podemos concluir que em meio ao caos e à aparente desordem do governo constitucional de Vargas, ele demonstrou notável habilidade em desarticular conspirações, transformando o PCB e a ANL em bodes expiatórios para os desafios que enfrentava. Os levantes regionais em Pernambuco e Rio Grande do Norte revelaram-se desconexos dos interesses da URSS ou da própria ANL, desprovidos de uma articulação nacional. O desejo de Luís Carlos Prestes de tomar o poder estava distante da realidade, pois o processo revolucionário que ele buscava ainda estava longe de amadurecer.

No meio de toda essa desorganização, Vargas soube enxergar oportunidades, aproveitando pequenas aberturas na floresta densa e escura de desafios políticos. Ele utilizou o poder do estado para perseguir e prender membros do PCB, da ANL, dentre outros opositores, ao mesmo tempo em que procurava conquistar o apoio popular. Assim como os paulistas durante a Revolução Constitucionalista, Vargas soube usar moedas como veículo

para transmitir mensagens simbólicas e históricas. Cada moeda escolhida e os eventos que elas representavam contribuíram para a construção de uma narrativa sobre seu governo. Essas moedas não apenas refletiram os valores e prioridades de seu governo, mas também moldaram a percepção pública de Vargas e de seu regime político. Tornaram-se instrumentos de propaganda que visavam consolidar sua autoridade e legado, para além de abrir caminho para um novo Golpe de Estado.

Essa estratégia de comunicação evoluiu ao longo de seu governo, e o próximo passo, dado por Vargas em 1937, foi inaugurar uma nova fase ditatorial. Essa fase foi moldada ao longo de anos, desde a Revolução Constitucionalista de 1932, adaptando-se e, por vezes, radicalizando, mas nunca abandonando o objetivo final. O Estado Novo representou a concretização desse objetivo, revelando um governo altamente articulado, preparado e com um grau de controle político e social, altamente eficaz.

2.3 O Estado Novo: o culto à personalidade e o ultranacionalismo em tempos de guerra

O plano para alcançar seu objetivo transcendia o apoio das forças armadas; era crucial angariar apoio político. Além do respaldo e adesão dos governadores dos Estados, Getúlio Vargas sabia que precisava criar uma comoção no povo, instilando-lhes o temor, de modo a fazê-los acreditar que a única saída, a verdadeira salvação, residia unicamente em sua liderança. Nesse contexto, o movimento comunismo e a Aliança Nacional Libertadora (ANL) foram deliberadamente utilizados como espécies de "bodes expiatórios", permitindo a Vargas alcançar seu grande objetivo. Na abertura da nova Constituição de 1937, o presidente deixa evidente a pretensa necessidade da criação do Estado de exceção:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL,
ATENDENDO às legítimas aspirações do povo brasileiro à paz política e social,
profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem, resultantes da
crescente agravamento dos dissídios partidários, que, uma, notória propaganda
demagógica procura desnaturar em luta de classes, e da extremação, de conflitos
ideológicos, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural, resolver-se em termos
de violência, colocando a Nação sob a funesta iminência da guerra civil;
ATENDENDO ao estado de apreensão criado no País pela infiltração comunista,
que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, exigindo remédios, de caráter
radical e permanente;
ATENDENDO a que, sob as instituições anteriores, não dispunha, o Estado de
meios normais de preservação e de defesa da paz, da segurança e do bem-estar do
povo;
Sem o apoio das forças armadas e cedendo às inspirações da opinião nacional,
umas e outras justificadamente apreensivas diante dos perigos que ameaçam a
nossa unidade e da rapidez com que se vem processando a decomposição das
nossas instituições civis e políticas;

Resolve assegurar à Nação a sua unidade, o respeito à sua honra e à sua independência, e ao povo brasileiro, sob um regime de paz política e social, as condições necessárias à sua segurança, ao seu bem-estar e à sua prosperidade, decretando a seguinte Constituição, que se cumprirá desde hoje em todo o País (BRASIL, 1937).

O “Estado Novo”, emergido via a Constituição de 1937, já estava sendo concebido desde o período do “Governo Provisório”, com Vargas centralizando cada vez mais as decisões governamentais, à revelia do Congresso Nacional e de uma base constitucional. O cenário mundial, marcado pela crise social e econômica nos entreguerras, desempenhou um papel significativo no desenvolvimento do governo Vargas. A crítica ao sistema liberal ganhou força após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), à medida que as nações buscavam soluções para os desafios surgidos no pós-guerra. Essa crítica se intensificou com a ascensão de líderes como Benito Mussolini e Adolf Hitler na Europa, que apontavam para viabilidade de governos fortes.

Segundo a historiadora Maria Helena Capelato (2007), na década de 1930, o Estado Novo surge como resultado de um movimento político, que visava abranger as massas populares. Isso se alinhava com uma tendência global, na qual a crise do sistema liberal e a ascensão de regimes totalitários na Europa desencadearam uma crise de consciência. O próprio Brasil não estava imune a essa mudança de paradigma, especialmente com os impactos da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa.

Esse cenário despertou preocupações sobre a questão social e novas formas de controle das massas para evitar possíveis revoluções socialistas. Uma das soluções propostas foi a presença de um estado forte liderado por um líder carismático, capaz de manter a ordem e a centralização na gestão do Estado. Essa abordagem encontrou eco em países europeus como Itália e Alemanha, onde regimes como bases fascistas foram estabelecidos com sucesso. Essas experiências serviram de inspiração para reformas políticas no Brasil e na Argentina nas décadas de 1930, por exemplo.

No Brasil, o Estado Novo teve uma influência inegável da Europa. O ponto em comum foi a crítica à democracia liberal e à busca pela organização de um estado forte e autoritário capaz de promover mudanças consideradas necessárias para o progresso dentro da ordem. Esse movimento ganhou força especialmente após a crise de 1929, que provocou revoluções em vários países da América Latina e culminou na “Revolução de 1930” no Brasil.

O Estado Novo brasileiro foi consolidado através de um golpe de Estado liderado por Getúlio Vargas, apoiado pelo exército e forças antidemocráticas. A população foi informada do golpe via rádio. Após o estabelecimento do Estado Novo, uma política de massa começou

a ser consolidada, visando conquistar apoio popular e, ao mesmo tempo, controlar a população de maneira eficaz. Embora tenha surgido a partir de um golpe de Estado, sem participação popular direta, os líderes buscaram legitimar o regime por meio da propaganda, especialmente voltada para as classes populares.

Capelato (2007), também destaca que, a partir dos anos 1980, historiadores passaram a estudar o Estado Novo com um novo olhar, abordando temas que até então não eram abordados, como cultura política, mundo do trabalho, controle social, repressão, propaganda, manipulação de símbolos, emblemas, política cultural e muito mais. Esses estudos contribuíram para uma compreensão mais profunda desse período e levaram a debates sobre conceitos como "populismo" e, em certo grau, colaboraram está iniciativa em ver a produção de papel-moeda da época como fonte de estudo para História e o ensino de História.

Para consolidar o golpe em 1937, Vargas contou com o estado de sítio aprovado pelo Congresso, onde o medo do comunismo fez com que até os liberais apoiasse tal decisão, isso fortaleceu o poder executivo, fazendo com que Vargas dissolvesse o Congresso e logo em seguida outorgasse uma nova Constituição.

Segundo Capelato,

Quando ele ocorreu, os integralistas desfilaram pelas ruas com muito entusiasmo. Após o golpe, como os partidos e o Parlamento foram abolidos, não havia mais intermediários entre as massas e o governo. Este passou a intervir nos estados mediante a nomeação de inteventores, que assumiram o poder Executivo orientados pela nova Constituição. Pessoas de confiança de Getúlio Vargas foram escolhidas para as intendantias (CAPELATO, 2007, p. 116).

Com o golpe de novembro de 1937, iniciou-se um regime ditatorial no Brasil, consolidando o apoio dos inteventores nos estados, impondo censura e instituindo uma perseguição sistemática aos opositores, tornando-se uma parte integral da vida cotidiana brasileira. Sob essa nova ordem, apenas uma bandeira passou a existir, como simbolizado pelo ato simbólico, da queima das bandeiras dos estados, na então capital federal.

O golpe de novembro de 1937 foi interpretado por destacados ideólogos do Estado Novo, como Francisco Campos, como um “passo necessário” e um desdobramento lógico da “Revolução de 1930”. Argumentava que o Brasil, até então dividido devido aos protestos, greves, divisões ideológicas entre outros, finalmente se unificaria sob essa nova liderança. Outro influente ideólogo, Azevedo Amaral, considerava esse golpe como uma inevitabilidade,

sugerindo até que Vargas deveria tê-lo feito anteriormente, eliminando completamente o governo constitucional.

Esses intelectuais viam o golpe como um meio de consolidar o poder de Vargas e promover a unificação do país, embora isso tenha vindo à custa das liberdades democráticas e das instituições constitucionais. Esse evento marcou uma virada significativa na história do Brasil, pavimentando o caminho para o Estado Novo e suas implicações políticas, sociais e culturais.

O governo, na época, empreendeu uma série de reformas para reorganizar a estrutura política do país. Isso incluiu a substituição do Congresso por Conselhos Técnicos e a extinção de impostos entre os estados em favor de um imposto único, com o objetivo de fortalecer a integração entre as unidades federativas. No setor industrial, houve um estímulo significativo ao seu desenvolvimento, com o propósito de criar um sistema que pudesse reduzir a dependência das importações. Além disso, o governo isentou impostos sobre bens de capital importados, o que incentivou o crescimento da indústria de base.

Essas transformações desempenharam um papel crucial na estabilização do mercado, inclusive superando o boicote dos industriais à legislação trabalhista e ao Ministério do Trabalho, que havia sido estabelecido no final de 1930. Para Vargas, a meta central era impulsionar o desenvolvimento econômico do Brasil. Essa era uma das justificativas subjacentes ao golpe, pois era visto como necessário implementar mudanças capazes de posicionar o país em um patamar de progresso material.

Como observado por Capelato, (2007, p. 119) a busca pelo “progresso” estava intrinsecamente ligada à noção de ordem. As leis trabalhistas, parte desse processo, tinham como objetivo regular os conflitos laborais entre empregadores e empregados, além de supervisionar as atividades dos sindicatos, que haviam gozado de autonomia política até a instalação do Estado Novo.

De acordo com as observações de Capelato (2007), um dos principais objetivos do governo era controlar as organizações dos trabalhadores, tendo em vista a finalidade específica do controle social e evitar a revolta social. Isso envolvia a prevenção de conflitos que pudessem se manifestar na esfera pública. Como parte dessa estratégia, o governo estabeleceu órgãos para coordenar as relações de classe. Essa política foi influenciada pela “Carta del Lavoro”, implementada na Itália sob o governo de Mussolini. A “Carta del Lavoro” introduziu o conceito de um sindicato único, supervisionado pelo Ministério do Trabalho, e regulamentou o imposto sindical, que era obrigatório para todos os trabalhadores.

Além disso, em 1942, o governo instituiu o salário mínimo, embora muitos trabalhadores o considerassem insuficiente para sustentar suas famílias. Esse período também testemunhou a promulgação de um conjunto abrangente de leis relacionadas ao mundo do trabalho, abordando questões como salário mínimo, férias, limitação das horas de trabalho, segurança, carteira de trabalho, justiça do trabalho e a supervisão dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho. Essas leis foram posteriormente unificadas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

É importante ressaltar que, embora essas medidas tenham atendido parte das reivindicações dos trabalhadores que há anos vinham lutando, satisfazendo uma parcela significativa da classe, outra parte não as recebeu com bons olhos. Para alguns, essas ações representaram uma perda da liberdade sindical, pois foram implementadas sob o regime ditatorial de Vargas, resultando em um ambiente onde o Estado exerceu um controle mais rígido. Além disso o estado não conseguiu atender todas as demandas históricas dos trabalhadores, muitas foram proteladas e deixadas para o “futuro”. O governo alegava que seriam atendidas de forma mais efetiva quando o progresso material se consolidasse (CAPELATO, 2007, p. 121).

A situação criada pelo governo, que vinculou estritamente os sindicatos ao Ministério do Trabalho, gerou graves problemas para os trabalhadores. A partir de 1940, com o eclodir da Segunda Guerra Mundial, houve um aumento generalizado nos preços, e em 1941, os trabalhadores já estavam enfrentando dificuldades significativas. As tentativas do Estado de controlar os preços dos produtos básicos de sobrevivência, não tiveram o efeito desejado. Os salários cresceram pouco na maior parte das indústrias, enquanto o custo de vida mais que triplicou entre 1935 e 1945 (CAPELATO, 2007, p. 122). Isso vai fazer com que as famílias operárias restrinjam a própria alimentação.

Controlar os trabalhadores se fazia necessário, estender esse controle para os demais segmentos da sociedade era um grande desafio para o governo. Vargas então criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que deveria ser o braço direito do governo no culto ao Estado e ao próprio governante. Por outro lado, deveria agir na censura aos grupos opositores, além de produzir material de propaganda, incentivando a confecção de cartazes, espetáculos culturais, livros e artigos de diversos gêneros, dentre outros produtos que viesse a enaltecer o poder institucional vigente e o nacionalismo (CAPELATO, 2007, p. 123).

O DIP e sua atuação potencializaram o uso da propaganda como uma ferramenta crucial para o controle e a legitimação do Estado Novo. No período histórico que foi criado,

coincide com a ascensão de governos nazifascistas na Europa, que também se valeram da propaganda como instrumento político.

O governo de Getúlio Vargas investiu pesadamente na criação de símbolos e imagens que fortaleciam sua imagem como líder carismático e visionário. Vargas foi frequentemente associado a figuras históricas e religiosas, como Jesus Cristo e a Santíssima Trindade, como uma estratégia para retratá-lo como um líder que estava disposto a sacrificar a si mesmo em prol do povo. Sua imagem foi moldada de várias maneiras, desde o líder intelectual até o protetor das crianças e pai dos trabalhadores.

Além da imagem, o governo controlou a narrativa por meio de uma série de ferramentas. A censura desempenhou um papel fundamental, abrangendo músicas, teatro, jornais e cinema. O governo também lançou uma iniciativa de educação cívica, projetada para moldar as mentes das crianças, também criou um livreto com várias lições de cunho político, a exemplo de uma estória que apresentava o Brasil, como uma grande casa, com Vargas como o pai e chefe dessa grande família feliz.

No campo artístico, o governo direcionou a cultura para fortalecer a ideia de unidade nacional, com foco na política. Para ganhar o apoio dos intelectuais e artistas, Vargas regulamentou essas categorias e as colocou sob a alcada do Ministério da Educação, liderado por Gustavo Capanema. O ministério manteve uma grande diversidade de pontos de vista, incluindo aqueles que não aceitavam o autoritarismo de Vargas, mas Capanema soube lidar com essas divergências, conseguiu conduzir essas disparidades de maneira tão eficaz que até hoje causa perplexidade nos estudiosos do período, isso resultou em limites nas censuras e uma tolerância do governo a determinadas críticas efetuadas por esses artistas e intelectuais.

O cinema recebeu atenção especial do governo de Getúlio Vargas, pois na Europa já havia demonstrado ter uma capacidade de influência inigualável em comparação a qualquer outro meio de comunicação para conquistar as massas. É sempre bom lembrar que, o rádio desempenhou um papel igualmente crucial, antes do cinema, Vargas não apenas reconheceu o potencial do rádio, mas também o utilizou de maneira eficaz, chegando a criar o programa estatal "A Voz do Brasil", que se tornou um instrumento poderoso para disseminar a mensagem do governo. Importante destacar que, embora Vargas tenha valorizado o rádio e o usado como parte de sua tática de comunicação, ele também demonstrou grande disposição para aceitar as novidades que surgiram nesse campo sem muita resistência. Essa abertura às inovações refletiu a adaptabilidade do governo e sua busca por ferramentas eficazes de propaganda e controle. Vargas se mostrou receptivo às mudanças na mídia e na comunicação,

demonstrando como ele estava disposto a explorar várias frentes para consolidar seu poder e influência sobre a sociedade brasileira.

O governo, como o “grande maestro” de uma orquestra desafinada, lentamente foi afinando os instrumentos, ditando o tom e a intensidade de cada um. Adaptou a sociedade aos ditames ditoriais de tal forma que muitos não perceberam que estavam vivendo sob uma ditadura.

Para compreender melhor o governo Vargas, podemos recorrer ao livro de Hanna Arendt, *Origens do Totalitarismo*. Nessa obra, Arendt aborda o processo que leva ao poder um governante ditador, destacando a natureza totalitária como um fenômeno sem precedentes na história, caracterizado pela busca de um controle total sobre a vida pública e privada dos cidadãos, a criação de ideologias políticas totalitárias e a manipulação da propaganda e da mentira para manter o poder, além da violência e do terror.

Vargas consolidou seu poder de maneira autoritária e centralizada, usando várias estratégias, incluindo o controle da propaganda e da mídia, o culto à personalidade e a supressão violenta das oposições políticas. Além disso, a tolerância de Vargas a diferentes correntes de pensamento, dentro de certos limites, é reminiscente do que Arendt descreve como a capacidade dos regimes totalitários de cooptar elementos da sociedade que podem ser úteis, mesmo que não estejam completamente alinhados com a ideologia oficial, permitindo uma certa diversidade de opiniões enquanto mantinha o controle sobre as instituições culturais e educacionais. Arendt oferece uma lente poderosa para entender as características autoritárias do governo de Vargas durante o Estado Novo.

Durante o Estado Novo, Getúlio Vargas adotou estratégias multifacetadas para consolidar seu poder no Brasil. Além do controle da mídia e da propaganda, Vargas também continuou a utilizar moedas e agora também cédulas como ferramentas de comunicação e representação do seu governo. O papel-moeda desempenhou um papel sutil, porém marcante, na construção da identidade nacional e na exaltação da figura e ideais do líder político.

Dentro do período do governo Constitucional de Vargas (1934-1937), foram cunhadas diversas moedas que transcendem o período baseado na Carta Magna liberal de 1934 e circularam também durante o Estado Novo, como analisado anteriormente. Entre elas, destacam-se as que homenageiam personalidades como Duque de Caxias, Santos Dumont, Marquês de Tamandaré, Visconde de Mauá, Oswaldo Cruz, dentre outros.

Em 1939, o governo lançou uma segunda série de moedas da “família” dos “brasileiros ilustres” para continuar o fomento do sentimento nacionalista. Dentre essas

moedas, temos uma em alusão ao segundo Presidente da República do Brasil, o Marechal Floriano Peixoto, conhecido como "Marechal de Ferro", considerado uma figura forte no princípio da história republicana brasileira, caracterizado por sua atuação firme e rígida – violenta – contra os opositores durante o governo. Sua inserção, dentre o rol dos “ilustres da pátria”, pode ser vista como uma tentativa de Vargas de estabelecer um paralelo entre sua própria liderança e a liderança “decidida” de Floriano Peixoto.

Ao colocar a imagem de Floriano Peixoto na moeda, Vargas talvez estivesse buscando associar sua administração aos valores de firmeza, estabilidade e liderança, buscando legitimar aspectos do regime do Estado Novo, ao fazer uma espécie de ligação com um dos presidentes, vital para constituição da República no final do século XIX. Floriano na memória oficial ficou reconhecido por sua autoridade e força enquanto presidente-militar. A escolha em homenageá-lo está na habilidade do Marechal, durante o seu governo (1891-1894), de conter e reprimir diversas revoltas internas no território brasileiro, em contraste com o primeiro presidente, Deodoro da Fonseca, que renunciou sob pressão. Além disso, em 1939, era comemorado o centenário de nascimento de Floriano Peixoto.

Figura 44 - 2000 réis reverso e anverso,



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 25 nov. 2023.

No mesmo ano, cujo a moeda em comemoração ao centenário de Floriano Peixoto foi lançada, Tobias Barreto e Machado de Assis também receberam homenagens em moedas comemorativas. Tobias Barreto de Menezes, patrono da cadeira 38 da Academia Brasileira de Letras (ABL), é considerado um dos fundadores do 'condoreirismo' brasileiro, uma corrente literária marcante na terceira fase romântica da poesia nacional.

No prisma intelectual, como filósofo, político e professor, opôs-se à escravidão negra, mas defendia no final do século XIX que a “cultura erudita” brasileira caminhasse por uma influência germânica e não francesa. Por outro lado, Machado de Assis, patrono e fundador da ABL, é uma figura icônica da literatura nacional, visto como o maior romancista brasileiro.

Essas moedas não apenas honravam figuras literárias proeminentes, mas também contribuíam para preservar, difundir e celebrar a cultura e a história brasileira desejada pelas elites dirigentes.

Por trás do lançamento dessas moedas comemorativas aos patronos da ABL, residia a intenção do governo de preservar e celebrar a cultura histórica brasileira. Ao homenagear figuras literárias proeminentes, o governo destacava suas contribuições significativas para a literatura nacional. Essas emissões serviam como um instrumento para fortalecer um projeto de identidade cultural, para o país e promover o reconhecimento da importância desses escritores, na sociedade brasileira.

Ao analisar a contribuição de figuras como Tobias Barreto e Machado de Assis, é essencial reconhecer suas origens negras, mesmo que eles não tenham sido amplamente percebidos a partir de sua negritude durante suas vidas. Esta invisibilidade reflete um aspecto importante da sociedade brasileira, onde a negritude muitas vezes foi apagada ou minimizada em favor de uma narrativa mais palatável para as elites brancas. Tobias Barreto e Machado de Assis, apesar de suas contribuições inestimáveis para a literatura e o pensamento brasileiro, foram frequentemente descontextualizados de suas origens raciais. É crucial situar suas obras e legados dentro do movimento antirracismo, que busca reconhecer e valorizar as contribuições dos negros em todas as esferas da sociedade. O movimento antirracismo luta contra a discriminação racial e promove a igualdade, destacando a importância de reconhecer a negritude de figuras históricas e contemporâneas para combater a invisibilidade e a marginalização. Ao incluir essa perspectiva em nossas análises, não só honramos a verdadeira identidade desses grandes intelectuais, mas também fortalecemos a luta por uma sociedade mais justa e equitativa.

Figura 45 – 1000 réis reverso e anverso.



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 25 nov. 2023.

Figura 46 – 500 réis reverso e anverso.

Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 25 nov. 2023.

Após o golpe de 1937, que resultou na instauração do Estado Novo e em uma nova Constituição, começaram a circular no Brasil as moedas de níquel de 100, 200, 300 e 400 réis, cunhadas entre 1939 e 1942. Nesse novo contexto, Getúlio Vargas intensificou o culto à sua personalidade, visando uma maior centralização de poder. Essa peculiaridade era comum entre os líderes de Estado desse período, como nos casos dos regimes fascistas na Itália e Alemanha, assim como na ditadura stalinista da União Soviética.

Figura 47- 100, 200, 300 e 400 réis anverso.

Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 25 nov. 2023.

Figura 48- 300 e 200 réis reverso

Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 25 nov. 2023

Figura 49- 400 e 100 réis reverso

Fonte: *Blog Numismática IFMT*. Acesso 25 nov. 2023

Essas moedas são verdadeiras obras de arte, ricamente detalhadas, especialmente no detalhamento da efígie de Vargas. Cada traço do rosto do governante é meticulosamente delineado, repassando uma expressão de jovialidade e seriedade. No entanto, há algo ainda mais especial nelas. Elas representam a propaganda eficaz do DIP, que moldava a imagem de Vargas em todos os meios possíveis de comunicação, rádio, cinema, teatro, jornais e livros didáticos.

Importante ressaltar que o governo de Vargas era caracterizado por um projeto educacional ambicioso, como ressaltado por Velloso (2007, p. 149). Este projeto se desdobrava em duas frentes distintas, cada uma com sua própria abordagem e estratégia. Por um lado, o Ministério da Educação, liderado por Gustavo Capanema, concentrava-se na promoção de uma cultura erudita e na educação formal. Por outro lado, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), sob a liderança de Lourival Fontes, visava influenciar as manifestações da cultura popular, através do controle das comunicações. Essas duas instâncias trabalhavam em conjunto para moldar não apenas o sistema educacional, mas também a cultura e a sociedade como um todo, consolidando assim o poder do Estado e promovendo sua agenda política, por meio da educação e da propaganda.

Em relação à série das quatro moedas citadas, essas eram de baixo valor monetário e variavam de tamanho segundo seu valor – a de 400 réis maior e 100 réis a menor –, tiveram uma tiragem de cunhagem elevada, se comparada a outras moedas produzidas na segunda metade da década de 1930, e, circulavam no comércio com maior intensidade. A tática desta “família” de moedas era de sempre manter presente a imagem do governante, aproximando-o do cotidiano popular.

Quando o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial, em agosto de 1942, Vargas alterou o padrão monetário: o nome "Réis" foi substituído por "Cruzeiro". O intuito era de “uniformizar” a circulação do papel-moeda existente no país, porém percebe-se uma desvalorização monetária, no intuito de conter o ritmo inflacionário proporcionado pela

dinâmica da guerra e pela inserção do país no conflito, e, para continuar o impulso do apelo nacionalista no processo de cunhagem de novas peças, seja de moedas ou cédulas. O próprio nome dado ao novo padrão monetário faz alusão a constelação do “cruzeiro do sul”, símbolo nacional que está fortemente ligado as representações republicanas, incluindo a própria revisão, da bandeira nacional em 1889.

Duas novas famílias de moedas passaram a circular a partir de outubro de 1942. Uma com valores maiores monetário de 1, 2 e 5 cruzeiros, feitas de bronze-alumínio, trazendo no anverso a representação do mapa físico do Brasil, simbolizando o relevo geográfico, as bacias hidrográficas e as possíveis riquezas no interior da nação durante a política da "Marcha para o Oeste", numa tentativa de estimular a ocupação do território interiorano à oeste, ainda pouco explorado.

Esse movimento ocorreu em consonância com os planos de Getúlio Vargas em explorar minerais no Brasil, incluindo a criação de duas grandes estatais na década de 1940: a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Companhia Vale do Rio Doce, visando o desenvolvimento da indústria de base nacional. E, no reverso das moedas, o valor monetário e cinco estrelas em cada ponta da peça representando a constelação do cruzeiro do sul e o novo padrão monetário.

A política varguista da "Marcha para o Oeste" é destacada também na obra do historiador Alcir Lenharo, *A Sacralização da Política*, que analisa o Estado Novo e sua influência duradoura na vida política brasileira. Ele destaca como práticas autoritárias e ideias enraizadas durante esse período ultrapassaram suas fronteiras temporais, ecoando mesmo após o término do regime. Lenharo ressalta como elementos do Estado Novo, como a supressão das liberdades e a repressão, persistiram na era pós-Vargas, mantendo-se presentes durante o regime militar (1964-1985).

Lenharo (1986) também examina a estratégia de colonização do Estado Novo, chamada de "Marcha para o Oeste", que visava criar colônias agrícolas nas áreas rurais do país, apontando similaridades com a ditadura militar. Ele destaca como essa política se aliava aos grandes proprietários de terra, nas décadas de 1930 e 1940, não sendo naquele momento afetados pela legislação trabalhista. O texto oferece uma análise crítica sobre a persistência de práticas autoritárias e seus efeitos na história política do Brasil.

Lenharo (1896) destaca que a,

A construção da "Marcha" atina para a imagem da nação em movimento à procura de si mesma, de sua integração e acabamento. O movimento é de

conquista, de expansão; visa estimular a sensação de participação de todos na política, na qual, por sinal, os canais institucionais de participação coletiva se encontravam vedados. O alargamento do território nacional, obra dos trabalhadores, operava com a ideia de conquista do espaço físico, de modo a que todos, simbolicamente, se sentissem co-proprietários do território nacional. A construção da imagem da “Marcha” ancora-se na técnica da propaganda e nos conteúdos míticos das ramificações romântica e petista católica, disseminadas na cultura nacional. Cassiano Ricardo, do DEIP paulista, sabia muito bem disso tudo. Na sua obra Marcha para o Oeste, as cores, os sons, a poesia, um especial clima de religiosidade são instrumentalizados para compor o itinerário mítico que vai das bandeiras paulistas ao Estado Novo (LENHARO, 1986, p. 15).

Alcir Lenharo destaca a "Marcha para o Oeste" como um movimento emblemático para pretensamente unir a nação sob a direção do chefe da nação, buscando fortalecer a identidade nacional e a coesão do país. Esse movimento visava simbolicamente expandir as fronteiras econômicas do território brasileiro e promover o “engajamento patriótico”, em tempos de guerra e num momento cuja as formas democráticas de participação coletiva estavam restritas. Ao lançar moedas de 1, 2 e 5 cruzeiros com o mapa físico do Brasil, Vargas incorporou elementos da "Marcha para o Oeste" na sua representação. Essas moedas não apenas simbolizavam as riquezas nacionais, mas também buscavam incutir um sentimento de identidade coletiva nos marcos do autoritarismo estadonovista, convidando todos a se sentirem parte e responsáveis pela exploração do território brasileiro. Essa tática fazia parte de uma narrativa propagandística que enfatizava a expansão territorial e o desenvolvimento, temas difundidos na cultura política brasileira. A moeda de 1 cruzeiro circulou até o final do Estado Novo e as de 2 e 5 cruzeiros, circularam até o início do governo de Juscelino Kubitschek, em 1956.

Figura 50- 1 e 2 cruzeiros reverso



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 25 nov. 2023.

Figura 51- 5 cruzeiros reverso e anverso.

Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 25 nov. 2023.

A outra família de moedas, com valores de 10, 20 e 50 centavos, também promovia o culto à sua personalidade de Getúlio Vargas, tendo seu próprio nome e efígie no anverso. Essas moedas de bronze-alumínio são vistosas, brilhantes – quando novas – e circulavam no dia-a-dia, sendo utilizadas em transações comerciais comuns, como na compra de pão, cigarros ou para pagar o bonde. Foram feitas realmente com a intenção de lembrar do presidente e seu governo, associando-as ao ouro/riqueza/prosperidade por sua cor amarelada, mesmo sendo feitas de metais com pouco valor comercial.

Figura 52 – 10, 20 centavos de cruzeiros reverso

Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 25 nov. 2023

Figura 53 – 50 centavos de cruzeiros reverso e anverso

Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 25 nov. 2023

A mudança do padrão monetário de Réis para Cruzeiro, em 1942, estava intrinsecamente ligada ao contexto da Segunda Guerra Mundial e a recém posição do Brasil

no conflito. A adesão do Brasil ao bloco dos países “Aliados” (EUA, Inglaterra, URSS etc.) em 1942, após a declaração de guerra contra a Alemanha, foi um fator crucial. Essa mudança de padrão monetário foi uma tática governamental para fortalecer a identidade nacional nos marcos ideológicos do Estado Novo, dissociando o país de uma história monárquica e das primeiras décadas da fase republicana anterior, almejando a entrada do Brasil em um novo cenário, como nação independente, próspera e em sintonia com os países “Aliados”. A troca também poderia representar a modernização da econômica – com a construção da indústria de base – e a busca por uma estabilidade financeira, mesmo num contexto desafiador de guerra. As moedas de 10 e 50 centavos de cruzeiro circularam até 1947 e a de 20 centavos de cruzeiro até 1948, posteriormente, na presidência do General Eurico Gaspar Dutra a moeda de 10 centavos de cruzeiro circulará com a efígie de José Bonifácio, a de 20 centavos de cruzeiro com a efígie de Rui Barbosa e a de 50 centavos cruzeiro será substituída pela própria efígie do então presidente Dutra.

Em relação às cédulas, produzidas durante o Estado Novo, circularam várias delas com valores de 1 a 1000 cruzeiros. Alguns exemplos incluem as cédulas de 1 e 2 cruzeiros, homenageando novamente figuras militares vinculadas as Forças Armadas, que iniciaram sua circulação em 1944 devido o envio de tropas brasileiras a Segunda Guerra e Graças a desvalorização monetária decorrente do contexto bélico. As demais cédulas, que começaram a circular em 1943, homenageavam figuras da história oficial do Brasil, como D. Pedro I e D. Pedro II, D. João VI, Deodoro da Fonseca, Barão do Rio Branco, Princesa Isabel, Pedro Álvares Cabral, entre outros, representando a formação e consolidação do território brasileiro, desde a colonização até a Proclamação da República. Getúlio Vargas, ao inserir sua própria efígie na cédula de 10 cruzeiros, evidenciou também a sua importância nessa trajetória.

As cédulas brasileiras produzidas entre 1943 até a década de 1970 no Regime Militar, possuem uma estética semelhante ao do dólar estadunidense com ornamentos assimétricos e com o uso de duas cores, em cada lado da peça. Nota-se que as cédulas do Estado Novo que abordaremos possuem em sua frente a padronização das cores azul e branco e, logo abaixo da efígie do personagem homenageado, existe a descrição da empresa que produziu a cédula, neste caso o *American Bank Note Company*. Tal situação demonstra as novas ligações econômica e diplomáticas erguidas entre Brasil e EUA, após o Brasil ter entrado na Guerra e os volumosos empréstimos recebidos por Vargas para construir a indústria de base e reequipar as Forças Armadas. Posteriormente, a partir década de 1960, as cédulas de 5, 10, 20, 50, 100,

200, 500 e 1000 cruzeiros, tem uma segunda estampa, com uma nova cor na sua parte frontal, sendo que algumas tiragens foram produzidas pelo Banco de Londres, na Inglaterra.

As cédulas de 1 e 2 cruzeiros, confeccionadas entre 1944 a 1960, destacam, em suas faces principais, respectivamente as figuras do Marquês de Tamandaré e do Duque de Caxias, rodeados por uma ornamentação detalhada que remete à estética barroca. Esta decoração, presente nas extremidades do verso e também centralizada na frente das cédulas, exibe intrincados desenhos com elementos de volutas e espirais. Essa riqueza ornamental evoca as características do barroco, em especial, uma predominância do estilo barroco do Rio de Janeiro, que também se assemelha à opulência do barroco mineiro. É interessante ressaltar que o período do primeiro governo Vargas foi marcado pela valorização do patrimônio histórico e artístico, dentre as ações de cunho nacionalista, culminando na criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1937, refletindo o interesse e preocupação com a preservação do legado cultural brasileiro.

No verso da cédula de 1 cruzeiro, na sua imagem central, destaca-se a Escola Naval do Rio de Janeiro, cuja história remonta ao século XVIII, quando foi fundada em Lisboa, Portugal. Com a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil em 1808, a escola foi instalada em diversos locais ao longo do século XIX e início do século XX. Em 1938, foi instalada na Ilha de Villegagnon, onde permaneceu e está localizada até os dias atuais, desempenhando um papel significativo na formação e treinamento dos oficiais navais brasileiros.

Por outro lado, a Escola Militar de Realengo, representada no verso da cédula de 2 cruzeiros, foi (é) um centro de formação de oficiais do Exército. Fundada em 1913, sua transferência para Resende-RJ, em 1944, deu origem à renomada Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), onde os cadetes são preparados para gerenciar pelotões no exercício da carreira militar.

A escola de Realengo, especialmente no início da década de 1940, ganhou enorme prestígio. Os oficiais formados nessa instituição mantinham uma forte conexão com suas turmas, criando laços de identidade e senso de camaradagem que perduravam ao longo de suas carreiras. Muitos desses militares, após sua formação, seguiram carreiras políticas e ocuparam cargos públicos relevantes, inclusive participando e influenciando eventos marcantes na história do Brasil, como o golpe civil-militar de 1964.

A cédula de 2 cruzeiros, ao representar a Escola Militar de Realengo, não apenas homenageia a instituição e seu papel na formação de líderes militares, mas também evoca uma conexão histórica entre a formação desses oficiais e seu impacto posterior nos rumos

políticos do país. A presença dessa imagem na cédula pode ser vista como um reflexo da importância desses centros de formação, na sociedade e trajetória política do Brasil.

O objetivo de Getúlio Vargas ao introduzir essas duas cédulas, durante o Estado Novo, especificamente em 1944, quando o Brasil envia tropas para Europa e assume o patrulhamento das águas do Atlântico na costa sul-americana, pode ser vista como uma maneira de fortalecer a identidade nacional e reforçar a imagem do Brasil como uma nação ligada à defesa e soberania territorial.

Quanto a escolha do Marquês de Tamandaré e do Duque de Caxias, figura ligadas às forças armadas brasileira, junto à representação das Escolas Naval e Militar, instituições de relevância na formação de oficiais, foi uma estratégia para destacar a importância das Forças Armadas e a preparação do país em meio ao contexto da Segunda Guerra Mundial. Vargas, ao (re)inserir “personagens patrióticos” do meio militar no papel-moeda, buscava reforçar um elo com o passado rememorando a Guerra contra o Paraguai e, ao mesmo tempo, impulsionar a ideia de união nacional, identidade e patriotismo sob sua governança naquele momento presente de intensa guerra global.

Figura 54 – 1 cruzeiro frente.



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 25 nov. 2023

Figura 55 – 1 cruzeiro verso

Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 25 nov. 2023

Figura 56 – 2 cruzeiros frente

Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 25 nov. 2023.

Figura 57 – 2 cruzeiros verso

Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 25 nov. 2023.

A cédula de 5 cruzeiros – em sua frente – traz em destaque a efígie de José Maria da Silva Paranhos Júnior, também conhecido como Barão do Rio Branco. O Barão do Rio Branco, falecido no início de 1912, foi um multifacetado profissional, atuando como advogado, geógrafo, professor, jornalista, historiador e, principalmente, como diplomata nos primeiros anos do Brasil republicano atuando no delineamento das fronteiras nacionais e internamente entre os estados federados. Sua notoriedade nesse último campo o tornou uma figura proeminente homenageada na cédula.

Paranhos Júnior alcançou o título de Barão ao final do regime monárquico e, mesmo com a instauração da República, persistiu assinando como Barão do Rio Branco. Sua atuação diplomática foi crucial para a expansão territorial do Brasil, agregando cerca de 900 mil quilômetros quadrados ao país. Destacam-se suas conquistas em três questões fronteiriças cruciais: em 1895, garantiu uma parcela considerável do território, que hoje, compreende Santa Catarina e Paraná; em 1900, solucionou a questão do Amapá; e, em 1902, lidou com a disputa do território do Acre entre Brasil e Bolívia. Esses feitos levaram Paranhos Júnior ao mais alto posto da diplomacia, em 1902.

A escolha do Barão do Rio Branco para integrar a cédula foi uma explícita tentativa de destacar a importância histórica e diplomática do Brasil. Ao homenagear uma figura tão relevante no cenário diplomático brasileiro, o governo Vargas procurou reforçar a ideia de expansão territorial e de influência internacional, promovendo um sentimento de orgulho nacional e exaltando a herança histórica do Brasil em tempos de guerra e incerteza global.

Figura 58 – 5 cruzeiros frente⁷



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 25 nov. 2023.

⁷ Cédula com assinatura na parte frontal de forma transversal. Era comum as primeiras tiragens serem assinadas pelo Ministro da Fazenda.

Figura 59 – 5 cruzeiros verso



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 25 nov. 2023.

No verso da cédula, encontra-se a obra "A Conquista do Amazonas", pintada por Antônio Parreiras em 1907 e atualmente abrigada no Museu Histórico do Pará, em Belém. Essa representação ilustra uma perspectiva singular da interação entre colonizadores e povos originário, notavelmente desprovida de qualquer alusão à violência. No centro da imagem, os colonizadores parecem estar navegando pelo rio, sugerido por uma embarcação com velas, enquanto ao fundo e nas laterais se encontra a densa floresta. Ao redor, os povos indígenas são observadores, alguns apoiados em árvores, outros simplesmente sentados ou deitados, testemunhando a chegada dos colonizadores.

Um detalhe significativo é a presença, no canto esquerdo, de colonizadores interagindo com os indígenas, evocando a ideia de uma convivência e um entrelaçamento cultural livre de conflitos. Esta representação transmite uma atmosfera de coexistência pacífica entre os grupos, ressaltando a interação sem quaisquer indícios de tensão.

A inclusão da densa floresta na pintura também destaca a exuberância da natureza amazônica e sua presença marcante, além de refletir a ideia da exploração dos colonizadores, em territórios ainda inexplorados, simbolizando a expansão territorial e o encontro entre diferentes culturas em meio à diversidade da região. A imagem nos faz recordar Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala* (2003) ao tratar da resistência indígena frente ao colonizador, não ser “mineral”, mas sim “vegetal”,

Mas entre os indígenas das terras de pau-de-tinta outras foram as condições de resistência ao europeu: resistência não mineral, mas vegetal. Por sua vez o invasor pouco numeroso foi desde logo contemporizando com o elemento nativo; servindo-se do homem para as necessidades de trabalho e

principalmente de guerra, de conquista dos sertões e desbravamento do mato virgem; e da mulher para as de geração e de formação de família.

A reação do domínio europeu, na área de cultura ameríndia invadida pelos portugueses, foi quase a de pura sensibilidade ou contratilidade vegetal, o índio retraindo-se ou amarfanhando-se ao contato civilizador do europeu por incapacidade de acomodar-se à nova técnica econômica e ao novo regime moral e social. Mesmo quando acirrou-se em inimigo, o indígena ainda foi vegetal na agressão: quase mero auxiliar da floresta (FREYRE, 2003, p. 79).

Gilberto Freyre, um dos principais sociólogos brasileiros nas décadas de 1930 e 1940, em *Casa Grande e Senzala*, aborda a resistência indígena diante da colonização europeia. A metáfora da resistência "não mineral, mas vegetal" utilizada por Freyre sugere uma forma de reação mais sutil, comparando-a à resistência de uma planta ou da própria natureza diante da intervenção humana.

A metáfora da resistência "vegetal" evoca a imagem do índio recuando ou se retratando diante do contato com o mundo civilizado europeu, sem se integrar plenamente a essa nova realidade. Mesmo quando se opunham, os indígenas agiam de maneira mais assistencial à natureza, tornando-se quase auxiliares da floresta, uma vez que seus métodos de confronto e reação à invasão europeia eram menos agressivos e mais voltados para uma preservação própria e do ambiente natural ao redor.

Essa analogia de Freyre destaca não apenas a resistência dos povos nativos à colonização europeia, mas também a dificuldade de integração e adaptação a um novo modelo de sociedade, destacando a complexidade das relações entre colonizadores e povos indígenas, durante o período de colonização no Brasil. A representação no verso da cédula reflete a intenção do governo Vargas de promover uma identidade cultural nacional unificada, alinhando-se ao conceito proposto por Gilberto Freyre. O livro aborda a formação da sociedade brasileira a partir das relações entre os colonizadores portugueses, os povos indígenas e os africanos escravizados. A ideia central de Freyre é mostrar como esses grupos étnicos interagiram e contribuíram para a construção da identidade cultural brasileira, formando uma sociedade única e complexa.

Freyre destaca a influência da cultura africana, indígena e europeia na formação da sociedade brasileira, especialmente nas relações sociais, na vida doméstica, na religião e na formação da identidade nacional. O autor valoriza as contribuições culturais de cada um desses grupos e destaca a miscigenação como um aspecto fundamental na construção da identidade brasileira.

Analisando a cédula de 10 cruzeiros, emitida durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, cada detalhe carrega um simbolismo que reflete a essência e aspirações da época. Ao

centro, a efígie do próprio Vargas, figura central da política nacional, denota sua influência e liderança sobre a nação. Ao redor, uma decoração estilizada no padrão barroco, possivelmente buscando transmitir a grandiosidade e a solidez do governo.

No verso, uma representação intrigante: um homem nu, tendo apenas um pano cobrindo sua genitália, robusto, tendo às suas costas algo que parecem ser asas, o que pode denotar um anjo, manipula uma ferramenta ou máquina, circundado por engrenagens, fios, fábricas, chaminés e grandes barracões. Essa imagem ressoa com o ideal de progresso industrial e modernização econômica.

As engrenagens, símbolos da produção, e a presença das fábricas sugerem o impulso do governo em direção à industrialização e ao desenvolvimento econômico do país. Essa imagem busca transmitir a ideia de desenvolvimento e trabalho árduo durante o período ditatorial. O homem forte, operando uma ferramenta em meio a uma paisagem industrial sugere o avanço tecnológico e o esforço da classe trabalhadora para impulsionar o crescimento econômico. As asas nas costas são em alusão a uma ideia de aspiração de evolução ou mesmo de conotação divina, associada a um sentimento de esperança ou potencial crescimento do Brasil. É uma maneira de mostrar uma figura heroica representando o trabalhador como alguém capaz de impulsionar o país para um futuro próspero.

A coroa de louros, ornando a cabeça do homem, remete à busca por vitória e glória. Este símbolo ancestral do mundo ocidental, que remete aos gregos e romanos, é de triunfo e pode refletir o desejo do governo por conquistas, seja no âmbito econômico, social ou político, realçando a busca por reconhecimento e sucesso. No contexto ditatorial de Vargas, essas representações simbólicas eram comuns para transmitir uma narrativa positiva do regime, destacando o papel do trabalhador na construção nacional e a promessa de um futuro melhor, mesmo em um período de controle social autoritário.

Destaque também para a frase 'Unidade Nacional', reforçando a importância da coesão e união do país em torno dos objetivos propostos pelo governo. Dessa forma, a cédula de 10 cruzeiros revela, por meio de elementos simbólicos e estéticos, a liderança, o progresso industrial, a busca por conquistas e a coesão nacional, almejados durante o Estado Novo, delineando a visão e as aspirações do governo de Getúlio Vargas

Figura 60 – 10 cruzeiros frente

Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 25 nov. 2023.

Figura 61 – 10 cruzeiros verso

Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 25 nov. 2023.

A cédula de vinte cruzeiros traz a figura de Deodoro da Fonseca, o Marechal do Exército responsável pelo golpe contra a monarquia de D. Pedro II, resultando na Proclamação da República do Brasil, no dia 15 de novembro de 1889. No centro da nota, sua efígie representa um marco histórico.

Enquanto elementos do barroco adornam as bordas, denotando a grandiosidade e a importância histórica da figura, é importante destacar que a criação do Patrimônio Histórico Brasileiro, e especificamente a criação do Barroco Mineiro, foi uma iniciativa de Getúlio Vargas. Durante seu governo, Vargas implementou políticas de preservação e valorização do patrimônio cultural como forma de construir uma identidade nacional coesa. A fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, sob a liderança de

Rodrigo Melo Franco de Andrade⁸, foi crucial para esse processo. Vargas buscou referências em várias regiões do Brasil, como a Bahia, Paraíba e São Paulo, para constituir um patrimônio histórico que refletisse a diversidade e a unidade do país. Essa política de preservação e valorização do Barroco Mineiro, bem como de outras manifestações culturais regionais, foi essencial para promover uma identidade nacional, legitimando a narrativa histórica do Brasil como uma nação rica e diversa em seu patrimônio cultural. Assim, a figura representada com adornos barrocos não apenas celebra a importância histórica, mas também reflete a política de Vargas de promover a cultura brasileira como um símbolo de unidade nacional.

No verso da cédula, a representação é enigmática: uma figura feminina, no caso aqui é a Marianne, que representa a República, está sentada em uma cadeira ou trono de proporções reduzidas, em relação ao tamanho da pessoa. Sua postura é majestosa, com a perna esquerda estendida e a direita ligeiramente erguida, envolta em um amplo tecido. Um cetro é segurado pela mão direita, enquanto a cabeça, coberta por uma espécie de toca, está voltada para direita, onde há uma representação de luz intensa, semelhante ao sol com raios radiantes.

Ao fundo da figura, esquerda, há uma paisagem que mistura sombras e luz, sugerindo uma atmosfera de dualidade entre claridade e escuridão. A luz intensa, para onde o olhar da figura está direcionado, contrasta com uma luminosidade mais fraca em outra área. Esse cenário complexo parece evocar a ideia de poder, dualidade e orientação, para um ponto luminoso, semelhante a vida a republicana brasileira sob o prisma varguista, numa analogia, ao então passado recente, nas décadas “obscuras” da Primeira República e o tempo presente, que aproxima da luminosidade republicana com o Estado Novo.

⁸ Rodrigo Melo Franco de Andrade, nascido em 17 de agosto de 1898, estudou no Ginásio Mineiro e no Lycée Janson de Sailly, em Paris. De volta ao Brasil, cursou Direito no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo, convivendo com intelectuais como Aníbal Machado, Milton Campos, Carlos Drummond de Andrade e Oswald de Andrade. Trabalhou como bancário e Oficial de Gabinete na Inspetoria de Obras Contra as Secas, além de iniciar sua carreira jornalística em 1921. Em 1937, por indicação de Mário de Andrade, assumiu a direção do recém-criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), a partir daí dedicou 30 anos à preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro.

Figura 62 – 20 cruzeiros frente.

Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 25 nov. 2023.

Figura 63 – 20 cruzeiros verso.

Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 25 nov. 2023.

A cédula de 50 cruzeiros, compartilhando similaridades com as demais, destaca-se pela presença central da figura da princesa Isabel, uma personalidade histórica associada à assinatura da Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil em 1888. No verso da cédula, uma representação mista da princesa, com a figura simbólica de Marianne é observada: a figura sentada no chão, com roupas amplas, a cabeça e o olhar voltados para cima, e à esquerda, segurando algo que se assemelha a um livro ou instrumento de escrita em uma das mãos. Sua postura sugere uma atitude de reflexão ou tomada de decisão, apoiando-se sobre uma estrutura semelhante a tábua, lembrando as tábua da lei de Moisés.

Ao redor, um cenário de campos, planalto e um rio, enquanto à esquerda são percebidas uma árvore e outras vegetações. Na parte inferior da cena, correntes rompidas e

grilhões, simbolizando a libertação da escravidão. Na extremidade inferior direita, a inscrição "Lei Áurea" reforça o contexto histórico retratado.

Além disso, poderíamos fazer uma reflexão sobre como a representação da princesa Isabel nesta cédula, intencionalmente simbólica, buscando não apenas homenagear sua contribuição histórica, mas também transmitir uma mensagem de libertação, responsabilidade e reflexão, elementos centrais associados à sua assinatura da Lei Áurea, que se encaixa também no contexto da consolidação do Estado Novo, rompendo com o sistema político anterior e trazendo direitos sociais de intensa demanda popular com a legislação trabalhista que, no próprio ano 1943, ano de lançamento da cédula, se ampliava via a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Isto é a CLT seria mais um ato na libertação laboral do povo brasileiro. Tal tática, aliada a propaganda governamental, constrói a imagem de Vargas como o “pai dos pobres”, o “pai dos trabalhadores”.

Figura 64- 50 cruzeiros frente



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 25 nov. 2023.

Figura 65- 50 cruzeiros verso



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 25 nov. 2023.

A cédula de 100 cruzeiros exibe no centro a figura do Imperador D. Pedro II, com sua característica barba densa e cabelos meticulosamente arrumados, particularidades usadas em cédulas e moedas nas décadas finais do Brasil Império. As ornamentações que contornam a nota seguem o padrão similar das outras cédulas analisadas, na parte frontal. O verso apresenta novamente a representação de uma mulher, que é a Marianne, símbolo da República. Ela está sentada no chão, com apenas uma pequena parte de seu ombro esquerdo, e braço visíveis e está vestindo um longo traje. A paisagem retratada parece ser de planícies e planaltos costeiros, possivelmente o litoral do Rio de Janeiro, com várias plantas, uma cadeia de montanhas e o mar.

No fundo da imagem, vemos fragmentos de uma coluna greco-romana e um busto não identificado, também de traços greco-romano. Próximo às pernas da figura, vários papéis enrolados em formato cilíndrico, próximo à um livro de capa escura, que parece ser segurado por sua mão, inclinado em direção oposta ao corpo. Ao seu lado, observam-se uma luneta, um livro, uma paleta de pintura com diversos pincéis e uma harpa.

O braço direito da figura repousa sobre um globo terrestre, enquanto seu dedo indicador parece apontar para um ponto específico nele. Seu olhar está direcionado para o mar, ligeiramente inclinado para cima. O globo mostra variações de luz e sombra, com uma área escura que se assemelha ao continente americano. No canto inferior esquerdo do verso da cédula está escrito a frase, “Cultura nacional”.

Importante ressaltar que essa cédula apresenta um contraste com os objetos que remetem à cultura greco-romana, atrás da representação de Marianne, pois carrega um intrigante paradoxo. Enquanto os gregos legaram à humanidade os pilares da democracia e os romanos alicerçaram os conceitos de república, simbolizando liberdade e participação cidadã, apesar que na antiguidade esses ideais eram restritos à determinados segmentos, os conceitos de liberdade, crença, política e respeito no mundo ocidental, foram se transformando ao longo do tempo. Na contramão o governo de Vargas adotou o regime ditatorial do Estado Novo e almejava uma concepção de “democracia” baseada na tutela de direitos advindas pelo Estado sob sua governança.

Entretanto, a tática representativa expressa na cédula de 100 cruzeiros vincula-se à relação passado-presente colocando o Estado Novo, como agente no aprimoramento das políticas públicas, no âmbito da cultura e educação. A construção histórica e simbólica de D. Pedro II, como mecenas das artes e educação brasileira é relembrada e, à República sobre a égide do Estado Novo, torna-se a continuadora deste legado, na construção e fortalecimento da cultura e identidade nacional.

Somando a essa perspectiva da continuidade do legado, a cédula induz valorizar as ações governamentais no âmbito da expansão, das matrículas na educação primária e secundária, na emissão de livros didáticos, no fomento estatal para o cinema, a educação musical, o teatro, as artes plásticas, dentre outras áreas da arte e cultura. Isto é, Getúlio Vargas e seu regime, se apresentam como os novos mecenas. Não é por acaso que, via a propaganda, o presidente era apresentado como o “pai do cinema”, “pai do teatro”, “pai da cultura”

Figura 66– 100 cruzeiros frente



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 25 nov. 2023.

Figura 67 – 100 cruzeiros verso

Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 25 nov. 2023.

A cédula de 200 cruzeiros destaca-se pela figura central de D. Pedro I, reconhecido como o protagonista do movimento pela Independência do Brasil. Apresentando as características ornamentais já observadas nas cédulas anteriores, o destaque principal é a representação desse importante personagem histórico e o ato da emancipação nacional.

A inclusão da figura de D. Pedro I, nas cédulas de 200 cruzeiros durante o governo Vargas, foi uma estratégia para ressaltar e reforçar os símbolos da Independência do Brasil. Vargas procurava, por meio dessa representação, conectar seu governo com um marco crucial da história brasileira, buscando fortalecer a ideia de soberania e unidade nacional, aliado ao estímulo ao sentimento nacionalista. Além disso, Vargas também buscava promover a valorização da história e de uma identidade oficial do país, destacando um dos momentos na construção da nação brasileira.

Figura 68 – 200 cruzeiros frente

Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 25 nov. 2023.

Figura 69 – 200 cruzeiros verso

Fonte: *Blog Numismática IFMT*. Acesso 25 nov. 2023.

O verso dessa cédula traz o quadro de Pedro Américo. Pintado no ano de 1888, representa D. Pedro I proclamando a independência do Brasil. A cena é uma idealização desse momento de que aconteceu no dia 07 de setembro de 1822, portanto não retrata fielmente essa passagem histórica. A obra é considerada por especialistas nas artes plásticas como neoclássica e se encontra no Museu Paulista, também chamado de Museu do Ipiranga. Há várias controvérsias e especulações em torno dela, inclusive a acusação de ser plágio, já que o pintor estudou artes na França e suas referências são da pintura europeia, e a representação se parece muito com uma tela Batalha de Friedland (1875), do Francês Ernest Meissonier.

O quadro celebra o patriotismo de D. Pedro I como herói nacional, retratando-o de maneira imponente, brandindo a espada e com um olhar fixo, enquanto os homens ao redor o saúdam, tirando o chapéu como sinal de respeito e apoio a aclamação. A pintura é habilmente concebida para envolver o espectador, criando a sensação de participação no momento histórico. Pedro Américo captura o movimento na cena, representando não apenas a guarda e os nobres que acompanham D. Pedro, mas também o povo comum, que observa passivamente, porém com certo temor, assustado, como demonstrado pelo homem com o carro de boi, além de uma humilde casa ao lado direito da composição.

Apesar de suas pesquisas e visitas ao local antes de pintar o quadro, Pedro Américo optou por retratar um evento idealizado, distante da realidade histórica. Essa abordagem assemelha-se ao conceito de licença poética dos poetas, permitindo-lhe criar e fantasiar. Há controvérsias históricas, como a suposição de que, em vez de cavalos, teriam sido utilizadas mulas, considerando o terreno acidentado por onde D. Pedro passou, inapropriado para

cavalos, e também devido à saúde debilitada do futuro imperador, afetado por problemas intestinais. No entanto, tais detalhes não atendiam ao anseio por uma representação mais grandiosa e desejada tanto por Pedro Américo, quanto pelo governo da província de São Paulo, que encomendou a obra.

No âmbito político o intuito era associar a Proclamação da Independência com Estado Novo e seu governante, apontando Getúlio Vargas e o regime como continuadores do processo da construção da soberania nacional, contra os inimigos internos e externos. Construindo a perspectiva, que em tempos de guerra somente um governo forte e centralizador poderia continuar o legado iniciado por D. Pedro I.

A cédula de 500 cruzeiros, com suas características ornamentais semelhantes às anteriores, destaca a figura de D. João VI, Príncipe Regente de Portugal, que chegou ao Brasil com a Família Real e um séquito de nobres e conselheiros em 1808. D. João VI teve um papel fundamental no processo de independência do Brasil, pois sua vinda alterou significativamente a dinâmica entre a metrópole e a colônia. Com a presença da família real no Brasil, o Imperador não estava mais distante, separado por um vasto oceano, o que fortaleceu os anseios pela independência. D. João VI tomou várias iniciativas marcantes, como a criação da Casa da Moeda, do Banco do Brasil, da Academia Real Militar e do Jardim Botânico no Rio de Janeiro. Isso significava que as decisões políticas, as ordens e a promulgação de leis estavam sendo feitas no Brasil, estimulando a ideia de autonomia e futura soberania do território.

Figura 70 – 500 cruzeiros frente⁹



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 25 nov. 2023.

⁹ Cédula carimbada com a marcação do Banco Central, apontando sua redução monetária para 50 centavos de cruzeiro, no final da década de 1970, fruto de uma crise inflacionária.

Figura 71 – 500 cruzeiros verso



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 25 nov. 2023.

No verso desta cédula, destaca-se a representação de Hermes, uma figura mítica grega associada à riqueza, à sorte, à fertilidade, à magia, ao comércio e à comunicação. Ele é conhecido também como o mensageiro dos deuses e patrono das estradas, navegadores e viajantes. Na representação, Hermes está sentado em um trono, com uma postura relaxada: a perna esquerda um pouco flexionada e a direita totalmente dobrada, onde seu braço direito é apoiado. Sua cabeça e olhar estão direcionados para a direita, em direção ao oceano, onde uma caravela aparece navegando, enquanto outra está representada na direção descansa.

No canto inferior esquerdo da cédula, a frase "Abertura dos Portos" é visível. Isso remete à decisão de D. João VI ao chegar ao Brasil, quando abriu os portos às "nações amigas". Esta medida estabeleceu taxas alfandegárias preferenciais, como os 15% para os ingleses, 16% para os portugueses e 24% para demais nações estrangeiras.

Além disso, é possível que a presença de Hermes represente não apenas a ideia de abertura comercial e das rotas marítimas, mas também simbolize a interconexão entre diferentes culturas e a ideia de uma economia em movimento. Sua associação com viagens e comércio pode ser interpretada como um incentivo ao desenvolvimento econômico e ao intercâmbio cultural, que foram fatores-chave, durante o período de abertura dos portos no Brasil e o vindouro processo de emancipação.

Além disso a imagem de Hermes e a frase “Abertura dos Portos” se associa às diversas políticas do Estado Novo para fortalecer a economia e a posição do Brasil no cenário internacional, o que também integra à situação geopolítica da guerra. Essa representação ligada ao comércio, viagens e riqueza reflete a ideia do governo Vargas em promover o

desenvolvimento econômico do Brasil, por meio do comércio exterior, além do mais, o Brasil estava na guerra ao lado dos aliados, EUA, França, Inglaterra, entre outros. A “Abertura dos Portos” por D. João VI, referenciada na cédula representa um momento-chave na história do Brasil, permitindo a entrada de mercadorias estrangeiras, impulsionando o comércio internacional. Remete ao contexto da guerra, essa abertura dos portos está sendo relembrada como uma tática para garantir alianças comerciais e acessar recursos essenciais durante o conflito. Considerando a natureza “neutra” do Brasil no início da Segunda Guerra Mundial, essa política poderia ter sido vista como uma forma de manter o país aberto a negociações e alianças.

Apesar da postura inicialmente neutra em relação à guerra, o governo brasileiro foi gradualmente pressionado a tomar partido, especialmente após os ataques da Alemanha aos navios comerciais brasileiros e o subsequente afundamento. A União Nacional dos Estudantes (UNE), fundada em agosto de 1937, emergiu como uma voz proeminente liderando manifestações em favor dos países Aliados. O ponto culminante dessa mobilização foi a histórica marcha de 4 de julho de 1942, um ato sem precedentes que reverberou profundamente no contexto do Estado Novo (CAPELATO, 2007, p.133).

Portanto, essa cédula e sua representação de Hermes podem ser interpretadas como uma lembrança do papel do comércio internacional e da abertura para outras nações como uma estratégia econômica e diplomática, aspectos cruciais durante o Estado Novo, especialmente em um cenário de guerra global.

A cédula de mil cruzeiros, ornada de forma semelhante às demais, destaca como figura central o fidalgo, comandante militar, navegador e explorador português Pedro Álvares Cabral. Sua jornada ficou marcada por sua liderança na expedição rumo à Índia em 1500, seguindo a rota inaugurada por Vasco da Gama, que contornava a África. No entanto, por um rumo inesperado, Cabral acabou se deparando com o território que futuramente passou a ser denominado de ‘Brasil’, mudando drasticamente o curso da história.

Esse “descobrimento” levou à interação entre a cultura europeia e as populações nativas locais. Além disso, essa “descoberta por acaso” das terras brasileiras tem consequências fundamentais na história mundial, como por exemplo, alterando as rotas comerciais, as relações entre continentes e expansão dos impérios europeus nesse “Novo Mundo”. Numa gênese oficial e eurocêntrica, a existência da formação brasileira começa com a chegada de Cabral.

Figura 72 – 1000 cruzeiros frente



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 25 nov. 2023.

Figura 73 – 1000 cruzeiros verso



Fonte: Blog Numismática IFMT. Acesso 25 nov. 2023.

O verso dessa cédula, também adornado com detalhes barrocos em suas extremidades, destaca a representação da "Primeira Missa no Brasil", ordenada por Pedro Álvares Cabral em um domingo de Páscoa, no dia 26 de abril de 1500, no sul do atual estado da Bahia. Essa pintura a óleo sobre tela, datada de 1860, foi criada durante a monarquia do imperador D. Pedro II, pelo artista Victor Meirelles (1832-1903), baseando-se na carta escrita por Pero Vaz de Caminha, o escrivão da expedição, que foi enviada ao rei de Portugal, D. Manuel.

A obra transmite a ideia de que a chegada dos portugueses ao Brasil foi marcada por gestos de amor e paz, apesar de também ser importante observar as críticas contemporâneas que apontam para a idealização dessa cena e a omissão da violência sofrida pelos povos originários. No centro da obra, encontra-se a cruz, cercada por sacerdotes e marujos, enquanto os nativos emergem da floresta, e também ficam em forma de circular em torno da imagem

central, alguns de pé, outros sentados, expressando surpresa e admiração, provavelmente em curiosidade pelo evento e pelos recém chegados.

Os nativos observam a cena com atenção, com seus olhares direcionados ao centro, onde está a cruz, transmitindo a ideia de que a missa, enquanto ato religioso, uniu os povos indígenas e português. Entretanto, é importante considerar que a realidade histórica foi muito mais complexa do que a representação artística, envolvendo tensões, conflitos e transformações culturais significativas.

A representação da "Primeira Missa no Brasil" nessa cédula remete a um evento simbólico, enfatizando a introdução do cristianismo e da cultura europeia no Brasil. Essa cena, ao retratar a aparente harmonia entre colonizadores e povos indígenas durante o ritual religioso, pode ser vista como um reflexo da ideia de mestiçagem e integração cultural proposta por Gilberto Freyre em sua obra, sugerindo a formação histórica de uma sociedade harmoniosa e inclusiva.

Por outro lado, a representação da "Primeira Missa" também pode ser vista como um símbolo do projeto de unificação nacional idealizada por Vargas e seu regime político. Ao exaltar essa cena na cédula, Vargas buscava transmitir uma mensagem de coesão e unidade, entre as diferentes culturas e origens étnicas presentes no Brasil. Essa representação seria uma forma de destacar a construção de uma identidade nacional, que valorizasse a diversidade, mas ao mesmo tempo promovesse a unidade em torno de valores comuns, como a religião e a história oficial apresentada.

No entanto, é importante ressaltar que essa visão idílica retratada na imagem pode contrastar com a realidade histórica, que foi marcada por conflitos, desigualdades e tensões culturais entre colonizadores e povos nativos. Essa representação pode ser vista como uma construção artística que idealiza a história, buscando promover um senso de unidade e coesão nacional.

Há uma clara progressão nas cédulas, notável pela ordem dos valores numéricos, representando figuras históricas importantes na história do Brasil. Começando pelas cédulas de 1 e 2 cruzeiros, que homenageavam o Marquês de Tamandaré e o Duque de Caxias, respectivamente, embora tenham sido de menor tempo de circulação. Em seguida, a sequência prossegue: 5 cruzeiros com o Barão do Rio Branco, 10 cruzeiros com Getúlio Vargas, 20 cruzeiros com Marechal Deodoro da Fonseca, 50 cruzeiros com a Princesa Isabel, 100 cruzeiros com D. Pedro II, 200 cruzeiros com D. Pedro I, 500 cruzeiros com D. João VI e 1000 cruzeiros com Pedro Álvares Cabral.

Cada figura representa um ponto específico na linha do tempo do Brasil, na história oficial e positivista da época, e todos desempenharam papéis fundamentais na construção da nação idealizada pelas elites dirigentes, mesmo havendo perspectivas políticas próprias do Estado Novo, em apropriar-se desses personagens e símbolos históricos.

Ao inverter essa ordem e dispor as cédulas de forma decrescente, observamos algo peculiar. Mesmo o Barão do Rio Branco sendo homenageado na cédula de 5 cruzeiros, a cédula de 10 cruzeiros, com a imagem de Getúlio Vargas, está numa posição de destaque, apesar da divergência nos valores de ambas. Vargas, por sua vez, é posto num lugar de destaque na história, na então vida presente e no futuro do país, e o fato de sua figura estar em uma cédula de valor inferior à de outras figuras históricas, ressalta sua autoconstrução enquanto símbolo da vida nacional.

Ademais, é interessante notar que as cédulas de menor valor eram mais acessíveis às classes populares, o que tornava a imagem de Vargas mais presente entre as camadas menos favorecidas da sociedade. Isso é uma formulação para estabelecer uma conexão mais próxima com os pobres, construindo o que chamamos contemporaneamente de ‘populismo’ na prática política, consolidando sua representatividade e popularidade entre um espectro mais amplo da população.

A inclusão de Getúlio Vargas entre figuras históricas nas cédulas, apesar de estar em um período relativamente recente em comparação aos demais homenageados, reflete sua intenção de se posicionar como um ícone importante na história do Brasil e, possivelmente, perpetuar sua imagem como um líder de destaque para as gerações futuras. Ao figurar nessa linha cronológica de personalidades históricas, Vargas buscava se associar a um conjunto de líderes e figuras marcantes, almejando solidificar sua presença e legado na memória coletiva do país. Essa estratégia tinha o propósito de estabelecer uma conexão entre seu governo e a história do Brasil, conferindo-lhe uma aura de liderança que perdurasse.

Incluir-se entre esses ícones da história nacional também era uma maneira de reforçar sua importância e justificar seu papel, como um dos protagonistas na construção e consolidação do país. Ele buscava transmitir a mensagem de que, assim como essas figuras ilustres, sua contribuição para o Brasil era significativa e duradoura, merecendo um lugar de destaque no panteão dos líderes históricos da nação.

Quando conectamos essa autopromoção de Vargas e seu regime com as ideias de Hannah Arendt em *Origens do Totalitarismo*, observamos como a propaganda desempenha um papel crucial na consolidação do poder de líderes, em regimes autoritários e totalitários.

Arendt destaca a manipulação psicológica e a criação de uma narrativa convincente como fundamentais para a influência de líderes bem como aceitação pelos liderados. Vargas, ao ser representado nas cédulas e projetado como uma figura histórica digna de admiração, utilize-se, de certa forma, de uma ferramenta propagandística para reforçar sua importância na história do Brasil, alinhando-se, em algum grau, aos mecanismos identificados por Arendt.

Também, a inserção de discursos e elementos que caracterizam aspectos do Estado Novo nas cédulas, evidenciam o interesse de valorização do regime político, em vigor na história do país. Reflete tipos de narrativas sócio-históricas construídas por líderes para manter e fortalecer sua influência e domínio sobre a população, algo analisado por Arendt ao discutir a dinâmica entre propaganda e totalitarismo.

Em relação à propaganda vinculada aos regimes autoritários e totalitários, nota-se maneiras distintas de controle da informação e opinião pública, especialmente em comparação com os regimes democráticos que expressam a garantia da liberdade de expressão. Nos regimes ditoriais, a propaganda, o terror sempre estiveram intimamente ligados e, muitas vezes, complementares na conquista e manutenção do poder.

Nos estágios iniciais, os ditadores usam a propaganda e o terror para assustar e coagir a população a aderir ao regime, criando a ilusão de apoio e validade para o regime perante os olhos do público. Porém, quando o totalitarismo alcança o controle absoluto, a propaganda não se limita mais à simples persuasão; ela se transforma em doutrinação. Os regimes ditoriais não buscam apenas afirmar suas ideologias, mas impor essas doutrinas como uma verdade inquestionável.

Arendt, apesar de centrar-se no fascismo europeu e no stalinismo, exemplifica como práticas autoritárias e ditatoriais, ao mencionar a eliminação de informações que contradizem as narrativas oficiais do regime, como negar o desemprego ou (re)escrever a história para atender aos interesses do Estado e de quem o governa. O totalitarismo vai além da manipulação da informação; baseia na violência para impor suas ideias e eliminar qualquer forma de oposição, substituindo a propaganda pela doutrinação e a coerção. A propaganda em regimes ditoriais não é apenas uma ferramenta de persuasão, mas também um meio para impor uma visão de mundo e uma realidade alternativa, eliminando qualquer voz discordante ou informações contrárias às narrativas propagandeadas.

A propaganda totalitária não é direcionada exclusivamente para a população interna do regime, mas também para grupos externos, sejam eles parte da própria população ainda não doutrinada o suficiente, simpatizantes do movimento em outros países ou mesmo membros do

próprio partido, que ainda não foram completamente dominados pela doutrinação. Importante relembrar que o governo Vargas tinha uma proximidade inicial com os regimes nazifascistas da Europa, tanto que as práticas de propaganda do Estado Novo foram adaptadas desses regimes políticos, como descrito anteriormente, situação alterada diante dos protestos liderados pela UNE, em apoio aos Aliados, motivados pelos ataques do Eixo aos navios brasileiros, foi necessária uma revisão na postura inicialmente neutra do governo brasileiro.

Embora o governo de Vargas tenha demonstrado uma aparente simpatia pelos regimes nazifascistas da Europa em certos momentos, essa postura foi, em grande parte, uma estratégia política calculada para manter a estabilidade interna e evitar conflitos internacionais desnecessários. A neutralidade, portanto, era uma maneira de manter o Brasil fora de confrontos diretos enquanto observava a evolução do cenário mundial. No entanto, essa estratégia teve suas contradições e momentos de tensão.

O caso de Olga Benário, uma militante comunista e esposa de Luís Carlos Prestes, é um exemplo emblemático dessa ambiguidade. Em 1936, Olga foi entregue à Gestapo pela administração Vargas, um ato que pode ser visto não como um reflexo de neutralidade, mas como um gesto de alinhamento com os interesses anticomunistas que Vargas compartilhava com os regimes fascistas. A entrega de Olga, grávida na época, aos nazistas, onde foi posteriormente executada, foi uma ação que contradiz a suposta neutralidade e reflete a repressão interna contra a ameaça comunista percebida pelo governo brasileiro.

Portanto, enquanto a política externa de Vargas mantinha uma fachada de neutralidade, suas ações internas, como a entrega de Olga Benário, demonstram uma clara oposição ao comunismo e um alinhamento tácito com os regimes autoritários da época. Essa complexidade revela que a neutralidade de Vargas era, em muitos casos, uma máscara para uma política interna de forte repressão e alinhamento estratégico, adaptada conforme as pressões e conveniências do momento.

Mesmo diante da promessa de um Ministério da Educação ao líder da AIB, Plínio Salgado, durante o golpe que instituiu o Estado Novo, este movimento foi banido, juntamente com os comunistas, demonstrando a natureza efêmera das alianças políticas, em momentos de crise.

Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, a repressão aos integralistas foi intensificada, refletindo a mudança de prioridades do governo e a necessidade de suprimir qualquer movimento que pudesse ameaçar a estabilidade interna durante o conflito global (CAPELATO, 2007, p.132). Essa dinâmica política e repressiva, descrita por Capelato, ecoa

as análises de Hannah Arendt sobre a propaganda e as formas totalitárias de governo, destacando a instrumentalização da mídia e da manipulação das massas, como ferramentas de controle e dominação política.

Segundo Capelato,

O governo não admitia semelhança com os regimes nazi-fascistas, procurando enfatizar a originalidade do Estado Novo. Mas compartilhava muitas ideias postas em prática nesses regimes: legislação social, propaganda política, representação corporativista, e até mesmo o anti-semitismo se fez presente em certas esferas, sobretudo na política de imigração (CAPELATO, 2007, p. 135).

Durante o Estado Novo, Vargas implementou estratégias propagandísticas semelhantes às descritas por Hanna Arendt em relação à propaganda totalitária. Ao criar o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), Vargas empregou uma variedade de meios de comunicação, incluindo rádio, música, teatro, cinema e até mesmo a numismática, por meio das cédulas e moedas, para influenciar não apenas a opinião pública interna, mas também a imagem do governo, perante o cenário internacional.

Os discursos de Vargas dirigidos aos trabalhadores, transmitidos via rádio, visavam fortalecer sua imagem como um líder comprometido com o bem-estar do povo, buscando criar uma conexão emocional com as massas. Essas comunicações serviam como uma "manobra tática" para consolidar o apoio entre a classe trabalhadora e para projetar uma imagem positiva do governo, em âmbito interno e externo.

As cédulas emitidas durante o Estado Novo, retratando figuras históricas significativas, até mesmo o próprio Getúlio Vargas, inseriam-se em uma narrativa que se integrava aos eventos contemporâneos e ao passado nacional, tanto domésticos quanto internacionais. Essa estratégia propagandística buscava apresentar o governo Vargas como uma parte crucial na história do Brasil. Todas as moedas e cédulas produzidas durante o período do Governo Vargas, refletem a influência de indivíduos intelectualmente engajados na máquina estatal, como destacado por Velloso (2007, p. 155).

Estes intelectuais desempenhavam um papel crucial como mediadores entre o governo e a população, sendo responsáveis pela concepção e idealização dessas peças monetárias. Sua função transcendia a simples criação de moedas e cédulas, pois serviam como ponte entre as políticas governamentais, as necessidades e aspirações da sociedade. Assim, esses intelectuais desempenhavam um papel fundamental na materialização e na comunicação das ideias e valores do regime, influenciando diretamente a vida cotidiana dos cidadãos.

CAPÍTULO 03 – NUMISMÁTICA E AS TICs: UMA MEDIAÇÃO POSSÍVEL PARA PROMOÇÃO DO ENSINO DE HISTÓRIA

As várias crises econômicas e políticas ocorridas ao longo dos mais de dois séculos da independência brasileira, proporcionaram uma expressiva variedade de cédulas e moedas que podem contar nossa trajetória nacional. O papel moeda e seu estudo numismático, do ponto de vista educacional, são fontes riquíssimas para o ensino de história que podem ser articuladas no uso interdisciplinar, com outras áreas do saber. E, nos próximos anos, devido à virtualização das relações comerciais e retirada gradativa das cédulas e moedas de circulação, esses objetos se tornaram peças exóticas no cotidiano popular, aguçando ainda mais a curiosidade da juventude.

Apesar de serem fontes privilegiadas para a vida educacional e para promoção de pesquisas, a aquisição de moedas e cédulas antigas não é algo fácil para o educador, devido à especulação financeira gerada por colecionadores, pela raridade da peça e/ou pelo valor do metal utilizado no caso das moedas. Salvo em algumas exceções, cujo no núcleo familiar ou pessoal se pode ter acesso a esse material, a compra das moedas e cédulas foge da expectativa orçamentária/salarial da maioria dos professores brasileiros. E, não basta, na maioria dos casos deter a cédula e moeda, pois é vital situar a peça no seu momento histórico de produção, o que leva a necessidade da aquisição de catálogos especializados.

Diante dessa dicotomia, da relevância de potencializar o estudo das cédulas e moedas brasileiras no ensino de história e, por outro lado, a dificuldade do acesso físico ao material, resolvemos envolver nosso produto pedagógico como parte da solução deste problema. Optamos por colaborar no desenvolvimento de uma página virtual, um *blog*, para apresentar digitalmente as moedas e cédulas do governo do primeiro governo de Getúlio Vargas, fazer sua análise numismática e para postar vídeos e outros materiais elaborados por nossos discentes, analisando as peças monetárias em seu contexto histórico.

Neste terceiro e último capítulo será abordado a relevância das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na educação contemporânea, através de uma revisão bibliográfica, assim como a descrição do desenvolvimento do *blog* enquanto ferramenta pedagógica, na pesquisa dissertativa e no ambiente educacional, vislumbrando nossas futuras ações no dia-a-dia docente.

3.1 As novas tecnologias e seu impacto social e educacional: uma revisão bibliográfica

A significativa transformação desencadeada pela Revolução Industrial no século XVIII, reverberou ao longo das décadas, promovendo uma profunda mudança na mentalidade e no comportamento da população global. As alterações nos sistemas de transporte por terra, água e ar desempenharam um papel crucial na reconfiguração da indústria e na mobilidade. Além disso, as guerras mundiais, apesar de trazerem caos econômico e social, também foram catalisadoras de inovações tecnológicas, desde o pioneiro computador *Eniac* até as mais recentes criações da indústria de informática e tecnologia.

O cenário da “Guerra Fria”, por sua vez, emergiu como um período de notável crescimento tecnológico global. Essas inovações não apenas moldaram o contexto geopolítico, mas também tiveram um impacto significativo no âmbito educacional, transformando diretamente as escolas. A integração de tecnologias avançadas nas salas de aula tornou-se uma constante permanente. Os computadores, que antes eram instrumentos volumosos e limitados, evoluíram para dispositivos compactos e poderosos, proporcionando às escolas ferramentas inovadoras para o ensino e a aprendizagem. A conectividade global, impulsionada pela revolução digital, trouxe acesso instantâneo a uma riqueza de informações e recursos educacionais *online*.

No entanto é crucial destacar que, enquanto as inovações tecnológicas trouxeram benefícios substanciais para a educação, também deram origem à desafios. A necessidade de integrar efetivamente a tecnologia ao currículo e garantir a equidade no acesso a essas ferramentas, tornou-se uma preocupação constante.

Em suma, examinar a influência das revoluções industriais, guerras mundiais e a Guerra Fria, é evidente que as inovações tecnológicas não apenas moldaram o panorama global, mas também a redefinir gradativamente a maneira como as instituições educacionais operam, desafiando-as a se adaptarem continuamente a um mundo, em constante transformação.

Como podemos perceber essa situação na prática do dia a dia em sala de aula? Em relação ao acesso à informação, as novas tecnologias proporcionam acesso rápido a uma vasta quantidade de informações. Isso permite que estudantes e professores acessem uma gama diversificada de fontes históricas, documentos e materiais educacionais. Além disso a interatividade e o engajamento através das ferramentas digitais, como jogos educativos e plataformas interativas, tornam o aprendizado mais envolvente, a exemplo de uma aula de História, onde os estudantes podem explorar virtualmente períodos históricos, participar de

simulações e interagir com o conteúdo de maneiras que não seriam possíveis apenas com recursos tradicionais. As barreiras físicas da sala de aula são rompidas.

As tecnologias permitem que os educadores adaptem o ensino às necessidades individuais dos estudantes. Recursos como tutoriais *online*, vídeos explicativos e questionários interativos podem ser personalizados para atender aos diferentes estilos de aprendizado. Tecnologias como realidade virtual e realidade aumentada podem ser utilizadas para apresentar locais históricos, de maneiras inovadoras. Isso permite que os estudantes explorem virtualmente locais históricos, sem sair da sala de aula, ajudando inclusive na preservação do patrimônio histórico e a inclusão no acesso a esses espaços.

Integrar as novas tecnologias no ensino de História também ajuda os estudantes a desenvolverem habilidades tecnológicas essenciais para o século XXI. Isso inclui habilidades de pesquisa *online*, avaliação crítica de fontes digitais e competência na utilização de diversas ferramentas digitais. As tecnologias oferecem oportunidades para o aprendizado contínuo, tanto para discentes quanto para professores.

Vivemos em uma era definida como uma "sociedade da informação em rede", na qual os computadores e dispositivos móveis, como celulares, conferem uma dimensão de interatividade sem precedentes, se comparada a anos anteriores. Essa transformação dá origem a uma cibercultura intrinsecamente ligada ao ciberespaço, a vastidão digital habitada por seres humanos, que não apenas consomem informações, mas também as produzem, autorizam e constroem comunidades e redes sociais, por meio das mediações proporcionadas pelas tecnologias digitais em rede (SANTOS, 2015, p. 135).

Neste contexto, é crucial reconhecer que a interconexão proporcionada pelos dispositivos digitais transcende barreiras físicas e temporais, permitindo uma comunicação instantânea e global. A cibercultura não apenas reconfigura as formas tradicionais de interação social, mas também redefine como os indivíduos percebem, consomem e compartilham informações. Contudo, é importante ressaltar que, embora a cibercultura e a interconexão digital ofereçam oportunidades significativas, também apresentam desafios e dilemas. A proliferação de informações na *internet* pode resultar em sobrecarga de dados, desinformação e questões relacionadas à privacidade. Além disso, a rápida evolução tecnológica requer uma adaptação constante, tanto do ponto de vista individual quanto social.

Portanto, ao considerar a influência da cibercultura e do ciberespaço em nossa sociedade, é imperativo abordar não apenas as possibilidades emocionantes que essas

tecnologias oferecem, mas também os aspectos críticos que demandam reflexão e regulamentação, para garantir um ambiente digital ético e equitativo.

Mas como integrar o ciberespaço e a cibercultura com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) em sala de aula? Essa integração pode proporcionar uma experiência educacional mais dinâmica e alinhada com os desafios contemporâneos, a exemplo da vasta quantidade de informações disponíveis no ciberespaço. Em sala de aula, os professores podem utilizar os recursos *online*, como sites educacionais, bancos de dados digitais, e-books e vídeos, para enriquecer o conteúdo trabalhado. A cibercultura encoraja a produção de conteúdo pelos próprios usuários. Em sala, os estudantes podem criar *blogs*, vídeos, *podcasts* ou até mesmo participar de projetos colaborativos *online*. Isso não apenas desenvolve habilidades de criação, mas também promove a autenticidade e a expressão individual. As TICs oferecem recursos para personalização do aprendizado, permitindo que os alunos avancem em seu próprio ritmo. As plataformas podem ser adaptativas e podem ser incorporadas para atender às necessidades individuais de cada estudante. A cibercultura está ligada à proficiência tecnológica, integrar TICs na sala de aula não apenas facilita o aprendizado do conteúdo acadêmico, mas também desenvolve habilidades tecnológicas essenciais para o século XXI. Conectar o ciberespaço à sala também exige o desenvolvimento da criticidade digital. Os estudantes precisam aprender a avaliar fontes *online*, discernir informações confiáveis e compreender as implicações éticas do uso da tecnologia.

Diante dessas mudanças proporcionadas com os avanços tecnológicos, podemos interligar o conhecimento adquirido pelo estudante a teoria da aprendizagem significativa de David Ausubel (ARAUJO, 2005) que na medida em que uma informação nova é inserida no contexto estudado, ela interage com algum aspecto relevante da estrutura de conhecimento que o indivíduo carrega consigo, ou seja, existe uma estrutura cognitiva no aprendiz que se integra à nova informação, esses conceitos foram denominados por Ausubel de subsunções¹⁰.

¹⁰ Na teoria da aprendizagem significativa desenvolvida por David Ausubel, o termo "subsunçor" é fundamental. Ele se refere a estruturas cognitivas preexistentes que desempenham um papel crucial no facilitamento de novas aprendizagens. Ausubel conceitua esse conhecimento prévio como "conceito subsunçor". Os subsunções são, essencialmente, blocos de conhecimento específicos que variam em abrangência, dependendo de com que frequência ocorre a aprendizagem significativa. Podemos vê-los como estruturas mentais que servem como âncoras para a assimilação de novas informações. Em termos mais simples, os subsunções são como bases de conhecimento que já possuímos. Quanto mais frequentemente usamos essas bases, mais amplas e sólidas elas se tornam. Quando nos deparamos com novos conhecimentos relacionados a essas estruturas já existentes, a aprendizagem torna-se mais significativa e fácil de ser absorvida. Em resumo, os subsunções são como blocos de construção cognitivos que moldam e facilitam nossa compreensão do mundo ao nosso redor.

Em meio ao vasto universo da aprendizagem, os subsunções desempenham um papel vital. Quando o aprendizado não está conectado a essas estruturas cognitivas preexistentes, o processo tende a ser automático e mecânico. Assim, a integração eficaz dos subsunções à estrutura cognitiva do estudante é crucial para uma aprendizagem significativa.

No estágio inicial, observamos a ausência ou subdesenvolvimento dos subsunções. Nesse ponto, a aprendizagem é muitas vezes mecânica, como uma engrenagem que gira sem um propósito claro. Os subsunções estão em um estágio incipiente, pouco elaborados. No entanto, à medida que a aprendizagem se torna mais significativa, testemunhamos a transformação dessas estruturas cognitivas. Os subsunções começam a se desenvolver e se tornam cada vez mais elaborados. É nesse processo que o aprendiz, munido de subsunções robustos, se torna mais capacitado para assimilar novas informações.

Em resumo, a interligação entre aprendizado e subsunções não apenas evita a mecanização do processo, mas também capacita o aprendiz a construir uma base sólida de conhecimento, tornando-o mais receptivo e apto a integrar continuamente novos aprendizados à sua estrutura cognitiva, em constante evolução.

Em uma era onde as redes sociais tecem a malha da interconexão humana, o aprendizado ganha novos matizes. Os subsunções, essas estruturas cognitivas que ancoram o conhecimento, assumem um papel fundamental, mas como integrá-los às dinâmicas das redes sociais tão familiares aos estudantes?

Quando a aprendizagem se entrelaça com as redes sociais, ela adquire uma sinfonia única. Inicialmente, os subsunções podem estar subdesenvolvidos, assim como a compreensão inicial de uma nova plataforma social. A aprendizagem pode parecer mecânica, sem a profundidade necessária. Contudo, à medida que o aprendizado se torna significativo, as redes sociais emergem como potentes catalisadores. Os subsunções, antes simples engrenagens, começam a se entrelaçar com os algoritmos sociais. O estudante, imerso nesse ambiente, começa a elaborar subsunções mais complexos, paralelamente à sua habilidade de navegar nas complexidades das redes sociais.

Essa integração, no entanto, não é isenta de desafios. A profusão de plataformas e a constante evolução das redes sociais podem, às vezes, ser intimidadoras. Os estudantes, mais familiarizados com o ecossistema das redes sociais, podem achar desafiador se adaptar a certas plataformas educacionais.

Assim, a sinergia ideal entre subsunções e redes sociais emerge quando reconhecemos que ambas são construções sociais. O entendimento profundo dessas redes

potencializa a construção de subsunções mais ricos, enquanto os subsunções robustos capacitam os aprendizes a extraírem o máximo das experiências nas redes sociais. Em síntese, é na harmonia entre subsunções e redes sociais que encontramos um terreno fértil, para uma aprendizagem que não apenas se adapta aos novos horizontes tecnológicos, mas também encontra sinergia com as formas naturais de interação dos alunos, na era digital.

Diante dos desafios contemporâneos que tanto estudantes quanto escolas enfrentam, o professor José Carlos Ribeiro (2005) da Universidade Federal da Bahia, explora em seu artigo: *Reflexos Sócio-Interacionais do Uso da Comunicação Móvel*, as nuances das transformações sociais provocadas pelos dispositivos móveis. Ele argumenta que a introdução dessas novas tecnologias não apenas oferece condições propícias para estabelecer formas alternativas de interação social, mas também abre caminhos inexplorados para lidar com as demandas da vida cotidiana.

Ribeiro (2005) destaca o celular – que está presente na vida de quase todo jovem – como um elemento chave nesse panorama dinâmico de interações. Ele se encaixa perfeitamente nesse contexto fluido, permitindo interações entre pessoas em movimento, que não estão necessariamente vinculadas á um ponto de referência fixo. O celular transcende a comunicação tradicional, possibilitando conexões em tempo real entre interlocutores ausentes fisicamente.

Nesse sentido, a tecnologia móvel não apenas conecta, mas também redefine a própria natureza das interações sociais. Ela oferece uma liberdade única, permitindo que as pessoas experimentem e enfrentem situações sociais de maneiras não convencionais. Esse dinamismo é particularmente evidente na capacidade dos dispositivos móveis de romper barreiras espaciais e temporais, criando um espaço virtual onde as interações podem ocorrer de forma instantânea e flexível. O estudo de Ribeiro (2005) lança luz sobre como os dispositivos móveis não são apenas ferramentas de comunicação, mas sim agentes transformadores do tecido social, moldando a forma como experimentamos e respondemos às demandas da vida cotidiana de maneiras inovadoras e muitas vezes inesperadas.

A sociedade contemporânea, marcada pela crescente influência das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), reflete diretamente nas interações sociais, conforme analisado por Ribeiro. Ao levar essa compreensão para o contexto educacional, percebemos que as salas de aula também são afetadas por essa dinâmica transformadora.

Assim como as interações sociais se adaptam ao contexto móvel e dinâmico proporcionado pelos dispositivos, as TICs oferecem oportunidades semelhantes para a

educação. A introdução de tecnologias móveis, como *tablets e smartphones*, podem criar um ambiente de aprendizado mais flexível e interativo.

Os dispositivos móveis nas salas de aula não devem ser vistos apenas como ferramentas de comunicação, mas como recursos educacionais poderosos. Eles permitem o acesso instantâneo a uma variedade de informações, possibilitam a colaboração entre os alunos e oferecem uma abordagem mais personalizada para o aprendizado. Além disso, as TICs ampliam os horizontes da sala de aula, conectando os alunos a recursos globais, especialistas e experiências de aprendizado. Isso cria uma rede de interações educacionais que transcende as limitações físicas da sala de aula tradicional.

No entanto, é crucial equilibrar essa integração, garantindo que o uso das TICs promova uma aprendizagem significativa e não apenas uma substituição de métodos tradicionais. Os educadores desempenham um papel vital ao orientar os discentes sobre o uso responsável e crítico dessas tecnologias.

Num contexto similar, Eduardo Campos Pellanda (2009), em artigo intitulado: *Comunicação Móvel: uma potencialidade aos usos e aplicações*, explora a revolução nos componentes eletrônicos pela miniaturização, impulsionada pela expansão das redes sem fio. O vigor recebido pela comunicação móvel tem repercussões diretas nas práticas sociais. A adoção generalizada por diversas camadas da população está reconfigurando hábitos e redefinindo conceitos acerca do uso do ciberespaço. Essa transformação não apenas se limita ao acesso facilitado à informação, mas também molda a forma como nos relacionamos, aprendemos e percebemos o mundo ao nosso redor.

Essa miniaturização não é apenas física, mas simbólica. Com a tecnologia móvel, temos o universo digital ao alcance das mãos, incorporado em dispositivos que cabem no bolso. Esse fenômeno não é apenas uma mudança tecnológica, mas uma mudança cultural profunda. A intensa aplicação dessas tecnologias não apenas adiciona conveniência, mas, de maneira mais profunda, remodela nossa experiência cotidiana. Além disso, a acessibilidade generalizada à comunicação móvel está desempenhando um papel significativo na democratização da informação. Isso não apenas dá poder às pessoas comuns, mas também tem o potencial de criar uma sociedade mais informada e conectada.

Contudo, como em qualquer transformação significativa, surgem desafios. A dependência excessiva da comunicação móvel levanta questões sobre privacidade, segurança e a natureza autêntica das interações sociais. Entender esses desafios é crucial para aproveitar ao máximo as oportunidades oferecidas pela revolução na comunicação móvel. A

comunicação móvel não é apenas uma inovação técnica. É uma força cultural e social que está redefinindo a maneira como trabalhamos, vivemos, aprendemos e nos relacionamos no século XXI.

André Lemos (2007), professor associado da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia e pesquisador do CNPq, ao discutir sobre as práticas sociais no espaço urbano em seu artigo *Comunicação e Práticas Sociais no Espaço Urbano: as características dos dispositivos móveis de conexão multirredes (DHMCM)*, destaca que o telefone celular transcende a sua função original e se torna um dispositivo multifuncional. Ele não é apenas um telefone, mas uma convergência de funções que incluem telefone, computador, câmera fotográfica, câmera de vídeo, processador de textos, GPS, entre outras.

A denominação híbrida atribuída por Lemos (2007) reflete essa multiplicidade de funções. Seu artigo explora características distintas que fazem desses dispositivos não apenas meios de comunicação, mas ferramentas de convergência, portabilidade, personalização e conexão por meio de diversas redes. Eles não apenas possibilitam a conversação, mas também a produção de informação, textos, imagens, sons, além de fornecerem serviços de localização, entre outros.

Essa capacidade de incorporar diversas funcionalidades em um único dispositivo transformou não apenas a forma como nos comunicamos, mas também a maneira como interagimos com o mundo ao nosso redor. Os dispositivos móveis de conexão multirredes (DHMCM) não são apenas ferramentas tecnológicas; são mediadores complexos que moldam e são moldados pelas práticas sociais urbanas, desempenhando um papel crucial na configuração do tecido social contemporâneo.

O professor João Paulo de Oliveira Farias (2021), egresso do ProfHistória da Universidade Regional do Cariri (URCA), inova ao explorar o potencial educativo dos celulares, em sua dissertação de mestrado intitulada: *O uso do podcast para o ensino-aprendizagem de História: produção e difusão com/para alunos do Ensino Médio*. Neste trabalho, ele lança luz sobre os desafios enfrentados pelos educadores diante da explosão tecnológica na chamada "Era Digital" e da presença crescente dos sujeitos virtuais.

Farias (2021) promove uma reflexão profunda sobre o ensino de história, destacando como a constante evolução tecnológica impacta a educação. Em um mundo cada vez mais interconectado e permeado por informações, a dissertação ressalta a necessidade urgente de os educadores se adaptarem a essa realidade. Nesse contexto, Farias destaca o papel crucial das TICs como ferramentas para tornar as aulas de história mais interativas e significativas.

A abordagem específica de Farias concentra-se no uso inovador do *podcast* como uma ferramenta pedagógica. Ele enfatiza a importância de integrar esses aparatos tecnológicos no processo educacional, reconhecendo que a utilização de recursos como *podcasts* pode não apenas engajar os discentes, mas também transformar a dinâmica tradicional da sala de aula. O trabalho de Farias oferece *insights* valiosos para educadores que buscam adaptar suas práticas ao ambiente tecnológico contemporâneo, proporcionando uma educação mais alinhada com as expectativas e experiências dos estudantes, na era digital.

Antes de iniciar seu projeto com os educandos, Farias dedicou esforços significativos para compreender o contexto no qual conduziria sua pesquisa. Ele adotou uma abordagem proativa ao criar um questionário, utilizando a plataforma *Google Forms*, para coletar informações valiosas dos estudantes. Além disso, estabeleceu comunicação eficaz por meio de grupos no aplicativo *WhatsApp*, estabelecendo as bases para um trabalho colaborativo e dinâmico.

Durante a execução do experimento, Farias orientou os estudantes para que formassem grupos, cada um focado em um tema específico. A metodologia envolveu a busca ativa de informações em diversas fontes, como livros, revistas e *internet*. Após a pesquisa, produziram textos dissertativos ou apresentações em *slides*. Em seguida, ocorreu uma discussão interna para aprimorar o material, culminando na fase de gravação do *podcast*, na qual cada grupo definiu um tema e nome para o canal.

O trabalho de Farias se destaca ao romper com a tradicional monotonia das aulas. Sua abordagem inovadora transformou as dinâmicas pedagógicas, colocando o estudante no centro do processo. Ao se envolverativamente na busca por informações e adotar métodos de pesquisa, o estudante se torna protagonista, estimulando a curiosidade e gerando um interesse renovado pela disciplina de história. A iniciativa de Farias não apenas modernizou o ambiente educacional, mas também evidenciou que a participação ativa dos estudantes é fundamental para um aprendizado mais eficaz e envolvente. Como podemos confirmar a seguir, onde defende que,

O uso das TICs de forma assertiva possibilita transformar as práticas pedagógicas. [...] No ambiente escolar, a utilização de tecnologia, por vezes, está sendo pensada como renovadora dessas práticas, visto que os dispositivos tecnológicos atraem significativamente os jovens, quando são inseridos através de metodologias e didática adequadas, estabelecidas através da tecnologia educacional (TE) (FARIAS, 2020. p. 15).

A proposta inovadora de Farias encontra eco no trabalho de José Reis Lagarto (2013), da Universidade Católica Portuguesa, que aborda a complexidade da inovação em sala de aula. Lagarto destaca que, embora muitos professores possam se sentir amedrontados pelo conceito de inovação, já existem práticas inovadoras comprovadamente bem-sucedidas em termos de motivação e desempenho educacional dos discentes. Em sua análise, Lagarto ressalta a importância de os educadores encararem as TICs como aliadas, não como obstáculos, no processo de aprendizagem dos estudantes. Essa perspectiva ressalta a necessidade de adaptação e integração dessas tecnologias, no contexto educacional.

Outro trabalho importante sobre o uso e das TICs em sala de aula, foi feito pela pesquisadora Natália Lima de Mendonça (2018), egressa do ProfHistória da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), realizou um trabalho intitulado: *Dicionário Audiovisual de Conceitos: aventuras da experiência imagética nas aulas de História*. Seu objetivo foi investigar como o uso da linguagem audiovisual, aliado à plataforma *YouTube*, poderia enriquecer a compreensão dos conceitos históricos durante as aulas de História. O Dicionário Audiovisual de Conceitos Históricos (DACH) foi uma criação coletiva dos estudantes, desenvolvido por meio de suas produções audiovisuais. Nesse processo, os discentes assumiram o papel de protagonistas, construindo narrativas que foram compartilhadas no ciberespaço do *YouTube*. Esse trabalho não apenas destaca a importância da linguagem audiovisual no ensino, mas também evidencia o potencial dos alunos como construtores ativos de conhecimento, em um ambiente digital.

A dissertação de Mendonça (2018) teve como objetivo não apenas enriquecer o entendimento dos conceitos históricos, mas também cultivar a empatia dos estudantes em relação à disciplina de História. Para alcançar esse propósito, ela escolheu uma plataforma familiar aos jovens, aproveitando o uso rotineiro de *smartphones* e câmeras digitais. A decisão de permitir que os discentes protagonizassem o processo foi crucial. Eles não apenas discutiram ideias em grupo, mas também usaram seus dispositivos para idealizar e produzir conteúdo. Destaca-se a eficácia desse protagonismo, pois os estudantes exploraram diversos aplicativos, programas de edição e técnicas para aprimorar a qualidade do áudio, além de ferramentas para adicionar efeitos especiais (MENDONÇA, 2018). Essa abordagem não apenas tornou o aprendizado mais envolvente, mas também incentivou habilidades práticas e criativas entre os estudantes.

As mudanças rápidas na tecnologia e o acesso cada vez mais facilitado, principalmente com a miniaturização, fazendo com que essa tecnologia acompanhe os indivíduos em

qualquer lugar que vá, tem se mostrado muito eficaz para a educação. Vani Moreira Kenski, (2012) ao escrever o livro *Educação e Tecnologia: o novo ritmo da informação*, faz de forma categórica uma verdadeira imersão no cenário educacional contemporâneo, destacando o impacto das tecnologias da informação e comunicação (TICs) na forma como aprendemos e ensinamos. Ela aponta, de maneira crítica, o potencial das TICs para aprimorar a aprendizagem, mas também ressalta os desafios e equívocos no seu uso.

Kenski (2012) destaca como as TICs podem ser aliadas poderosas na educação, proporcionando acesso a vastas informações e transformando a dinâmica da sala de aula. No entanto, ela também levanta uma bandeira contra práticas inadequadas, como projetos educacionais pouco eficazes e a falta de preparo dos profissionais para incorporar efetivamente a tecnologia.

Ao explorar o papel da escola na ‘sociedade da informação’, Kenski (2012) enfatiza a importância da escola na formação cidadã, fornecendo as habilidades necessárias para a compreensão e participação em uma sociedade cada vez mais digital. A transição para os ambientes virtuais de aprendizagem é discutida de maneira abrangente, destacando exemplos brasileiros, como o Teleduc, e questionando o papel da escola no contexto da evolução tecnológica. A autora ressalta como a *internet* redefiniu a sala de aula, transformando-a em um ambiente virtual de aprendizagem. Também projeta um olhar para o futuro, explorando as características das novas gerações digitais e sua influência nas práticas educacionais. Ela destaca a necessidade de as escolas se adaptarem a essas mudanças, incorporando novas tecnologias e repensando a estrutura e o currículo. Também, alerta que as escolas precisam abraçar as transformações tecnológicas ou correm o risco de se tornarem obsoletas.

Kenski (2012) reforça que,

Assim como na guerra, a tecnologia também é essencial para a educação. Ou melhor, a educação e tecnologias são indissociáveis. Segundo o dicionário Aurélio, a educação diz respeito ao “processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando a sua melhor integração individual e social”. Para que ocorra essa integração, é preciso que conhecimentos, valores, hábitos, atitudes e comportamentos do grupo sejam ensinados e aprendidos, ou seja, que se utilize a educação para ensinar sobre as tecnologias que estão na base da identidade e da ação do grupo e que se faça uso delas para ensinar as bases dessa educação. [...] A escolha de determinado tipo de tecnologia altera profundamente a natureza do processo educacional e a comunicação entre os participantes (KENSKI, 2012, p.43-45).

Observamos então uma interligação inseparável entre educação e tecnologia, comparando essa relação à essencialidade da tecnologia em situações de guerra. A educação é definida como o processo abrangente de desenvolvimento físico, intelectual e moral, visando à integração individual e social. Nesse contexto, a integração requer a transmissão de conhecimentos, valores, hábitos e atitudes, e a tecnologia emerge como uma ferramenta vital nesse processo. Para alcançar essa integração, é necessário utilizar a educação para ensinar sobre as tecnologias que fundamentam a identidade e as ações do grupo. Da mesma forma, é fundamental empregar as tecnologias para instruir nas bases dessa educação. Isso ressalta não apenas a importância da tecnologia como meio educacional, mas também como um componente intrínseco ao próprio conteúdo educacional.

A escolha específica de tecnologia, como apontado, não é trivial. Ela não apenas facilita a comunicação entre os participantes, mas também molda fundamentalmente a natureza do processo educacional. Essa afirmação destaca a necessidade de uma abordagem ponderada na seleção e implementação de tecnologias na educação, pois essa escolha não é apenas uma questão de eficiência prática, mas uma influência direta na dinâmica e eficácia do processo educacional.

Portanto, a simbiose entre educação e tecnologia, destacando que a adoção inteligente e estratégica de tecnologias não apenas facilita a transmissão de conhecimento, mas também modela a própria essência do aprendizado e da comunicação no ambiente educacional.

Dagson José Borges Santos (2018), também egresso do ProfHistória na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), desempenhou um trabalho importante ao explorar as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) em sua dissertação intitulada: *O Uso de Blogs no Ensino de História: A Experiência da História do Engenho de Santana em Ilhéus-BA*. Sua abordagem inovadora envolveu a criação de um *blog* dedicado ao Engenho de Santana em Ilhéus, no estado da Bahia. Este material, desenvolvido em colaboração com estudantes, não apenas enriqueceu o aprendizado em sala de aula, mas também se tornou uma valiosa fonte para educadores explorarem a história local, dentro e fora do ambiente escolar.

Ao abordar diversos eventos e personagens históricos, Santos (2018) proporcionou uma análise abrangente, incluindo o perfil dos povos indígenas na capitania de Ilhéus, os colonizadores portugueses, os africanos no contexto escravocrata, o funcionamento do engenho e até revoltas escravas. Essa pesquisa culminou na criação de um museu virtual, tornando a história acessível ao público em geral.

O trabalho de Santos (2018) transcendeu os limites tradicionais da escola, permitindo que a história local se tornasse pública e alcançasse uma audiência mais ampla. Além disso, ao incentivar o protagonismo dos estudantes, a análise crítica da história local revelou uma narrativa muitas vezes deturpada por influências de figuras históricas que buscavam perpetuar uma visão distorcida, muitas vezes patrocinada por antigos “coronéis”/oligarcas. Essa conscientização proporcionou uma compreensão mais profunda da história de Ilhéus, desafiando tentativas anteriores de apagar da memória local eventos violentos relacionados à ocupação do território.

Santos, ao integrar as TICs de maneira tão inovadora, não apenas enriqueceu o processo educacional, mas também promoveu uma compreensão crítica e uma apreciação mais autêntica da história local entre seus educandos. Esse trabalho destaca a capacidade transformadora das TICs, quando utilizadas de maneira criativa e centrada no estudante.

No panorama educacional contemporâneo, a integração das TICs transcende o simples uso de dispositivos digitais em sala de aula; é uma jornada rumo à reinvenção do processo educativo. Os relatos apresentados, desde a visão visionária de Ribeiro até as práticas inovadoras de Farias, Lemos, Mendonça e Santos, refletem a transformação profunda que ocorre quando a educação abraça as possibilidades oferecidas pelo mundo digital.

Ao analisarmos a trajetória delineada por esses educadores, observamos não apenas uma adoção de tecnologia, mas uma redefinição das relações entre professores, estudantes e o conhecimento. Fica evidente que, ao utilizar as TICs, não estamos simplesmente incorporando ferramentas ao ensino; estamos catalisando uma mudança de paradigma. O aprendizado não é mais um processo estático, mas sim uma jornada dinâmica e interativa, em que os estudantes se tornam protagonistas, construtores ativos do conhecimento.

Além disso, o impacto transcende os muros da escola. As experiências de Farias, Lemos, Mendonça e Santos demonstram que a educação mediada pelas TICs não apenas enriquece a sala de aula, mas também estende suas raízes à comunidade local e além. Os projetos, museus virtuais, *podcasts* e *blogs* não são apenas recursos pedagógicos; são pontes que conectam a aprendizagem ao mundo real, tornando a educação mais relevante, significativa e, acima de tudo, acessível.

À medida que navegamos por esse novo horizonte educacional, guiados pelas experiências desses educadores, é crucial não apenas abraçar a tecnologia, mas também cultivar uma mentalidade que valorize a flexibilidade, a inovação e a participação ativa do educando. Estamos testemunhando uma revolução educacional impulsionada pela

colaboração entre educadores, alunos e a tecnologia. Ao fazê-lo, não estamos apenas preparando os jovens para o futuro, mas moldando o futuro da própria educação. Este é o capítulo inicial de uma narrativa educacional transformadora, onde as TICs não são apenas ferramentas, mas catalisadores de uma evolução educacional sem precedentes.

3.2 - Artefatos Pedagógicos em Ação: a jornada do ensino de história e numismática com estudantes da Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade

A prática pedagógica ganha vida quando os estudantes se envolvem de maneira apaixonada e curiosa. Na sala de aula, testemunhei a magia acontecer: os olhares brilhando, os toques cuidadosos nas cédulas e moedas revelou uma fascinação genuína, e as histórias familiares sobre as peças monetárias – algumas trazidas dos seus lares – se transformaram em narrativas vívidas, durante as aulas de história. Cada discente com sua própria história para compartilhar, e a expectativa aguardando o colega terminar sua história para também ter o seu momento de dividir a sua experiência, essas narrativas encheram o ambiente de energia e entusiasmo.

A experiência pedagógica e o desenvolvimento do produto pedagógico, via uma página virtual, *blog*, foi concebida na Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade, vinculado a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) do Governo do Estado de Rondônia, no ano letivo de 2023, com as turmas do 2º e 3º anos do ensino médio diurno, envolvendo vinte e oito discentes. Em 2023 a instituição detinha setecentos e cinco alunos matriculados em três turnos, com vinte e seis turmas, sendo treze no ensino fundamental e outras treze no ensino médio. A instituição está situada na periferia do município de Rolim de Moura, na região Centro-Sul de RO, com cerca de cinquenta e seis mil habitantes (IBGE, 2022).

Nesses momentos especiais, os estudantes se sentem empoderados e importantes. Eles percebem que objetos aparentemente simples, guardados em casa por gerações, têm um valor histórico e cultural profundo, que estava ali o tempo todo, ao alcance de suas mãos e olhos. Antes vistos apenas com admiração pelo seu valor estético ou sentimental, esses objetos agora são examinados com um novo olhar, um olhar histórico, científico e analítico.

A introdução do termo 'numismática' durante uma aula expositiva, com o auxílio de um projetor multimídia foi um ponto de virada. No início, ninguém sabia ao certo o que esperar, e as interrogações pairavam no ar. No entanto, à medida que exploravam o significado e a importância da numismática, os educandos se viram imersos em um mundo

fascinante de estudo e descoberta. Foi esse novo olhar, essa nova perspectiva, que fez toda a diferença.

Figura 74 – aula na Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade (2023).



Fonte: acervo do próprio autor

Após uma série de questionamentos e várias perguntas, avancei na minha explicação, e as histórias de moedas e cédulas antigas começaram a permear o ambiente. Foi então que peguei uma pequena sacola plástica azul, onde guardava minha modesta coleção numismática. O som metálico das moedas despertou a curiosidade dos meus estudantes, que estavam ávidos para ter acesso às peças. Percebendo seu interesse, decidi continuar falando sobre numismática, com o saquinho de moedas nas mãos.

Compartilhei a história da minha infância e meu primeiro contato com a coleção de moedas do meu avô, bem como a triste notícia de que essa coleção não permaneceu comigo. Nesse momento, eles pareciam compartilhar da minha dor, o que abriu caminho para mais histórias de suas próprias famílias, envolvendo tios, avôs, pais e primos. Relatei também o momento em que conheci o meu orientador e como meus olhos brilharam ao ver a coleção numismática dele. Surpreendentemente, descobriram que eu tinha o mesmo vislumbre e envolvimento nas histórias que eles estavam compartilhando sobre as coleções de moedas e cédulas de suas próprias famílias.

Foi então que percebi que os estudantes não costumam associar os professores a um passado pessoal, e poucos reconhecem que também fomos crianças e adolescentes como eles. Após esse momento de troca de histórias, finalmente abri minha pequena sacola plástica azul

e retirei as moedas. Esse momento foi verdadeiramente mágico e ficou eternizado em minha mente, com os estudantes exibindo olhares ávidos, pescoços esticados e diversas frases repetidas inúmeras vezes: "deixa eu ver, professor", "passa pra mim", "eu também quero ver", "deixa eu pegar também", "professor, quanto vale essa moeda?" e "quem é esse que está nessa moeda?".

As emoções que foram se intensificando ao longo da aula introdutória culminaram nesse momento, com meus olhos brilhando e meu peito apertando. Em anos como professor, nunca havia presenciado tamanha curiosidade e participação. Foi um momento realmente especial e significativo para todos nós.

Figura 75 – discentes da Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade (2023)



Fonte: acervo do próprio autor

Após a aula introdutória, aguardei ansiosamente uma semana para nosso próximo encontro. Decidi que era crucial trazer as cédulas e moedas para uma experiência tátil e visual mais profunda. Imprimi as imagens em cores vibrantes e com excelente resolução, permitindo que os alunos pudessem apreciar cada detalhe. Munido de cartolinhas, pincéis, régua, cola e tesoura, dirigi-me à sala de aula. Ao entrar, fui recebido por um mar de histórias pessoais sobre coleções familiares de moedas.

Alguns alunos mostraram-me moedas raras do início do século XX, herdadas de seus avós. Propus um exercício interessante: relacionar o ano impresso nas moedas com o nascimento de seus avós e bisavós. A reação foi surpreendente: alguns ligaram para os pais, enquanto outros recorreram às redes sociais para decifrar os anos através de fotos de

aniversários de bisavôs. A descoberta subsequente das eras e eventos históricos que marcaram a vida de seus antepassados – desde a Primeira Guerra Mundial até o Regime Militar no Brasil – foi um momento de pura revelação e encantamento. Ver o brilho nos olhos dos estudantes ao conectar a história pessoal com os acontecimentos mundiais foi um dos momentos mais memoráveis de minha carreira como professor.

Na semana seguinte, retornei à sala com as cartolinhas e imagens, e os estudantes já aguardavam ansiosamente. Rapidamente, mergulharam na atividade, escolhendo e recortando cédulas e moedas, associando-as às datas de nascimento de seus familiares. A aula se transformou em um palco efervescente de narrativas e descobertas. A cada momento, reafirmava-se minha convicção de que o projeto estava sendo um sucesso. Era evidente que não só transformei a vida dos alunos com essa abordagem pedagógica, mas também fui profundamente transformado por suas histórias e entusiasmo. Esta experiência reforçou minha crença no poder do ensino que vai além dos livros, conectando-se emocionalmente com os alunos e fazendo da aprendizagem uma jornada rica e significativa.

Figura 76 - desenvolvimento de atividade pedagógica em sala de aula (2023)



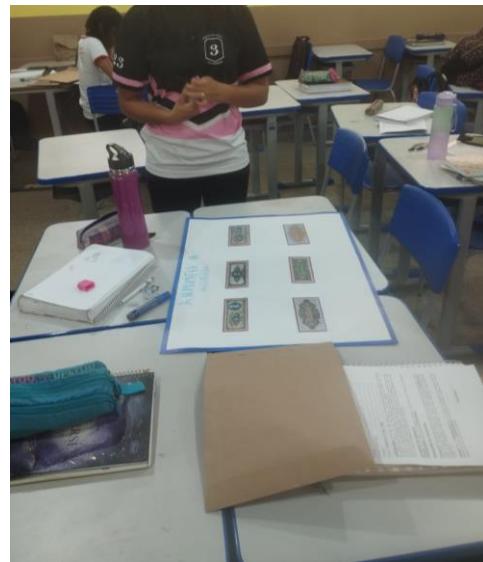
Fonte: acervo do próprio autor

Figura 77 - desenvolvimento de atividade pedagógica em sala de aula (2023)



Fonte: acervo do próprio autor

Figura 78 - desenvolvimento de atividade pedagógica em sala de aula (2023)



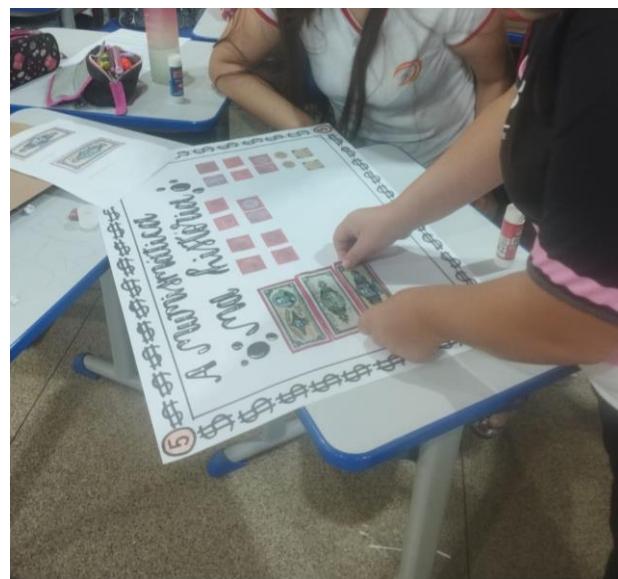
Fonte: acervo do próprio autor

Figura 79 - desenvolvimento de atividade pedagógica em sala de aula (2023)



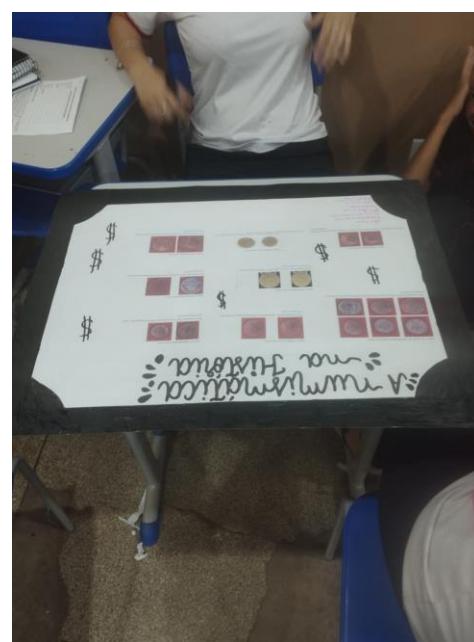
Fonte: acervo do próprio autor

Figura 80 - desenvolvimento de atividade pedagógica em sala de aula (2023)



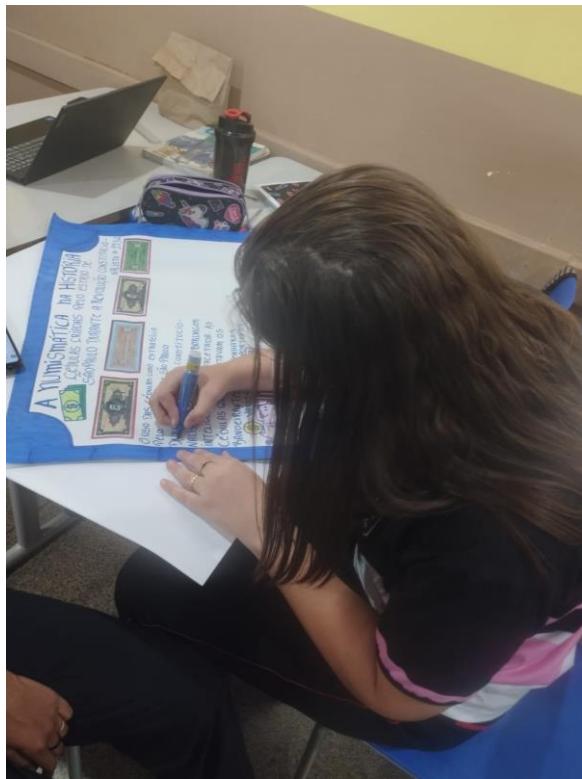
Fonte: acervo do próprio autor

Figura 81 - desenvolvimento de atividade pedagógica (2023)



Fonte: acervo do próprio autor

Figura 82 - desenvolvimento de atividade pedagógica em sala de aula (2023)

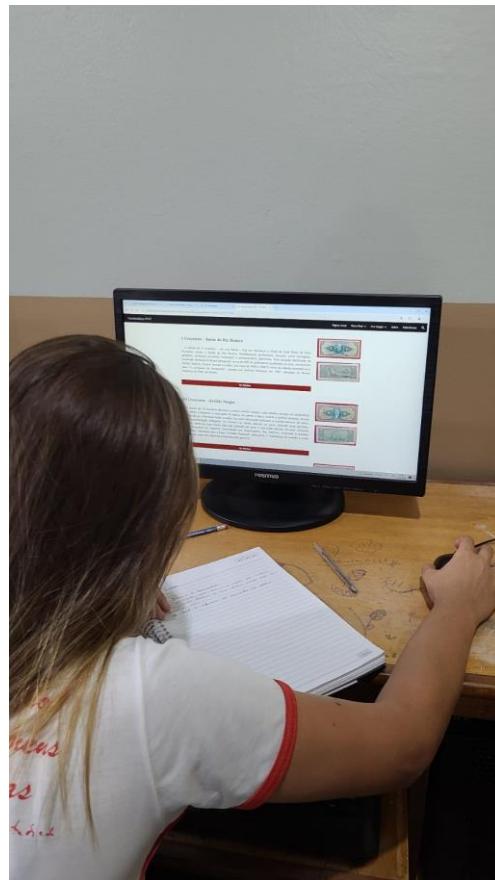


Fonte: acervo do próprio autor

Após o meticoloso processo de recorte das cédulas e moedas, os estudantes embarcaram em uma jornada de pesquisa para desvendar os significados ocultos por trás das imagens históricas. Gradualmente, parágrafos foram sendo construídos abaixo de cada exemplar, cuidadosamente colados nas cartolinhas. O ambiente em sala de aula tornou-se leve e vibrante, à medida que o conhecimento fluía livremente e a prática pedagógica, antes monótona, ganhava vida e se tornava verdadeiramente prazerosa. Risos, questionamentos e relatos pessoais deram vida ao trabalho, conferindo à história um significado profundo e pessoal para cada estudante presente.

A próxima etapa do projeto envolveu a transferência desse conhecimento para o *blog*, onde as cédulas e moedas foram anexadas e minuciosamente descritas, seguindo o mesmo rigor de pesquisa e dedicação, que permearam a criação dos cartazes. O entusiasmo e a dedicação dos estudantes se refletiram nas publicações *online*, criando um registro permanente.

Figura 83 - desenvolvimento do *blog* (2023)



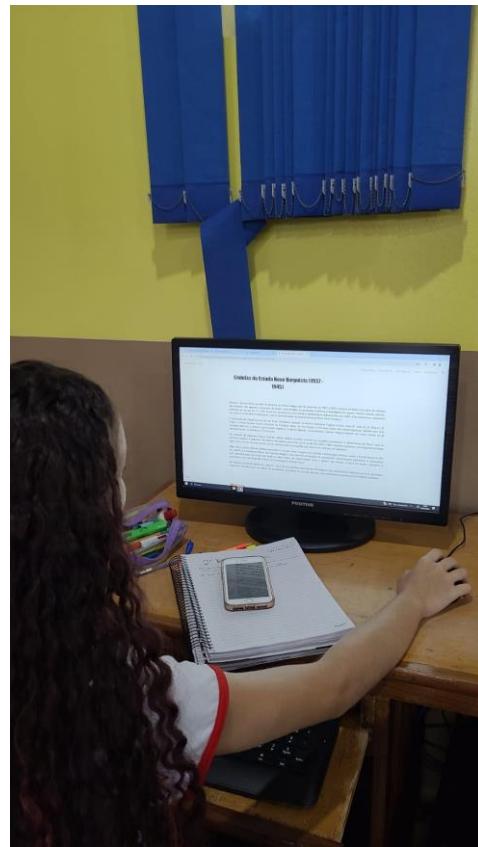
Fonte: acervo do próprio autor

Figura 84 - desenvolvimento do *blog* (2023)



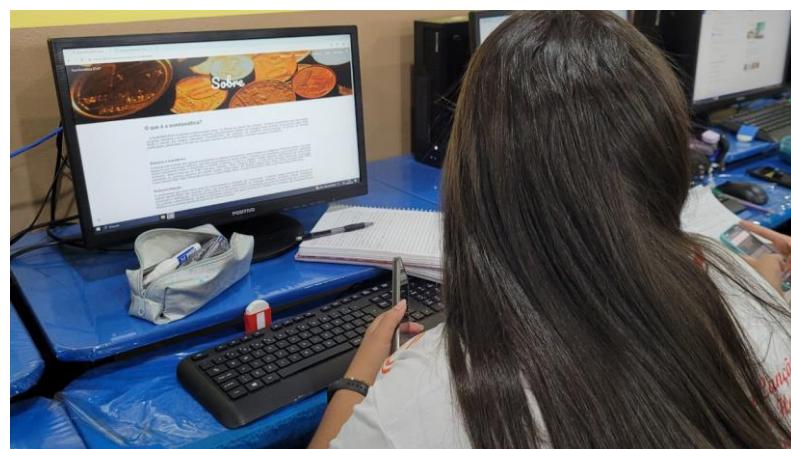
Fonte: acervo do próprio autor

Figura 85 - desenvolvimento do *blog* (2023)



Fonte: acervo do próprio autor

Figura 86 - desenvolvimento do *blog* (2023)



Fonte: acervo do próprio autor

Durante a execução do projeto foram notáveis o engajamento excepcional e o entusiasmo autêntico dos estudantes pela numismática. Após a criação dos cartazes, nos dirigimos ao laboratório do PROINFO, onde, com o suporte das tecnologias digitais, os alunos acessaram o *blog* da numismática. Mais do que simples espectadores, eles se tornaram

colaboradores ativos na edificação desse saber. Sentiram-se motivados e empoderados ao compartilhar as fotos das moedas e cédulas na página virtual.

As narrativas compartilhadas em sala de aula agora encontravam um novo lar em uma espécie de museu virtual. No *blog*, cada imagem monetária transcendia sua natureza material para se transformar em um portal para histórias ricas em emoção e sentimento. Esse acervo digital não era apenas um repositório de símbolos monetários, mas um compêndio de relatos pessoais e histórias de vida, enriquecendo o conteúdo e oferecendo uma perspectiva única e profunda.

As imagens das moedas e cédulas inseridas no *blog* não só ampliaram o repertório visual dos discentes, mas também catalisaram discussões enriquecedoras e profundas sobre a história econômica e cultural do Brasil. Os estudantes assumiram papéis de pesquisadores e curadores de seu próprio material, demonstrando um crescimento intelectual e um envolvimento emocional que transformaram a experiência educacional em algo verdadeiramente memorável.

Um outro momento marcante do desenvolvimento do projeto em sala de aula foi a produção de vídeos, pelos próprios estudantes. Utilizando suas pesquisas e experiências com as cédulas e moedas, eles elaboraram discursos, gravaram áudios e, com a assistência de softwares especializados, escolheram avatares que representavam suas identidades. Além disso, incorporaram suas vozes em programas que animavam uma mão escrevendo em uma lousa, narrando assim o aprendizado.

A utilização dessas ferramentas tecnológicas pelos estudantes foi crucial para o desfecho magistral do projeto. Agora, além das histórias compartilhadas em sala e perpetuadas no *blog*, suas vozes e identidades foram imortalizadas no museu virtual, conectando-os de forma indelével a este momento específico de aprendizado e descoberta. O sentimento de pertencimento à história ressoa em cada palavra, em cada fala, evidenciando estudantes revitalizados historicamente, transformados e despertos para uma consciência histórica mais profunda e significativa.

O *blog* "Numismática IFMT" está hospedado no endereço <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial> e foi concebido pelos estudantes Gustavo do Nascimento Medina e Guilherme do Nascimento Medina, do curso Técnico de Informática integrado ao ensino médio, do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), Campus de Cáceres, via dois projetos de iniciação científica do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica a estudantes de nível médio (PIBIC).

Júnior) pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), entre 2020 e 2022¹¹, sobre a coordenação do professor Matheus de Mesquita e Pontes. O *design* da plataforma foi elaborado para proporcionar uma experiência de usuário intuitiva e descomplicada, também com possibilidades de ampliar seu arcabouço de ações na reflexão numismática de outros países e/ou continentes, assim como para outras fases da vida política brasileira, como no período colonial e imperial.

Ao acessar a página inicial, o título "Numismática IFMT" é destacado, posicionado de forma centralizada e no canto superior esquerdo. No canto superior direito, encontram-se os botões para as seções principais do *blog*: "Página Inicial", "Plano Real", "Era Vargas", "Sobre" e "Referências". Ao passar o cursor sobre esses títulos, uma série de ícones relacionados aos períodos governamentais e às famílias de moedas é exibida em sequência abaixo de cada opção. Apesar da estruturação da página virtual, as sessões – com cada período histórico – necessitam ser “alimentadas” com as fotos das cédulas e moedas, a análise numismática e outros suportes possíveis como vídeos e fotos de atividades pedagógicas.

Nossa tarefa foi “alimentar” a sessão da “Era Vargas” que faz alusão aos quinze anos do primeiro governo de Getúlio Vargas nas décadas de 1930 e 1940, sendo que nesta sessão possui uma subdivisão calcada em três momentos: “Governo Provisório”, “Governo Constitucional” e o “Estado Novo”. Graças à sua estruturação lógica e interface amigável, os estudantes puderam navegar e contribuir para o *blog* com facilidade e eficiência.

Logo abaixo segue as figuras de *prints* tirados da página virtual.

¹¹ O projeto “O uso da numismática para produção do saber histórico: o Brasil Republicano (1889-2019)” aprovado no Edital nº 50 da PROPES/IFMT, desenvolvido entre 2020 e 2021; e, o projeto “O uso da numismática para produção do conhecimento histórico: o bicentenário da Independência do Brasil (1822-2022)” aprovado no Edital nº 48 da PROPES/IFMT, desenvolvido entre 2021 e 2022.

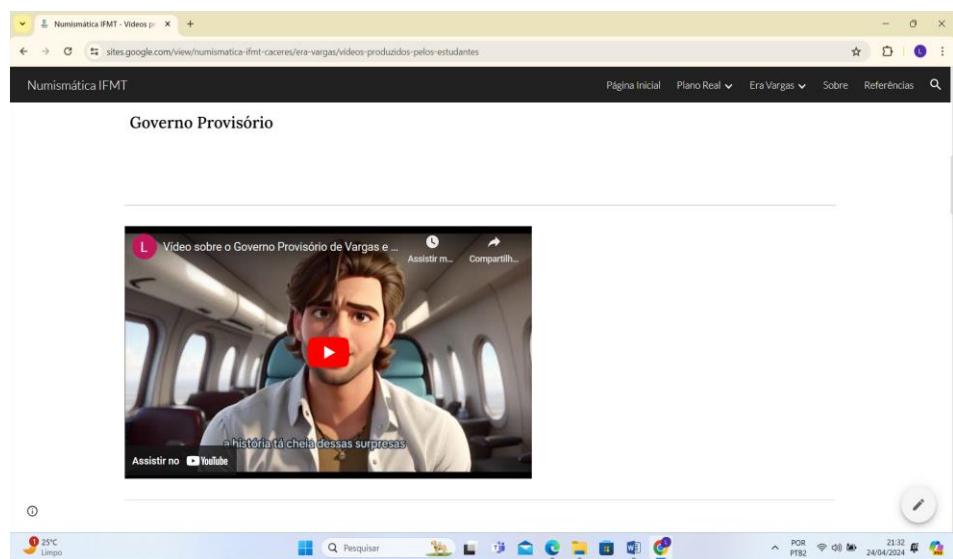
Figura 87 - Tela de abertura do Blog (2024)



Fonte: Blog Numismática IFMT

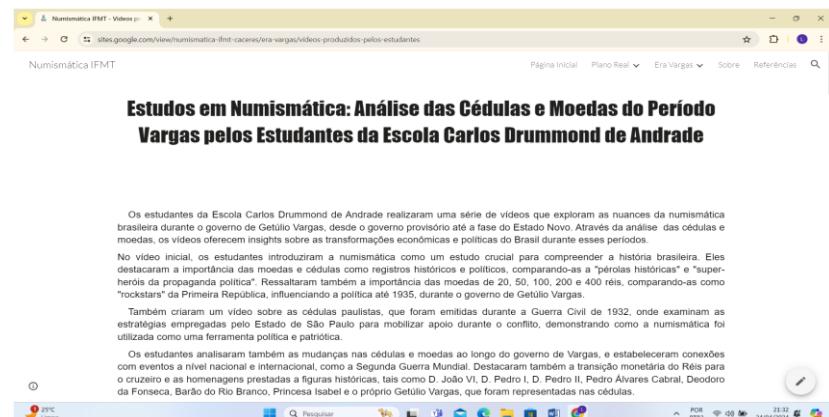
O vídeo sobre o “Governo Provisório” não se limita apenas à análise histórica das moedas e cédulas da época. Nele, os estudantes apresentam um texto com uma linguagem informal que vai além, abordando a relevância desses objetos como instrumentos políticos e de propaganda utilizados pelos governantes da época. O vídeo também explora como essas moedas e cédulas foram utilizadas para difundir as ideologias e os valores do governo, dessa forma evidenciando a importância da numismática, como ferramenta de compreensão das dinâmicas políticas e sociais do período.

Figura 88 - vídeo sobre o “Governo Provisório” (2024)



Fonte: Blog Numismática IFMT

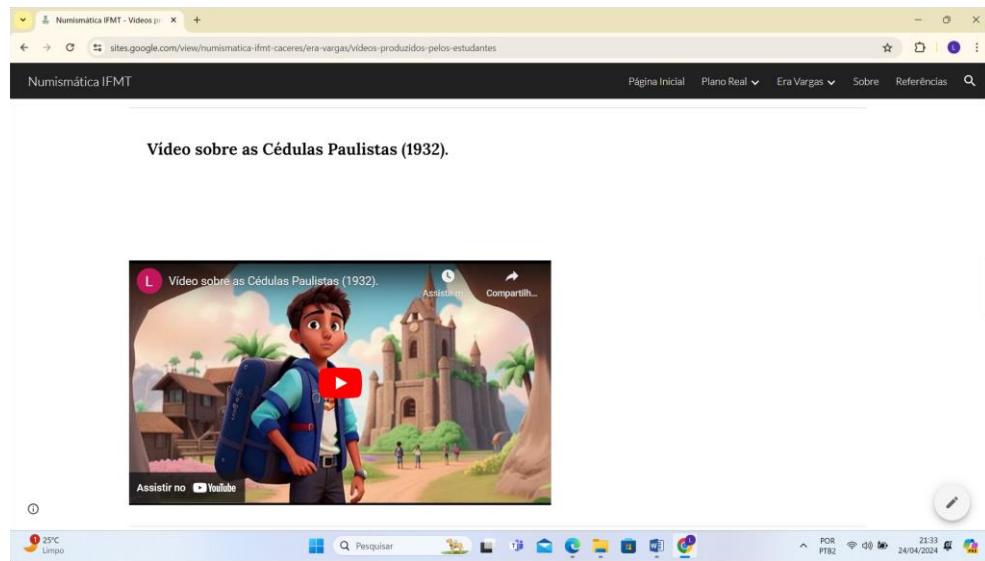
Figura 89 - texto introdutório sobre as análises das cédulas e moedas (2024)



Fonte: Blog Numismática IFMT

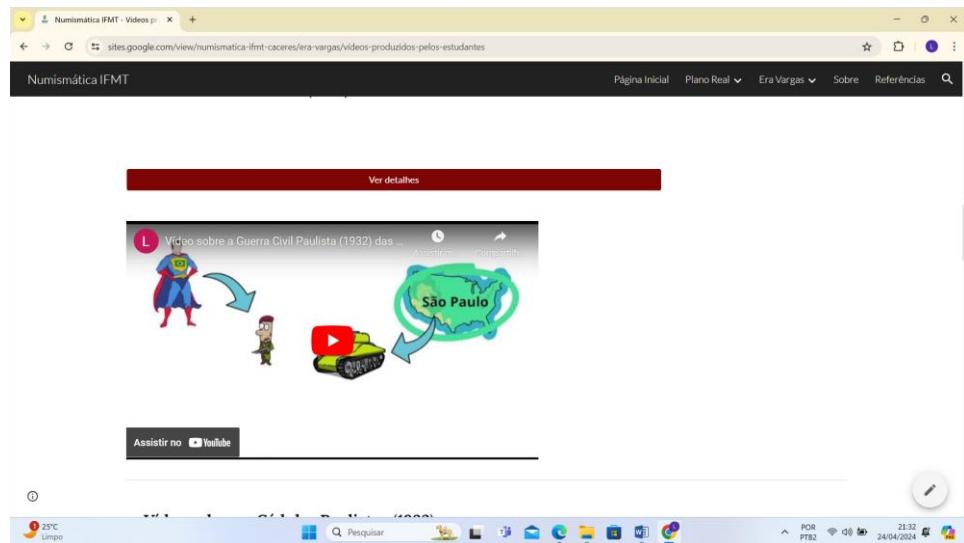
Os vídeos que abordam as cédulas paulistas adotam uma abordagem que mescla linguagem formal e informal, cada uma com sua devida ênfase, para discutir o uso ideológico dessas cédulas durante a Guerra Civil de 1932. Com um cuidado todo especial, os estudantes contextualizam historicamente o período e destacam como as cédulas foram utilizadas como instrumentos político e propagandístico, contribuindo para uma compreensão mais ampla do conflito e de suas implicações.

Figura 90 - vídeo sobre as cédulas paulistas (2024)



Fonte: Blog Numismática IFMT

Figura 91 - Vídeo sobre a Guerra Civil Paulista (2024)



Fonte: Blog Numismática IFMT

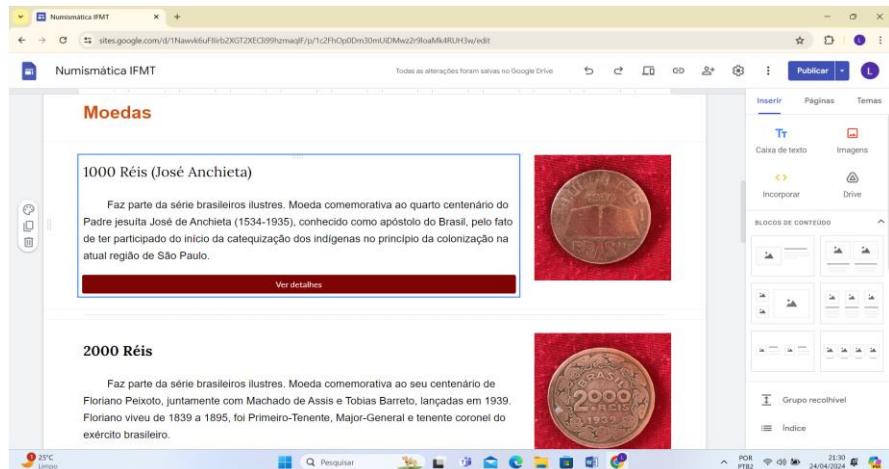
Figura 92 - vídeo sobre as moedas e cédulas do “Estado Novo” (2024)



Vídeo sobre as moedas e cédulas do Estado Novo (1937 - 1945).

Fonte: Blog Numismática IFMT

Figura 93 - moedas da série brasileiros ilustres (2024)



Fonte: Blog Numismática IFMT

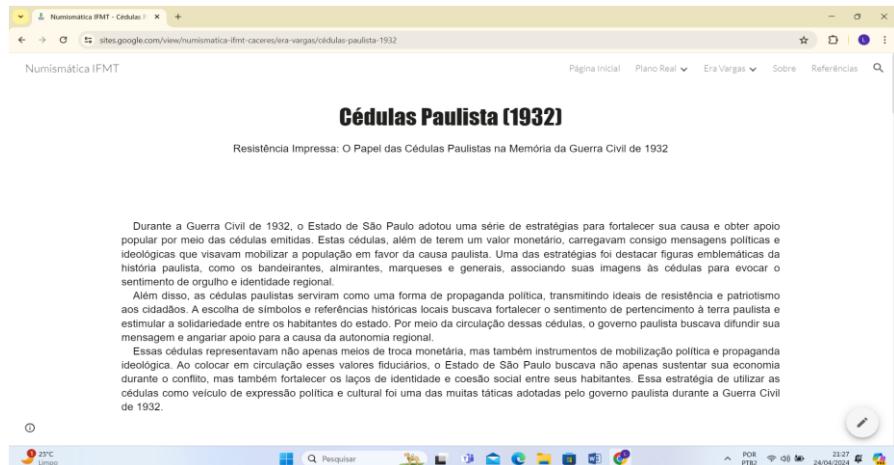
Figura 94 - texto introdutório sobre as moedas do “Estado Novo” (2024)

Fonte: Blog Numismática IFMT

Figura 95 - cédulas paulistas do “Movimento Constitucionalista” (2024)

Fonte: Blog Numismática do IFMT

Figura 96 - texto introdutório cédulas paulistas do “Movimento Constitucionalista” (2024)



Fonte: Blog Numismática IFMT

A análise das moedas e cédulas relacionadas ao Estado Novo de Vargas se destaca pela sua abordagem formal e pela meticulosidade na análise do seu uso ideológico, em meio a um contexto de grande turbulência mundial. Os estudantes dedicam-se a uma análise minuciosa, contextualizando historicamente o período e explorando o papel dessas cédulas como instrumentos de propaganda e controle político. Um ponto de destaque é a transição do padrão monetário durante a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, o que é cuidadosamente explorado, fornecendo uma compreensão mais profunda das implicações políticas e econômicas desse período histórico.

Figura 97 - Vídeo sobre as moedas e cédulas do Estado Novo (2024)



Fonte: Blog Numismática do IFMT

Fazer parte de um projeto tão significativo como esse me faz refletir profundamente sobre a nossa responsabilidade como professores de História. É um compromisso social de

extrema importância, pois somos os guardiões de um conhecimento que transcende o senso comum, capaz de desvendar eventos históricos e trazer à luz aspectos muitas vezes negligenciados pela sociedade. Não busco aqui reivindicar a exclusividade do saber, pois reconheço que os diversos saberes estão dispersos na sociedade, moldados pela educação formal e pelas experiências do dia a dia, ambos igualmente valiosos. No entanto, é o historiador, o professor de História, que possui o dom de enxergar além, de conduzir seus estudantes a uma compreensão crítica e profunda dos acontecimentos, seja das transformações ao longo do tempo ou das intrincadas estratégias de dominação ideológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um objeto aparentemente simples, como uma moeda ou uma cédula, que antes era visto apenas como um símbolo monetário ou uma lembrança de um antepassado, se transforma em uma fonte rica de eventos, histórias e simbolismos quando analisado sob a ótica histórica. O brilho nos olhos e a emoção que tomaram conta dos estudantes ao descobrirem esses novos significados são indícios claros do impacto transformador que o estudo da História pode ter em suas vidas. O ProfHistória é um exemplo concreto desse compromisso com a qualidade da educação, oferecendo programas de Mestrado e Doutorado que contribuem significativamente para o aprimoramento do ensino e da pesquisa na área. Assim, é inegável que o ProfHistória desempenha um papel fundamental na transformação de vidas e na promoção de uma educação de excelência.

Como professor pesquisador e dedicado ao ensino de estudantes do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio, expresso profunda gratidão pela oportunidade de expandir ainda mais meu conhecimento. O caminho que antes parecia envolto em sombras se iluminou, reavivando meu amor pelo saber e pela minha profissão. Esse processo fortaleceu meu compromisso como educador engajado na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Cada experiência vivenciada em sala de aula e cada descoberta realizada ao longo dessa jornada contribuíram para meu crescimento pessoal e profissional, reafirmando a importância do papel do professor como agente de transformação e promotor do conhecimento. Estou profundamente grato por fazer parte desse processo de aprendizagem e desenvolvimento contínuo.

Ao olhar para trás, reflito com gratidão sobre o meu próprio percurso neste estudo, assim como cada experiência vivenciada e cada desafio superado. Inspirar as mentes jovens a explorar, questionar o passado, capacitando-os a moldar um futuro mais promissor para todos é extremamente gratificante. Inspirar questionamentos e catalisar mudanças talvez sejam as palavras-chave para esse momento. Através do estudo das moedas e cédulas, mergulhamos nas profundezas do passado, desvendando histórias esquecidas, explorando contextos sociais e políticos e reconhecendo a importância de cada fragmento de nossa herança cultural, cada herança deixada pelos antepassados familiares dos estudantes. Essas moedas e cédulas se transformaram em janelas para o passado, revelando camadas de história e significado.

O brilho nos olhos dos estudantes ao desvendarem esses mistérios históricos é uma prova irrefutável do poder do conhecimento e da educação como ferramentas de

transformação. Meu olhar para trás é de orgulho, mas para frente é de esperança. O futuro da educação histórica é promissor, e estou confiante de que podemos continuar a desbravar novos horizontes e alcançar novos patamares de excelência.

Esta dissertação explorou a numismática como uma ferramenta pedagógica inovadora e sua contribuição para o ensino de História, focando no período da República Velha e principalmente do governo de Getúlio Vargas. Ao longo dos três capítulos, cada um com objetivos específicos, foi possível alcançar uma compreensão aprofundada do papel das moedas e cédulas como fontes históricas e educacionais.

O primeiro capítulo teve como objetivo principal explorar a numismática como uma fonte histórica valiosa. Foi demonstrado como a "revolução" historiográfica dos Annales promoveu o uso da interdisciplinaridade e a ampliação das fontes históricas. Isso incluiu a inclusão de moedas e cédulas como objetos de estudo, proporcionando novas perspectivas sobre a história social e econômica dos períodos analisados. O capítulo também analisou como as moedas e cédulas refletem a ordem social de seu período de cunhagem e como podem ser usadas como fontes para o ensino de História no tempo presente. Esta análise permitiu compreender como esses objetos monetários foram utilizados para reforçar ideologias e valores sociais ao longo do tempo.

O segundo capítulo teve como objetivo principal analisar o uso das cédulas e moedas durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, destacando seu papel nas disputas políticas e na construção de uma identidade nacional. Foi discutido o papel do papel-moeda nas disputas da guerra civil de 1932, destacando as moedas e cédulas produzidas tanto pelo governo de Getúlio Vargas quanto pelo governo de São Paulo. Essas análises mostraram como o dinheiro foi utilizado como um instrumento de propaganda e resistência política. O capítulo explorou como figuras históricas, como os bandeirantes e os "heróis" da guerra contra o Paraguai, foram utilizadas nas moedas e cédulas para construir uma narrativa de nacionalismo e resistência, particularmente a favor dos paulistas. A análise do avanço de um projeto nacionalista durante o governo constitucional e o culto à personalidade no Estado Novo mostrou como Vargas usou moedas e cédulas para promover a fidelidade das forças armadas e consolidar seu poder.

O terceiro capítulo teve como objetivo principal investigar o impacto das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no ensino de História, com foco na numismática como um recurso pedagógico. Uma revisão bibliográfica detalhou o impacto social e educacional das novas tecnologias, demonstrando como as TICs podem ser integradas ao ensino de

História para tornar o aprendizado mais interativo e envolvente. O capítulo documentou a aplicação prática de artefatos pedagógicos baseados em numismática, destacando a jornada de ensino realizada com estudantes da Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade. Os resultados mostraram um aumento significativo no interesse e na compreensão histórica dos alunos, evidenciando a eficácia dessa abordagem.

Ao longo desta dissertação, ficou claro que a numismática pode ser uma ferramenta poderosa no ensino de História, oferecendo uma maneira tangível e interativa de explorar eventos e períodos históricos. A interdisciplinaridade promovida pelos *Annales*, a análise das políticas de Getúlio Vargas e a integração das TICs mostraram-se eficazes em engajar os estudantes e a comunidade, tornando o Ensino de História mais significativo e relevante. Portanto, esta pesquisa não apenas atingiu os objetivos propostos, mas também abriu novas perspectivas para futuras práticas educacionais, reafirmando a importância da numismática e das novas tecnologias no contexto pedagógico contemporâneo do Ensino de História.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Paula de Jesus Moura. **A representação simbólica da ninfa Aretusa nas cunhagens de Siracusa como fator de identificação no século V a. C.:** as emissões da dinastia Deinomenide. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UERJ, 2016.
- ARAUJO, Solano Ives. Simulação e modelagem computacionais como recursos auxiliares no ensino de física. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciências). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS. 2005. In: ARAUJO, Solano Ives. **A Teoria da Aprendizagem Significativa de David Ausubel.** [Resenha de parte da tese]. 2007/01. Disponível em: <file:///D:/Meus%20documentos/Downloads/A%20Teoria%20da%20Aprendizagem%20Significativa%20de%20David%20Ausubel.pdf>. Acessado em 02 abr. 2024.
- ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo:** antisemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas:** Sobre a teoria da ação. Campinas-SP: Papirus, 1996.
- BRASIL, Ministério da Educação - Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.** Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937** [Estado Novo]. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm, acessado em 10 jan. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação - Secretaria de Educação Ensino Médio. **Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio:** História, Parte IV. Brasília: MEC/SEF, 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação - Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** História. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales 1929 – 1989.** A Revolução Francesa da Historiografia. 2ª edição. Unesp. São Paulo, 1992.
- CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: O que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano 2. O tempo do nacional-estatismo-do** início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CARLAN, Claudio Umpierre. **Moeda e poder em Roma:** um mundo em transformação. Tese de doutorado. Campinas-SP: UNICAMP, 2007.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados:** o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano.** Artes de Fazer. Petrópolis: Editora Vozes,

2005

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COELHO, Lincoln Mansur. **Cultura Material e Ensino Lúdico:** o uso da numismática em sala de aula. Dissertação Mestrado em História. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

COSTILHES, Alan Jean. **O que é numismática.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

CYTRYNOWICZ, Roney. Marcos Chor Maio (Fiocruz). Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938) In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano 2.** O tempo do nacional-estatismo-do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FARIAS, João Paulo de Oliveira. **O uso de Podcast para o ensino e aprendizagem de história:** produção e difusão com/para alunos do ensino médio. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA. Universidade Regional do Cariri (URCA). Crato-CE, 2021, 152p.

FAUSTO, Boris. 1930. **A Revolução de 1930:** historiografia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FONSECA, Selva G. **Didática e prática de ensino em história:** experiências, reflexões e aprendizados. Campinas-SP: Papirus Editora, 2003.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada.** Campinas: Papirus, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** Editora EGA.1996.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Rolim de Moura** [senso]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/rolim-de-moura/panorama>. Acesso em 18 mar. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Rodrigo Melo Franco de Andrade. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/173>. Acesso em 17 jul. 2024.

JONARD, Ricardo Luiz. **A Numismática na sala de aula:** moedas que contam histórias. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2020.

KENSKI, V. M. **Educação e Tecnologias:** o novo ritmo da informação. Campinas-SP: Papirus, 2012.

LAGARTO, José Reis. Inovação, TIC e Sala de Aula. **Revista Academia.** Universidade Católica de Portugal (UCP). Portugal, 2013. Disponível em https://www.academia.edu/3487683/Inova%C3%A7%C3%A3o_TIC_e_Sala_de_Aula.https:/

[/repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/10560/1/Inov_TIC_sala_aula.pdf](https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/10560/1/Inov_TIC_sala_aula.pdf). Acesso em 14 fev. 2024.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEMOS, André. Comunicação e práticas sociais no espaço urbano: as características dos Dispositivos Híbridos Móveis de Conexão Multirredes (DHMCM). **Comunicação, Mídia e Consumo**. São Paulo-SP. Vol. 4, nº. 10, p. 23-40. jul. 2007.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas-SP: Papirus, 1986.

MENDONÇA, Natália Lima de. **Dicionário Audiovisual de Conceitos**: aventuras da experiência e da sensibilidade imagética nas aulas de História. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife-PE, 2018.

MICHELET, Jules. **História da França**. Tomo V – Livros X, XI e XII. Trad. Luiz Fernando Serra Moura Correia. 1ª Edição. Rio de Janeiro. 2013.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano 1**. O tempo do liberalismo oligárquico: a proclamação da República à Revolução de 1930. Primeira República (1889-1930). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, pp. 13-44.

NUMISMÁTICA VIEIRA. **Catálogo Vieira**: cédulas brasileiras. 6º edição. Rio de Janeiro, 2019.

NUMISMÁTICA VIEIRA. **Catálogo Vieira**: moedas brasileiras. 18º edição. Rio de Janeiro, 2019.

OLIVEIRA, Carlos Edinei de. Mato Grosso na Era Vargas: (1937-1945): caminhos migratórios e novas fronteiras. **ANPUH-Brasil** – 30º Simpósio Nacional de História – Recife, 2019.

OLIVEIRA, Caroline Aparecida. **As representações da deusa Atena nas moedas da Magna Grécia (século V - IV a.C.)**: política e religião. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. São Paulo: USP, 2019.

PALITOT, Aleks. Getúlio Vargas em Porto Velho – 75 anos de uma visita que mudou nossa história. 2015. Disponível em: <https://www.rondoniagora.com/artigos/getulio-vargas-em-porto-velho-75-anos-de-uma-visita-que-mudou-nossa-historia>. Acesso em julho de 2024.

PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano 2**. O tempo do nacional-estatismo-do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 13-38.

PARADA, Maurício. **Som da nação**: educação musical e civismo no Estado Novo (1937 – 1945). Revista ALCEU – v. 09 – n.18 – p.174 a 185 – jan/jun.2009.

PELLANDA, Eduardo Campos. Comunicação móvel: das potencialidades aos usos e aplicações. **Em Questão**. UFRGS. Porto Alegre-RS. v. 15 n. 01, p. 89-98, jan/jun. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/6478/5794>. Acesso em 02 abr. 2024.

PRATES, Kelen Kátia. CARVALHO, Carlos Eduardo Souza de. Políticos, Intelectuais e Futebol: a construção da identidade nacional durante a Era Vargas. In: **Revista Outras Fronteiras**, Cuiabá-MT, vol. 03, n. 01. jan/jun, 2016. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/outrasfronteiras/index.php/outrasfronteiras/article/view/172>. Acesso em 23 jun. 2023.

REGO, Paulo Roberto de Menezes. **Cara e coroa: um roteiro para uso de moedas no ensino de história do Brasil**. Dissertação de Mestrado em História. São Cristóvão-SE: UFS/ProfHistória, 2020.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales – a inovação em história**. São Paulo: Paz e Terra. 2000

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas:** a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, José Carlos. **Reflexos sócio-interacionais do uso da comunicação móvel**. UFPE. Recife-PE. s/d. Disponível em: <https://www.cin.ufpe.br/~fab/cursos/metodologia-graduacao/2006-1/Reflexosscio.pdf>. Acesso em 24 de fev. de 2024.

SANTOS, Dagson José Borges. **O Uso dos Blogs no Ensino de História: A Experiência da História do Engenho de Santana em Ilhéus-BA**. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA. Universidade do Estado da Bahia (UNEB), 2018.

SANTOS, Edméa. A mobilidade cibercultural: cotidianos na interface educação e comunicação. **Revista em aberto**. Movimentos colaborativos, tecnologias digitais e educação. INEP. Brasília-DF. v. 28, n. 94, p. 134-145, jul/dez. 2015. Disponível em: <https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/issue/view/257>. Acesso em 02 abr. 2024.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende. **Jör Rüsen e o ensino de História**. Curitiba: Ed. UFPR, 2011

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano 2**. O tempo do nacional-estatismo-do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VIANNA, Marly de Almeida G.. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935.. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano 2**. O tempo do nacional-estatismo-do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.